

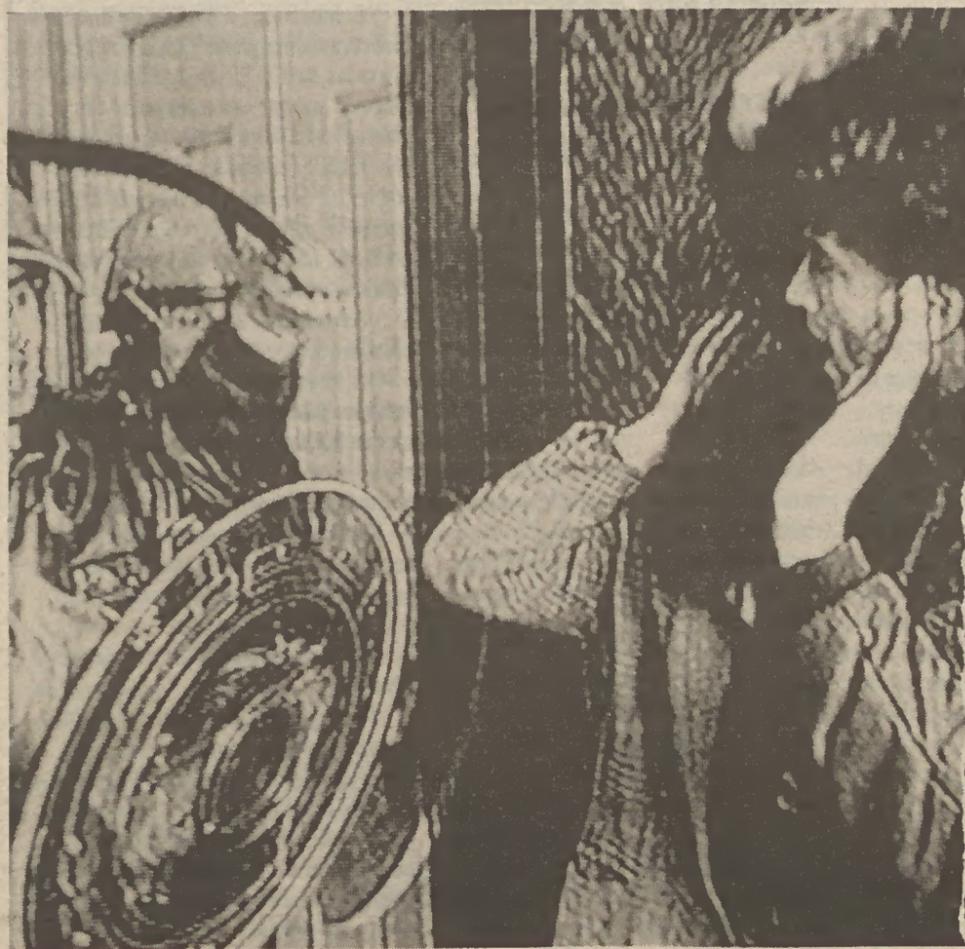
Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1885 • 29 de Dezembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1099 • Director: Carlos Brito

Marinha Grande

UM NATAL VIOLENTO



Há três semanas que dura a luta dos 390 trabalhadores da M. P. Roldão, na Marinha Grande. Brutalmente reprimida pelas forças policiais ao serviço do Governo e do patronato.

Págs. 7 e 24

Plenário de Sindicatos exige demissão do Governo

Pág. 6

De garfo e faca

com José Quitério



Ano de luta e de mudança

• Artigo de Jerónimo de Sousa

Pág. 14

O GATT e a «Nova Ordem Económica Internacional»

• Lino de Carvalho

Pág. 15

1994 O Ano em fotos

Págs. 18/19

Orçamento do Estado Propostas do PCP que o PSD inviabilizou

Pág. 4



A repressão brutal abateu-se sobre os vidreiros da Marinha Grande que lutam pelos seus salários e postos de trabalho

RESUMO

21 Quarta-feira

A PSP agride vidreiros na Marinha Grande, chegando a invadir os Paços do Concelho. Os grevistas pretendem o pagamento dos salários e subsídios em atraso e impedir o encerramento da sua empresa ■ A CGTP-IN faz balanço negativo de 94, anuncia acções de luta para Janeiro e reivindica a demissão do Governo ■ Boris Ieltsin diz aos seus generais que «não poupem esforços» para repor a «lei» na Tchetchénia ■ Ocorre uma explosão no metro de Nova Iorque, ferindo dezenas de pessoas ■ O parlamento moçambicano inicia a sua primeira sessão de trabalhos ■ O líder dos sérvios da Bósnia pede mudanças fundamentais no plano de paz do Grupo de Contacto durante um encontro com Jimmy Carter.

22 Quinta-feira

Ocorrem negociações para encontrar quem pague os salários aos vidreiros da empresa Manuel Pereira Roldão, na Marinha Grande ■ O Conselho de Ministros aprova a fusão das seguradoras Aliança, UAP Portugal e Garantia ■ O Conselho de Impacte Ambiental da EDP debate os efeitos da barragem de Foz Côa, enquanto as obras avançam ■ Uma fuga de gás numa refinaria em Leça da Palmeira provoca um morto e três feridos ■ O primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, demite-se ■ Paolo Berlusconi é condenado a sete meses de prisão ■ Em Sarjevo e Bihac, ocorrem bombardeamentos sobre áreas civis ■ Devido à intervenção na Tchetchénia, um general russo abandona o exército ■ É marcada a data para a entrada em vigor do Acordo de Schengen: 27 de Março de 95.

23 Sexta-feira

Pedro Santana Lopes, secretário de Estado da Cultura, demite-se ■ As autoridades de Singapura adiam para depois do Natal a execução de Angel Mou Pui Peng, cidadã portuguesa de etnia chinesa ■ No norte do Iraque, os combates entre os dois principais movimentos curdos rivais recomeçam ■ As forças terrestres russas concluem o cerco a Grozny ■ Em Espanha, o juiz de delitos monetários decreta a prisão de Mário Conde, ex-presidente do Banesto ■ O novo Governo moçambicano toma posse ■ Militares israelitas e sírios negociam a segurança nos Golã.

24 Sábado

A Comissão Justiça e Paz de Évora considera que o Governo tem de assumir a dimensão e gra-

vidade da situação social no ALENTEJO ■ Os proprietários da fábrica Irmãos Stephens propõem-se adquirir a empresa viderira Manuel Pereira Roldão ■ Um avião da Air France é sequestrado na pista do aeroporto de Argel por um comando islamita, que mata dois passageiros ■ Por decisão dos dirigentes sérvios, é adiado o cessar-fogo na Bósnia-Herzegovina para o meio-dia.

25 Domingo

Um atentado suicida reivindicado pelo Hamas fere 13 pessoas, em Jerusalém ■ O comando que se apoderou de um «Airbus» francês liberta os primeiros reféns, enquanto decorrem as negociações com as autoridades de Argel ■ Prosseguem os ataques russos a Grozny ■ Jonas Savimbi apela à paz em Angola e assegura que não tem intenção de «tomar o poder pela força».

26 Segunda-feira

Os vidreiros da Marinha Grande voltam a bloquear a estrada, a linha de caminho-de-ferro e a Caixa Geral de Depósitos ■ O presidente da República veta, pela segunda vez, a lei do SIS e envia uma mensagem ao Parlamento em que invoca o equilíbrio entre os interesses do Estado e a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais ■ As forças especiais assaltam, já em Marselha, o avião que tinha sido sequestrado em Argel, matando os quatro piratas do ar e libertando os 170 reféns ■ Boris Ieltsin propõe a suspensão das «operações do exército» contra os independentistas da Tchetchénia ■ As duas formações curdas rivais assinam o cessar-fogo ■ O parlamento israelita adopta uma lei que proíbe actividades oficiais da OLP em Jerusalém ■ Entra em vigor a Convenção Europeia em matéria Judicial Penal.

27 Terça-feira

A violência policial volta à Marinha Grande, com a polícia de choque a carregar de forma brutal e indiscriminada sobre os vidreiros da Manuel Pereira Roldão e sobre a população, não poupando mulheres e crianças ■ A Anarec dá a conhecer que os revendedores de combustíveis vão voltar a desligar os terminais Multibanco de pagamento automático a partir de 1 de Janeiro ■ Paris suspende as ligações aéreas e marítimas com a Argélia ■ Ieltsin afirma excluir qualquer hipótese de a Tchetchénia se tornar independente e exorta tropas a acabarem com a resistência armada; o presidente Dudaiev, por sua vez, garante não ceder às pressões.

Ano de viragem

O título acima refere-se, claro está, ao próximo ano - ao Ano Novo.

Digamos que, mais do que um prognóstico, é um voto.

Mas é um voto que, no tocante à situação nacional, tem altas probabilidades

de ser concretizado.

Mais: está muito nas mãos dos que querem a viragem a possibilidade de ela acontecer.

Já em relação à situação internacional as coisas são mais complicadas.

O ano ainda vigente trouxe algumas boas notícias, por exemplo, do Sul da África e das eleições na Europa de Leste. Mas a hegemonia do imperialismo (do imperialismo americano em especial) vai continuar a impedir que a vontade da generalidade dos povos se exprima em correspondência com os seus interesses e aspirações mais genuínas.

Voltando à situação nacional.

O mais importante que a experiência do país confirmou, ao longo do ano que está prestes a terminar, não foi apenas o fracasso da governação do PSD, mas o fracasso de toda a política de direita para dar soluções aos problemas nacionais.

A crise político-institucional em curso é, em larga medida, o reflexo deste fracasso tão amplamente comprovado.

Em contrapartida, a mais consistente esperança apresentada aos portugueses está a ser interpretada pelo «Debate com o país para uma nova política», oportunamente lançado pelo PCP, na demonstração de que é com uma política de esquerda que haverá verdadeira viragem e terão solução os problemas nacionais.

O desmascaramento do fracasso da governação do PSD, em praticamente todos os domínios, bem como dos fenómenos de degeneração política e moral em que está mergulhada, é da máxima importância na luta por uma viragem democrática na vida nacional.

O psicodrama de Cavaco Silva não está naturalmente desligado da degradação da situação económica e social do país e das negas da retoma, mas está com certeza também ligado aos escândalos de Duarte Lima e do Raimundo da Guarda, entre outros, a testemunhar a podridão do aparelho cavaquista tanto no centro, como na periferia.

Ao encetar o seu décimo ano como Primeiro-Ministro, Cavaco não só não pode iludir a ruína da agricultura, o afundamento das pescas, a regressão da indústria e os mais de 400 mil desempregados (para só referir uns poucos aspectos da situação do país), co-

mo também já não pode esconder a corrupção imensa que alastra à sua volta e a que não pode ser alheia a maneira como exerceu a liderança.

No meio de semelhante lodaçal é natural que lhe ocorra que tem que fazer uma de duas coisas: ou ir-se embora, pura e simplesmente, ou pelo menos dar a entender que vai para poder ficar.

Tudo indica que é a segunda a sua opção e que com a «fita» que amou à volta do «tabu» sobre o seu futuro político está convencido de que pode atenuar o terrível desgaste já provocado e que continuará a ser provocado pelos fracassos e os escândalos, tanto pelos já conhecidos como por novas revelações.

Há que dizer, no entanto, que a «fita» a que o Primeiro-Ministro não hesita em recorrer para ludibriar a opinião pública, é mais uma demonstração dos métodos da sua governação, onde se combinam o autoritaris-

acima de tudo os interesses das «empresas» e do capital, e não apenas através das declarações do porta-voz Daniel Bessa, à boca pequena consideradas desastrosas, por demasiado francas.

É o caso, por exemplo, da política salarial, onde os socialistas deixaram de intervir, salvo no que respeita à função pública, que não colide directamente com os interesses do capital privado.

Só pode admirar-se que assim aconteça quem não acompanhe a política que os partidos congéneres do PS, que estão no governo, realizam nos respectivos países, por exemplo em Espanha e na Grécia, para não ir buscar exemplos mais antigos.

As consequências destas governações dos partidos congéneres do PS são, para as massas trabalhadoras, muito semelhantes às que se verificam em Portugal com a governação cavaquista.

Lá como cá, a política de direita pode ser e é realizada por partidos que se apresentam como combatendo contra a direita.

O desmascaramento da política de direita e daqueles que nela têm responsabilidades é por isso de capital importância para que uma viragem política que se verifique em Portugal constitua uma verdadeira viragem democrática.

Na luta contra a política de direita revestiram uma grande importância as jornadas da CGTP-IN realizadas ao longo do ano que está a chegar ao fim e que souberam associar as reivindicações concretas e inadiáveis sobre salários, emprego e direitos, com a exigência de uma nova política, que ponha o assento no social, na melhoria das condições de vida da população laboriosa, como factor determinante do desenvolvimento económico.

As lutas em curso e as decisões já tomadas para o prosseguimento desta mesma linha de intervenção logo no início do próximo ano são um sinal muito positivo para a perspectiva da viragem.

Entretanto, para que se concretize, de acordo com as condições agora mais favoráveis, uma verdadeira viragem democrática no nosso país, não basta desmascarar e combater a política de direita.

Para que uma viragem com um tal alcance e profundidade se verifique, é preciso dar mais força orgânica e eleitoral ao PCP, que é o intérprete político da luta por uma nova política para o nosso país e por soluções governativas capazes de sustentá-la e realizá-la.

Também esta batalha está em curso e não lhe pode ser indiferente quem queira contribuir para uma viragem democrática da vida nacional.

Para que uma viragem com um tal alcance e profundidade se verifique, é preciso dar mais força orgânica e eleitoral ao PCP, que é o intérprete político da luta por uma nova política para o nosso país e por soluções governativas capazes de sustentá-la e realizá-la.

mo e a prepotência com a manobra artilosa e insidiosa.

Por isso, o «tabu», seja qual for o desfecho, deve ser motivo não de perdão, mas de maior penalização.

A comprovada incapacidade da política de direita para dar solução aos problemas nacionais atinge também o PS.

Com efeito, o PS não se opõe nem se demarca, antes comunga em aspectos essenciais dessa política, tanto no plano comunitário (basta lembrar todo o processo de aprovação do Tratado de Maastricht), como em relação às opções económicas mais profundas, compreendendo a restauração dos grupos económicos monopolistas, a liquidação da reforma agrária, as privatizações e as indemnizações, numa palavra, a reconfiguração da organização económica do país, tal como está a ser consumada pela governação do PSD.

Mas mesmo no plano social, as posições do PS têm-se aproximado cada vez mais das do Governo, privilegiando

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova,
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Democracia e bastonada

Os acontecimentos da Marinha Grande são paradigmáticos da situação que hoje se vive em Portugal. Eles reflectem uma política que despreza e penaliza os que trabalham e vivem do seu trabalho; que reprime os protestos legítimos das vítimas desta política; que premeia os que vivem da exploração e os apoia e estimula nas suas práticas ilegais.

A situação dos trabalhadores da MP Roldão e a repressão contra eles desencadeada, sendo um exemplo concreto de clara violação de direitos humanos, é uma consequência da política de direita prosseguida por um salazareco serôdio, um tiranete inacabado rodeado por uma corte de aduladores cujo objectivo máximo é cumprir servilmente as ordens, os desejos, os pensamentos do Chefe.

Trabalhadores com salários, subsídios de férias e de Natal em atraso, vivendo sob a ameaça de virem a perder o posto de trabalho, enganados por falsas promessas, vítimas de manobras mais do que suspeitas, vieram, legitimamente, para a rua denunciar esta situação e exigir que os seus direitos, como trabalhadores e como cidadãos, fossem respeitados.

Dias Loureiro mandou carregar sobre os trabalhadores. A carga, à bastonada, atingiu a violência e a brutalidade a que assistimos na televisão e que, mais uma vez, nos trouxe à memória o 24 de Abril.

Comentando a carga policial por ele ordenada, o ministro da repressão interna esclareceu, com ar compungido, que assim teve que ser, que as polícias «existem para isso». E bolsou meia dúzia de balelas que identificam a acção repressiva com defesa da democracia e dos direitos humanos. Dificilmente se pode imaginar maior hipocrisia e mais ofensivo insulto à inteligência dos portugueses em geral e dos trabalhadores da MP Roldão e do povo da Marinha Grande em particular. (Salazar sempre que ordenou medidas repressivas fazia-o também com ar compungido — «com o coração a sangrar», dizia ele — e para o ditador de Santa Comba a polícia também «existia para isso».)

A «justificação» da carga policial contra os trabalhadores da MP Roldão explica o conceito de democracia e de direitos humanos do ministro da repressão. É óbvio que, para este jagunço do cavaquismo, o direito ao trabalho

e o direito ao salário não são direitos humanos e que a democracia se esgota na possibilidade de cada cidadão exercer o seu direito de voto (especialmente se votar no PSD) e de pertencer a um partido político (especialmente se esse for o PSD). Por isso, as polícias a mando de Dias Loureiro «existem» não para defender a democracia e os direitos humanos mas para os combater. À bastonada se e quando necessário for.

Se assim não fosse — isto é, se as polícias «existissem» para carregar sobre os que atacam e violam diariamente a democracia e os direitos humanos — os alvos da sua acção seriam outros e há muito que teriam corrido à bastonada o Primeiro-Ministro, o ministro da repressão interna e todos os seus comparsas.

Apoiar a luta corajosa e firme dos trabalhadores da MP Roldão é, mais do que um dever, um imperativo de consciência democrática. Os comunistas, como sempre ao lado dos trabalhadores, apoiam essa luta e com ela estão totalmente solidários.

■ José Casanova

Guterres 1

Entrevista de António Guterres ao programa "Terça-Feira à noite", em que era pretendida a apresentação por parte do Secretário-Geral do PS de uma política distintiva em relação ao Governo, acabou por ilustrar - para gozo mal disfarçado do lado direito do painel - o que um número cada vez maior de portugueses suspeitam e muitos sabem já: que não aparecem diferenças substanciais entre as propostas dos dirigentes do PS e o que tem sido dito e feito pelo PSD no poder, durante a última década.

Abordemos esta semana a temática educativa.

A afirmação de António Guterres de que "a escola será a paixão do meu governo", além de pouco original, resulta negativamente quando traz à memória essa outra "paixão da qualidade" que incendiava o peito e a propaganda do ex-ministro da educação de Cavaco Silva, Roberto Carneiro, e cujas consequências estão hoje sobejamente à vista de todos os portugueses.

O que é grave é que as coincidências do discurso não fiquem por aí. E que numa altura em que a situação na área educativa não cessa de se agravar; e em que a reforma educativa empreendida pelos governos do PSD fracassou em toda a linha; António Guterres venha afinal dizer que "a reforma educativa que foi feita no tempo do ministro Roberto Carneiro é em si uma reforma globalmente positiva e que acha que deve sofrer apenas ajustamentos marginais e de acordo com a avaliação e com a experiência".

O que está errado, portanto, é o país.

Quanto à educação pré-escolar, o Secretário-Geral do PS começou por afirmar o óbvio: "a necessidade de uma rede nacional de educação pré-primária".

Mas ao sublinhar que "essa rede não deve ser uma rede do Estado, mas uma rede com uma ampla participação (sic) da sociedade" e que "ao

Estado compete planejar (resic) a sua extensão e garantir o financiamento na medida (resic) em que seja ele o responsável", o que António Guterres pretendeu de facto foi deitar pela borda fora o preceito constitucional que estabelece "que na realização da política de ensino incumbem ao Estado criar um sistema público de educação pré-escolar" (artigo 74º da Constituição).

Mas - por *toutatis!* - não tem sido essa, precisamente, a política dos governos Cavaco Silva? E que é responsável, segundo os dados mais recentes do Ministério da Educação, pelo facto da taxa de cobertura da rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação não exceder os 24%? E pelo facto do Orçamento da Educação para 1995 só prever 30 mil contos em despesas de investimento na área da educação pré-escolar?

O final foi tipicamente natalício.

Escutem, professores, estudantes, pais, autarquias, o pensamento guterrista: "enquanto andarmos todos à guerra uns com os outros será impossível fazer convergir esforços para dar o máximo de eficácia a este sistema educativo".

Em nome do "máximo de eficácia" cale-se pois a defesa do ensino público! Suspensa-se a luta pela concretização das orientações e princípios da política educativa democrática consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo! Travem-se os docentes que reivindicam a revalorização da sua profissão; ou os estudantes que batalham contra o aumento das propinas e pela qualidade do ensino; ou ainda os pais que reclamam pela falta de condições nas escolas; ou as autarquias que exigem financiamento para poderem assumir as suas responsabilidades! O "pacto educativo" entre o Estado e os parceiros do sistema, proposto por António Guterres, vai solucionar tudo...

■ Edgar Correia

Longe da vista...

Longe da vista, longe do coração. Isto é tantas vezes verdade que acaba por se pensar não ser possível chegar ao coração de alguém a não ser através dos olhos. Desta espécie de verdade, não desmentida nem absolutamente confirmada, fazem os manipuladores de opinião a sua estratégia, cozinhando a realidade com muito espectáculo e mostrando apenas o que os padrões das suas inteligências mandam.

Neste findar de ano, em tempo de balanços mediáticos sobre o que foram os 365 dias passados, sobre o que poderão vir a ser os próximos dias do novo ano, em tempo de festa e de remorso, pelo menos em tempo de contas a fazer, a prestar ou a esconder, os

media desdobram-se em programas, artigos, declarações e comentários.

O que foi o ano que passou, quer quase sempre dizer que perspectivas se abrem na opinião de.

Curiosamente, ou talvez não, a opinião e a perspectiva dos comunistas não aparece aos olhos dos leitores da maioria dos jornais, aos olhos e ouvidos da maioria dos rádio-ouvintes e dos telespectadores. O que se passou durante o ano foi — parece porque parece assim — um combate de galos. Entre o PSD e o PS, por exemplo. Entre Cavaco e o Presidente, por exemplo. Entre Guterres, promovido à categoria de galo e um galo

que não se sabe a que quer ser promovido. Os trabalhadores lutaram pelos seus direitos? Portanto, fala-se do Governo. Os estudantes protestaram nas ruas? Foi uma «geração rasca» que se agitou. Comemorou-se Abril? Talvez tenha sido apenas um momento azedo entre Belém e S. Bento. Os comunistas fazem propostas ao país? Nada disso, são apenas teimosos. O PCP reflecte e debate, reforça a sua ligação às massas? Quem dá conta disso através dos media?

Até as sondagens — que é tempo delas, fumegantes como castanhas no Outono — «esquecem» os comunistas, para que deles se esqueçam os «consumidores».

Recentemente, o «Expresso» publicou uma manchete em que era questão de 26,8 por cento para o PS, 20,7 para o PSD, enquanto enchia um saco com 44,2 de «indecisos». Há dias, o «Diário de Notícias» publicava outra, encomendada com a TSF e, pegando nos indecisos, distribuía-os pelos «maiores» partidos. «Proporcionalmente». Que é como quem diz que nada de novo se vai passar.

O novo ano, no entanto, irá esclarecer se, apesar de longe da vista, os comunistas não irão estar mais perto do coração.

■ Leandro Martins

A Leste: viragem à ESQUERDA

Os resultados das eleições na Bulgária - com uma inequívoca vitória por maioria absoluta do Partido Socialista Búlgaro e uma inequívoca derrota das forças anticomunistas de extrema-direita agrupadas na União das Forças "Democráticas" (ah! que tratos do polé sofrem os conceitos e as palavras (...)) - alteraram profundamente as condições políticas no país, permitindo enfim auspiciosas perspectivas para o seu povo. Não fáceis de concretizar. Uma brutal destruição da economia real, um enorme desemprego e quebra do nível de vida, o desmantelamento dos serviços sociais, o aumento em flecha da criminalidade, um aparelho de Estado instalado pela Direita no poder profundamente antidemocrático e corrupto, a mal disfarçada "antipatia" dos círculos "democráticos" ocidentais - são uma pesada herança para o Partido Socialista Búlgaro. O governo que venha a dirigir a recuperação nacional tem uma complexa tarefa pela frente. Inteligência política, mas sobretudo ampla e empenhada participação dos trabalhadores, dos cidadãos, das massas populares, são condições essenciais para a efectivação daquelas perspectivas.

Este começo de viragem à esquerda da consciência social não é fenómeno único da Bulgária. Com todas as peculiaridades que a diferenciada realidade dos países ex-socialistas do Leste da Europa comporta (quer já antes de 1989, quer depois na evolução destes últimos 5 anos) - trata-se de um fenómeno tendencial generalizado (ou quase). Ele manifestou-se nas eleições legislativas de Setembro de 1993 na Polónia. Nas eleições regionais e gerais de 1994 na Alemanha. Nas legislativas de Maio de 94 na Hungria, confirmada nas locais de Dezembro. Nas legislativas de 16 de Outubro na Macedónia. Nas eleições gerais de 1 de Outubro na Eslováquia. Nas eleições locais de 18 de Dezembro na Eslovénia. Nas eleições locais da República Checa de Novembro último.

A "nostalgia do passado", a que muitos comentadores atribuem esta viragem a Leste, deve ser entendida justamente. Não se trata do desejo de voltar a repetir deformações e erros que, nos últimos tempos, mancharam os regimes socialistas desses países. Trata-se da repulsa pela selvagem destruição capitalista e imperialista da sua economia, dos seus níveis de vida, dos seus valores de solidariedade efectiva, emprego, educação, saúde e velhice garantidos a todos, uma sociedade de segurança. Trata-se, sim, duma crescente revalorização dos valores e conquistas positivas desse passado socialista na consciência social das massas. É isso que é expresso na dramática declaração duma enfermeira búlgara de 50 anos, hoje compelida a vender amendoins: "O meu sonho é conseguir viver, de novo, decentemente como um ser humano." A declaração vem, curiosamente, num artigo do *The Wall Street Journal* (transcrito pelo *Diário Económico* de 22/12).

Após o colapso dos regimes socialistas do Leste da Europa e da URSS, o nosso Partido disse que o retrocesso do socialismo para o capitalismo iria ser um processo muito mais difícil do que o imperialismo supunha. Estes 5 últimos anos confirmaram inteiramente a nossa tese. O começo de viragem à esquerda da consciência social a que estamos a assistir na Europa do Leste, com processos diferenciados e decerto nem todos isentos de ilusões e contradições, é um factor de retoma do avanço para um futuro melhor. Foi difícil até agora, continuará difícil ainda para diante. Mas o capitalismo, que conheceu nestes últimos anos uma das suas piores crises cíclicas e vai agravando a sua crise estrutural, é uma realidade a exigir ser ultrapassada pelo socialismo, perspectiva humana do futuro.

■ Carlos Aboim Inglez

Orçamento do Estado para 1995

As propostas do PCP que o PSD inviabilizou

Duras críticas ao Orçamento do Estado para 1995 pelo que ele representa enquanto factor de agravamento das injustiças sociais e de promoção da concentração da riqueza continuam a ser a tônica dominante das tomadas de posição das várias organizações do PCP que se pronunciaram até ao momento sobre esta matéria. Particularmente verberado é o facto de o Orçamento para o ano que se aproxima continuar o quadro das políticas que se vêm traduzindo na quebra da produção, no aumento do desemprego e do emprego precário, no alastramento da pobreza e da exclusão social, na ausência de perspectivas de desenvolvimento sustentado.

Traço comum, nas análises feitas pelas organizações comunistas, é ainda a constatação no que se refere à postura do PSD de sistemática inviabilização das propostas da oposição em sede de especialidade,

propostas estas que nos seus objectivos visavam melhorar o Orçamento em áreas tão importantes como sejam, entre outras, a carga fiscal sobre os trabalhadores e as famílias, a segurança e tranquilidade pública, a juventude e a toxicoddependência, a educação e a saúde, as acessibilidades e os transportes, as autarquias.

Nota de realce merece ainda o facto de o PS ter assumido, curiosamente, a exemplo do que já sucedeu em anos anteriores, uma atitude de grande ambiguidade e incoerência no seu sentido de voto relativamente a propostas do PCP.

Com efeito, ao abster-se em relação a propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, destinadas a resolver problemas concretos das populações que os deputados, autarcas e militantes socialistas dizem defender - de que são testemunho, por

exemplo, as propostas relativas aos distritos de Setúbal e Beja - o PS evidencia a insanável contradição entre as posições que parece abraçar localmente e as posições que efectivamente assume na Assembleia da República. Ainda a este respeito, significativo da incoerência reinante, mas nem por isso menos estranho, é o caso de uma proposta de apoio aos idosos do Barreiro subscrita pelos deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal - aliás, a única proposta da sua autoria contra as mais de 50 apresentadas pelos deputados do PCP sobre o distrito -, proposta esta que, incompreensivelmente, não mereceu o seu apoio na altura da votação.

Mas vejamos então algumas das propostas e comentários de organizações do PCP que se pronunciaram nestes últimos dias sobre o Orçamento do Estado para 1995:

Distrito de Setúbal

(...) As 50 propostas apresentadas pelos Deputados Comunistas eleitos pelo Distrito de Setúbal têm em conta o interesse, o desejo e as necessidades das populações e o desenvolvimento harmonioso e sustentado do Distrito.

Por isso mesmo e conforme o compromisso eleitoral assumido pelo PCP, continuaremos a lutar por essas propostas e projectos, que como em anos anteriores e por corresponderem às justas aspirações das populações, à melhoria da sua qualidade de vida e ao progresso do Distrito e de cada um dos seus treze Concelhos acabarão por se concretizar.

1 - Acessibilidades, Transportes e Comunicações

- Implementação do Metro Sul - Rede de Transporte Ligeiro de Massas sobre Carril, ligando Almada, Seixal, Barreiro e Moita - apoio aos estudos e projecto
- Travessia do Tejo (Corredor Central - Barreiro/Chelas)
- Via L3 (via alternativa à EN 377), Via Circular da AML-Sul ligando Almada, Seixal, Sesimbra e Barreiro-N6 de Coia (L3 - Anel de Coia - IC13)
- Ponte Barreiro - Seixal (estudo e projecto)
- Via Alternativa à Estrada Nacional nº 10 no Concelho do Seixal
- Prolongamento da Via Rápida da Costa - Variante à Costa da Caparica (Concelho de Almada)
- Passagens desniveladas de Pinhal Novo e Poceirão (Concelho de Palmela)
- Reparação das Estradas Nacionais no Concelho de Grândola - EN 261, EN 261-1, EN 261-2 e EN 120
- Alargamento da Ponte de Melides (Concelho de Grândola)
- Via Variante de Azeitão (Concelho de Setúbal)
- Passagens desniveladas na Variante de Grândola.

2 - Educação e Formação

- Escola de Enfermagem do Distrito de Setúbal
- Instituto Politécnico do Barreiro (estudos para instalação)
- Centro de Formação Profissional de Sines
- Escola C+S de Pegões (Concelho do Montijo)
- Escola Básica Integrada da Comporta (Concelho de Alcá-

cer do Sal) • Escola C+S do Cercal do Alentejo (Concelho de Santiago do Cacém) • Escolas C+S para as Freguesias de Poceirão /Marateca e Quinta do Anjo (Concelho de Palmela) • Rede escolar do Concelho de Almada (Escolas Secundárias do Feijó e Cova da Piedade e Escola Preparatória da Trafaria).

3 - Saúde

- Centros de Saúde no Concelho de Setúbal - Azeitão, S. Sebastião, Sado/Santo Ovídeo, Pontes
- Centros de Saúde no Concelho do Seixal - Corroios, Miratejo, Pinhal de Frades, Torre da Marinha
- Centro de Saúde da Quinta do Conde - Concelho de Sesimbra
- Centro de Saúde do Lavradio - Concelho do Barreiro
- Centro de Saúde do Vale da Amoreira - Concelho da Moita
- Centro de Saúde do Montijo, Freguesia de Afonsoeiro, Alto Estanqueiro-Jardim e Sarilhos Grandes
- Centro de Saúde de Palmela, Quinta do Anjo e Poceirão.

4 - Segurança

- Instalações para as Forças de Segurança em Alhos Vedros, Vale da Amoreira/Vila da Baixa da Banheira no Concelho da Moita
- Quartel para os Bombeiros Voluntários de Santo André - Concelho de Santiago do Cacém
- Quartel para os Bombeiros Voluntários de Canha
- Concelho do Montijo
- Quartel para os Bombeiros Voluntários de Alcochete
- Quartel para os Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal
- Quartel para os Bombeiros Voluntários da Moita
- Instalações para as Forças de Segurança de Sesimbra (GNR/Guarda Fiscal).

5 - Segurança Social

- Centro de Dia da Quinta do Conde - Concelho de Sesimbra
- Lar de S. José da Santa Casa da Misericórdia do Montijo
- Centro de Dia de Palmela
- Lar da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia de Sines
- Creche e Jardim de Infância do Vale da Amoreira - Concelho da Moita
- Lar e Centro de Dia da Vila da Baixa da Banheira - Concelho da Moita
- Ampliação das instalações para a 3ª Idade da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete.

6 - Ambiente

- Desassoreamento do Rio Sado e Limpeza das Margens nos Concelhos de Alcácer do Sal e Grândola
- Vala da Costa da Caparica - Concelho de Almada
- Parque Urbano da Paz - Concelho de Almada
- Recuperação da Lagoa de Melides - Concelho de Grândola
- Acções de recuperação da zona ribeirinha de Alcochete (Pontão flutuante do cais de Alcochete e Ponte da SNAB/Praia dos Moinhos)

7 - Cultura, Desporto e Tempos Livres

- Equipamentos Culturais no Concelho de Almada (Teatro da Parábola da Companhia de Teatro de Almada e Centro de Artes Plástica da IMARGEM)
- Apoio ao Movimento Associativo do Concelho do Barreiro - Sociedade F.A. Lavradiense, Sociedade IRB. «Os Penicheiros», Grupo DR «Os Leças»
- Apoio à construção de Pavilhões Gimnodesportivos no Concelho do Seixal (Miratejo/Brasileiro/Rouxinol, Foguetreiro e Cruz de Pau)
- Apoio ao Movimento Associativo do Concelho de Almada - SFUAP, Almada AC, CD da Cova da Piedade, S. M. Trafariense, Incrível Almadense e Casa do Algarve.

Distrito da Guarda

(...)

A DORG do PCP considera que o Orçamento do Estado para 1995 deixa o Distrito da Guarda à margem do desenvolvimento, já que os poucos investimentos inscritos no PIDDAC estão numa perspectiva eleitoralista e não o de criar condições para o Desenvolvimento.

O PIDDAC/95 não responde aos problemas estruturais de que o Distrito necessita. São quase nulos os investimentos para a agricultura e indústria, áreas onde a crise mais se faz sentir. Nas áreas sociais o PSD quase só contempla os Centros de Dia e mesmo assim com verbas ridículas de 2,3 e 5 mil contos.

É a habitual política da distribuição do cheque pelas aldeias, onde os ministros fazem a campanha eleitoral do PSD com os dinheiros públicos.

A DORG do PCP, tentando remediar tal situação, propôs ao Grupo Parlamentar as seguintes propostas:

- Reforço de verba na Construção do Tribunal Judicial de Seia
- Aproveitamento turístico do Rio Zêzere e Projecto de Piscina de água quente, no complexo termal de Manteigas
- Escola C+S de Manteigas (ampliação)
- Escola C+S de Manteigas - Construção do campo de jogos coberto e balneários
- Escola Básica 2ª e 3ª ciclos da Guarda
- Escola Básica 2ª e 3ª ciclos de Loriga (reforço)
- Estrada 232 Cruzamento Gouveia-Mangualde
- Estrada Pinhel-Figueira
- Estrada Pinhel-Guarda
- Despoluição das Ribeiras do Concelho de Gouveia
- Captação e abastecimento de água integrado ao Concelho de Gouveia
- Construção de uma ETAR na cidade de Pinhel
- Plano de recuperação paisagística e patrimonial do Vale do Zêzere
- Construção de pista de corta-mato e pista de treinos para atletismo no concelho de Gouveia
- Construção do Quartel de Bombeiros de Almeida
- Apoio à reconversão do Teatro-Cine de Gouveia.

Distrito de Beja

(...) As propostas de alteração correspondem a novos projectos para o distrito de Beja, com um orçamento, para 1995, de um milhão e meio de contos.

O PSD e o CDS, ao votarem contra as novas propostas, e o PS, ao abster-se, travaram, mais uma vez, o arranque em 1995 de novos projectos para o distrito de Beja, projectos que seriam suporte de desenvolvimento económico e social e que permitiriam a criação de centenas ou milhares de novos postos de trabalho.

- Criação em Beja, de um Centro Tecnológico capaz de acolher, durante a fase de arranque, pequenos e médios projectos de empresas de transformação agro-alimentar
- Criação, em Beja, de um Euro-Gabinete
- Criação, em Beja, de um Instituto Regional de Pesquisa de Mercados
- Arranque da construção das Barragens de Gema e Água Branca, em Odemira
- Arranque da ligação das Albufeiras de Alvito, Odivelas e Roxo
- Arranque da recuperação e reconversão dos perímetros de rega

- do Roxo, Odivelas e Mira
- Criação da Zona de Paisagem Protegida do Baixo-Guadiana
- Despoluição do Rio Guadiana
- Desassoreamento do Rio Mira
- Beneficiação dos Postos de Pesca de Azenha do Mar, Zambujeira do Mar e Vila Nova de Mil Fontes
- Estudo de utilização da Base Aérea de Beja, para fins civis e comerciais
- Prosseguimento do Apoio ao Programa Agro-Pecuário de Desenvolvimento da Área de Mértola
- Concretização da Carta Geológica do Alentejo e reelaboração do Projecto Mineiro, com redefinição dos projectos das minas Pirites Alentejanas (Aljustrel) e Neves Corvo (Castro Verde), e estudo, no âmbito do novo projecto mineiro, da viabilidade das metalúrgicas do cobre e do estanho
- Aterro Sanitário Multimunicipal de Cuba, Alvito, Vidigueira, Portel, Viana do Alentejo
- Aterro Sanitário Multimunicipal de Ourique e Almodôvar
- Construção de uma Unidade de Acolhimento e Permanência de Deficientes Dependentes ou Semidependentes
- Construção de novo Edifício no Hospital Distrital de Beja
- Ampliação do Centro de Saúde de Ourique, Sabóia, Serpa, Ficalho, Aljustrel, Rio de Moinho, Alvito
- Lares de 3ª Idade em S. Teotónio
- Aquisição e preservação do Castelo de Noudar, em Barrancos
- Instalação do Museu Islâmico, em Mértola
- Instalação do Núcleo Museológico em Garvão, Ourique
- Reparação das pinturas das capelas, em Alvito
- Recuperação da Igreja Matriz, em Messejana (Aljustrel)
- Sede da Associação de Defesa do Património, em Mértola
- Construção do Palácio da Justiça, em Mértola
- Construção de um Pavilhão Gimnodesportivo, em Ourique
- Edifício para a Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública, de Alvito
- Construção de Residência para Estudantes, em Mértola
- Escola Básica, em Pias
- Construção do Itinerário Principal nº 8/IP8
- Beneficiação da EN 265 (longitudinal da Margem Esquerda)
- Permeabilização viária da fronteira (troço de ligação ao Ajuntamento de Paynogo)
- Reparação da EN 383, entre o Torrão e a Vidigueira
- IC - Beja/Mértola/Vila Real de St. António
- Beneficiação da EN 123, Castro Verde/Mértola
- Reparação da EN 389, Ourique/Cercal do Alentejo.

CRESCER O DESEMPREGO EM CASCAIS

Eleva-se a cinco mil o número de postos de trabalho eliminados nos últimos cinco anos no concelho de Cascais, em consequência do encerramento de empresas ou do recurso às reformas antecipadas, salienta em comunicado a Comissão Concelhia do PCP. Intitulada a "situação social e a necessidade de lutar", a nota dos comunistas de Cascais dirigida aos trabalhadores alerta entretanto para o facto de esta tendência de perda de postos de trabalho efectivos continuar a acentuar-se, designadamente nos sectores eléctrico/electrónico, hotelaria e metalúrgico, com consequente aumento da "chaga dos contratados a prazo ou em *part-time*". No plano dos direitos dos trabalhadores, lê-se no comunicado, "têm aumentado os casos de repressão patronal, de violação e retirada de direitos, de proibição da realização de plenários", sendo dado como exemplo neste capítulo o caso da Euronadel onde a administração enviou cartas a trabalhadores com muitos anos de casa para rescisão dos postos de trabalho por «mútuo acordo» sob a ameaça de, caso não o aceitem, proceder a despedimentos.

DEGRADAÇÃO DA CASA DA MOEDA

"A quem interessa a degradação e destruição da Imprensa Nacional - Casa da Moeda?", perguntam os comunistas desta empresa em comunicado onde chamam a atenção dos trabalhadores para a prática do Governo, concretizada pelas administrações por si nomeadas, a qual se tem traduzido pela "entrega de «mão beijada» das empresas rentáveis ao grande capital".

A experiência da INMC é disso testemunho, como salienta o comunicado, ao passar de empresa "próspera e rentável" para uma empresa onde os trabalhadores encaram o futuro com grandes preocupações, face, entre outras razões, à perda de prestígio, à degradação da qualidade dos trabalhos por culpa exclusiva dos gestores, à estagnação em que se encontra, e "aos negócios pouco claros, com cheiro a corrupção", que parecem existir.

A confirmar o seu ponto de vista, recorda a célula do PCP no comunicado dirigido aos trabalhadores, está a aquisição de máquinas inadequadas para o serviço da empresa; a aquisição de duvidosas matérias-primas no valor de milhares de contos que depois chefias intermédias se apressam a destruir; a encomenda de metais preciosos com adiantamentos de milhares de contos, sem garantia bancária, com a anunciada falência da empresa fornecedora; a permuta de viaturas de serviço com resultados mais que duvidosos; crescentes subadjucações enquanto a empresa está quase parada; a intenção de abandonar os exclusivos, entre outros trabalhos, de grande suporte económico.

NOVO CT EM PEDROUÇOS

Um recente almoço-convívio que reuniu militantes e amigos do Partido assinalou a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP de Pedrouços, concelho da Maia.

Presente o camarada Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política e da DORP, que assinalou na ocasião a importância de que se reveste a obra para o desenvolvimento do trabalho partidário, bem como o seu significado de "grande confiança no futuro do ideal comunista". Localizado numa freguesia de grande influência do PCP, o novo Centro de Trabalho vai também perpetuar a memória do destacado militante comunista pedrouçense Francisco Dantas, recentemente falecido.

O PCP COM OS AÇORES NA AR

O relevante papel recentemente desempenhado pelo Grupo Parlamentar comunista em questões relacionadas com os Açores, designadamente na discussão do Orçamento do Estado e da manutenção do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo em Santa Maria (NAV II), foi realçado em termo elogiosos pela DOR dos Açores do PCP.

Em comunicado aos órgãos de comunicação social, os comunistas açorianos chamam particularmente a atenção para o facto de ter sido a formação comunista a desencadear o processo institucional que levou à aprovação por unanimidade de uma Resolução da AR que defende a manutenção do referido Centro de Controlo nos Açores, lembrando simultaneamente que foi o único grupo parlamentar a honrar integralmente os compromissos assumidos numa recente visita de uma delegação do Parlamento à região.

ELEITOS CDU VISITAM TORTOSENDO

Muitas promessas por cumprir e várias situações graves a que urge dar resposta foi o que constaram, em Tortosendo, os eleitos da CDU na Câmara, Assembleias Municipal e de Freguesia, bem como dirigentes do PCP, em recente visita de trabalho àquela vila.

No decorrer da deslocação, segundo uma nota da Comissão Concelhia da Covilhã, foram estabelecidos contactos com a população, associações e colectividades, designadamente, o Unidos Futebol Clube, o Centro de Apoio à 3ª Idade, a Liga dos Amigos de Tortosendo, o Sport Tortosendo e Benfica, o Grupo Desportivo Casalense e o CPT Pinhos Mansos, de que resultou um levantamento das carências e aspirações que os eleitos da CDU irão consubstanciar em propostas a apresentar aos órgãos autárquicos respectivos.

DOR do Algarve prepara legislativas Recuperar deputado é grande objectivo

A análise da situação económica, social e política, bem como a preparação das próximas eleições legislativas, foram os temas fortes na mais recente reunião da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Das conclusões apuradas, tornadas públicas em comunicado, ressalta a tomada de posição dos comunistas algarvios relativamente ao Plano Regional de Turismo, à situação das pescas e da agricultura, merecendo igual relevo a sua leitura sobre a situação social e sobre os objectivos a concretizar nas Legislativas do próximo ano.

Referindo-se ao diagnóstico traçado no Plano Regional de Turismo, elaborado em sua opinião com alguns anos de atraso, a DORA considera que ele «confirma igualmente as críticas que o PCP vinha desde há muito formulando acerca das características negativas que assumiu o desenvolvimento da actividade turística no Algarve: crescimento desordenado da oferta de alojamento turístico; concentração excessiva do alojamento num reduzido número de concelhos; excessivo peso do imobiliário turístico em detrimento da hotelaria clássica; dependência de um reduzido número de mercados emissores; degradação de recursos turísticos.»

Perante tal situação, que desde há muito se evidenciava, o Plano Regional de Turismo aponta uma série de medidas correctoras, relativamente às

quais, com vista a uma eficaz aplicação, os comunistas algarvios sugerem as seguintes medidas: a abertura de um debate público para a sua discussão, garantindo a efectiva intervenção de todas as forças e sectores associados a esta importante actividade económica; a garantia de que no órgão previsto para a sua concretização estejam representadas estruturas regionais, designadamente a Região de Turismo, autarquias, associações sindicais e empresariais; por último, que o Plano disponha dos mecanismos financeiros que lhe permitam com real eficácia concretizar o conjunto de medidas nele apontadas.

Em relação às pescas, num comentário às recentes medidas aprovadas pelo Parlamento Europeu visando antecipar para Janeiro de 1996 a integração de Portugal e Espanha na Política

Comum de Pescas, a DORA sublinha que esta decisão «consagra graves consequências para a sobrevivência do nosso sector pesqueiro, já que, entre outros aspectos, permite a abertura das nossas águas territoriais (zona das 12 milhas) à presença de outras frotas comunitárias, designadamente da frota espanhola. É mais um duro golpe neste sector económico com relevo no Algarve, para o qual contribuíram os votos favoráveis dos deputados do PSD e do CDS e a abstenção dos deputados do PS. Só os deputados do PCP se pronunciaram e votaram contra tais decisões, contrárias aos interesses de Portugal e da nossa economia.»

Quanto à agricultura, refere a DORA no seu comunicado, o «espectáculo dado por alguma comunicação social acerca da destruição de centenas de toneladas de laranja no concelho de Silves, só porque não tinham as medidas necessárias para serem comercializadas, denota bem a falência da política deste Governo e dos seus fiéis seguidores na CCR Algarve. Tal espectáculo demonstra também a falência do modelo de desenvolvimento que têm incentivado no Algarve e só por si, se restasse um mínimo de dignidade, deveria conduzir à sua demissão. De facto, é inconcebível que produção de boa

qualidade seja inutilmente destruída, quando deveria ser pelo menos aproveitada industrialmente, situação tanto mais grave quanto se sabe que a indústria nacional de sumos tem de importar concentrados para alimentar a sua produção.

Depois de analisar a situação social da região, marcada em seu entender pelo «aumento brutal do desemprego» e pelo «flagelo dos salários em atraso», a nota da DORA detém-se nos objectivos traçados para as próximas legislativas, o primeiro dos quais aponta para a «recuperação do deputado eleito pela CDU no Algarve, eleição cuja necessidade foi bem evidenciada ao longo destes 4 anos pela fragilidade e inconsequência da acção dos deputados do PS face aos problemas da Região.»

«Neste plano, conclui a DORA, foram definidas as características da lista e o perfil dos candidatos a apresentar, concluindo-se que devem ser pessoas ligadas à Região e aos seus problemas, representativas dos vários estratos e camadas sociais mais significativas do Algarve, com provas dadas e reconhecida competência no exercício das suas funções, no quadro de uma linha de renovação e de reconhecimento do papel da Juventude e das mulheres.»

Comunistas de Viseu preparam IV Assembleia

«Reforçar o PCP, desenvolver o distrito, intervir para uma nova política» constitui o lema da IV Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP, a realizar em 29 de Janeiro próximo. Desta reunião magna, cuja data e lema foram recentemente aprovados pela DOR de Viseu, sairão as linhas fundamentais de orientação para a actividade dos comunistas no distrito, bem como a nova Direcção Regional.

Entretanto, no quadro da preparação da Assembleia, está já em curso uma campanha de recrutamento de novos militan-

tes, tendo em vista o reforço do PCP, condição que a DORV considera «indispensável para uma verdadeira alternativa democrática à actual política destrutiva prosseguida pelo PSD.»

No comunicado emitido após a sua última reunião, a DORV sublinha, por outro lado, num comentário à situação social, económica e política no distrito, a crescente degradação do nível de vida das populações da região, com aumento do desemprego e do emprego precário, assistindo-se, simultaneamente,

à diminuição dos salários reais dos trabalhadores (que continuam a ser dos mais baixos do País), numa altura em que muitas empresas de vários sectores de actividade continuam a sentir sérias dificuldades económicas.

A dívida das empresas à Segurança Social no distrito mantém uma tendência preocupante para o seu aumento sem que se veja nenhuma medida governamental de correcção assinala ainda a DORV que considera que se está a perder uma «magnífica oportunidade para

estimular a participação das populações em decisões sobre os seus interesses e sobre as perspectivas de desenvolvimento das comunidades locais, porquanto, na generalidade dos casos, os Planos Directores Municipais de muitos concelhos que têm estado em período de discussão pública, não têm sido, de facto, motivo de discussão com as respectivas populações e forças vivas dos municípios, evidenciando uma atitude fechada e nada criativa por parte de gestões autárquicas do PSD e do PS.»



O Militante

Ano 63 Série IV Nº 214

ABERTURA
2 1995 - MAIOR MOBILIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DO PARTIDO

INFORMAÇÃO
4 IMPRENSA DO PARTIDO - LER, DISCUTIR, DIVULGAR

HOMENAGEM
6 "VOZES AO ALTO" PARA LOPES-GRAÇA

CONFERÊNCIA NACIONAL
8 UMA IMPORTANTE INICIATIVA NECESSÁRIA E OPORTUNA

PODER LOCAL
17 AUTARQUIAS E JUVENTUDE: RESPONDER A NOVOS DESAFIOS

ECONOMIA
21 UM ORÇAMENTO CONTRA AS FAMÍLIAS

REFORMADOS
24 DO SONHO TRAÍDO À LUTA NECESSÁRIA

SOCIAL
29 PASTAS E POSTAS

MARXISMO-LENINISMO
33 ACERCA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Com "unificação da luta" em 26 de Janeiro Plenário de Sindicatos da CGTP-IN exige demissão do Governo

Exigindo a demissão do Governo e uma nova política, lutando pelos contratos colectivos de trabalho e apontando para a acção reivindicativa, o Plenário dos Sindicatos definiu, em Resolução aprovada nas vésperas do Natal, um quadro de luta para o ano que se aproxima. O próximo dia 26 de Janeiro é apontado como a data da unificação da luta reivindicativa a desencadear desde já.

Na exigência da demissão do Governo, o Plenário de Sindicatos foi muito claro: "Há que pôr termo ao manobristo político", impondo-se "a urgência de uma alternativa democrática com uma nova política que promova o desenvolvimento do País, a criação do emprego, a melhoria dos salários e da protecção social, o respeito pelos direitos dos trabalhadores".

Explicando as razões que presidem à necessidade de se dinamizar a luta reivindicativa, o Plenário recordou que "nenhuma economia pode funcionar bem, nem pode haver progresso

social, se os trabalhadores e a generalidade da população tiverem baixos salários e uma baixa protecção social para satisfazer as suas necessidades essenciais". Contudo, sublinha a Resolução, "o Governo e o patronato, mais uma vez, defendem uma política de moderação salarial e opõem-se ao crescimento real dos salários". A melhor prova disso está no Orçamento de Estado aprovado pelo PSD para 1995, "onde se penaliza, ainda mais, os rendimentos das classes trabalhadoras, agravando os impostos directos e indirectos". Em contraste, "os ricos e o

capital são cada vez mais beneficiados com as isenções fiscais e outras benesses".

Contratos colectivos, - instrumentos indispensáveis

Definindo os contratos colectivos de trabalho como "instrumentos indispensáveis para afirmar os valores fundamentais na vida da sociedade democrática", o Plenário considerou a acção reivindicativa em geral, centrada nas empresas e locais de trabalho, "o meio necessário para viabilizar os objectivos de luta dos trabalhadores". E apontou vários objectivos concretos, na luta pelo desbloqueamento da contratação colectiva e pela viabilização dos conteúdos dos contratos, com a mobilização e o envolvimento de todos os trabalhadores:

- O combate aos despedimentos e ao desemprego.

- A promoção do emprego e da segurança no emprego.

- A redução dos horários de trabalho e a garantia do limite legal das 40 horas semanais.

- A melhoria dos salários e o aumento do salário mínimo em 7.500\$00.

- A melhoria e dignificação das condições de trabalho, designadamente na área da Segurança Social e da Saúde, o aumento das pensões de reforma e das prestações sociais para valores minimamente satisfatórios.

- A efectivação plena dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

O Plenário assinalou também as dificuldades que se têm colocado à luta dos trabalhadores face à ofensiva violenta do patronato e do Governo - "ofensiva que tem sido facilitada por atitudes dos sindicatos da UGT

que vão, uma vez mais, ao encontro das posições do patronato e do Governo, dificultando a luta dos trabalhadores e comprometendo as suas aspirações", como ainda recentemente aconteceu na Administração Pública e nas empresas TAP, Portucel e Companhia das Lezírias.

Vale a pena lutar

Contudo, "dando provas de grande combatividade, os trabalhadores têm lutado com firmeza pelos seus direitos e interesses", assinala igualmente a Resolução, recordando as recentes lutas dos trabalhadores na Grundig, na Rodoviária do Sul do Tejo, na Cimianto, na Portucel, na Telecom, na Quimigal-adubos, na Manuel Pereira Roldão (Marinha Grande), na Cavan (Setúbal), nos estaleiros de Viana do Castelo, nos secto-

res profissionais da Administração Central, Regional e Local, dos enfermeiros, etc., etc.

Tendo em conta "a ampla convergência dos processos de negociação colectiva no actual período", o Plenário de Sindicatos decidiu "intensificar, desde já, a luta reivindicativa e promover a sua unificação no dia 26 de Janeiro próximo, em torno da acção reivindicativa e da contratação colectiva", apelando à participação de todos os trabalhadores dos sectores e empresas com processos reivindicativos em curso, nessa fase.

E sublinha a Resolução do Plenário de Sindicatos:

"Além da afirmação das reivindicações dos trabalhadores em luta, a jornada de luta de 26 de Janeiro terá de constituir uma plataforma segura para desenvolver uma acção sindical global, envolvendo a participação de todo o movimento sindical".

Ministério da Educação A "farsa de Verão" continua no Inverno

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) está em luta aberta com mais um afrontamento do Ministério da Educação, que lhe enviou há dias pré-legislação referente às "habilitações para a docência", que o Ministério pretende ver analisada pelos sindicatos num período de ausência dos professores das escolas, numa reedição da "farsa de Verão" representada com os sindicatos em Julho passado. "Inaceitável", responde a FENPROF, exigindo a marcação de reuniões específicas para um debate aprofundado sobre esta matéria. Entretanto, a FENPROF propõe aos sindicatos e aos professores a realização de Plenários Regionais no dia 27 de Janeiro e uma Greve Nacional dos Professores a 16 de Fevereiro, em defesa da profissão docente e da estrutura da Educação.

O Ministério da Educação marcou para ontem, 28 de Dezembro, uma reunião com a FENPROF (que não recebe desde Julho, apesar de repetidas solicitações), agendando, como matérias de discussão, a "Habilitação para a docência", "Pessoal não docente", a Regulamentação do Artº 54º (aquisição de Mestrado por docentes licenciados) e Artº 55º do BCD (aquisição de licenciatura por bacharéis) e "Educação Pré-Escolar". "Como suporte para a preparação de tal reunião", conta a FENPROF, "o Ministério fez chegar às organizações sindicais, apenas no dia 22, dois projectos de despachos normativos, referentes às 'habilitações para a docência' que a senhora Ministra pretenderá que sejam analisados pelas organizações sindicais, num

período de ausência dos professores das escolas".

A FENPROF não esqueceu que "a senhora Ministra se comportou exactamente da mesma forma - que se revelou antinegocial - aquando da marcação da última reunião com as organizações sindicais, em 19 de Julho passado: aguardou o início das férias dos professores, marcou a reunião com pouca antecedência e enviou, praticamente de véspera, apenas parte dos documentos necessários à discussão", não tendo em conta "rigorosamente nenhuma das propostas sindicais".

Ao tentar repetir, agora, "a metodologia da farsa de Verão", acusa a FENPROF, "a ministra da Educação revela que, até no que respeita ao seu relacionamento com as orga-

nizações sindicais, esgotou a sua originalidade".

Considerando "inaceitável" este comportamento por parte do Ministério, a FENPROF deslocou-se à reunião do dia 28 com o propósito de exigir a marcação de reuniões específicas para um debate aprofundado e uma negociação séria "de matérias tão importantes para os professores e para o Sistema Educativo, como são a Educação Pré-escolar e a Revisão do Quadro de Habilitações para a docência".

A FENPROF exigirá, assim, o agendamento, com início na 1ª quinzena de Janeiro, de reuniões de negociações para tratar das matérias propostas pelo Governo, solicitando a entrega dos documentos referentes a todas elas.

Proporá, igualmente, a determinação de um calendário negocial que tenha em conta o acompanhamento do processo, por parte dos professores interessados nos assuntos em discussão.

"A aceitação desta proposta de metodologia de negociação", frisa a FENPROF, "é condição indispensável" para que esta "não considere esta reunião como apenas mais uma farsa negocial".

Entretanto, o Secretariado Nacional da FENPROF, dado que continuam por resolver "numerosas questões de grande importância para os professores e educadores e para o ensino em geral", aprovou uma Resolução onde propõe a todos os Sindicatos da FENPROF a

continuação da luta iniciada no 1º período. Nela se prevê a realização de Plenários Regionais em todo o País no dia 27 de Janeiro próximo, com o objectivo de debater a situação das escolas, do ensino e da profissão, a realização de uma Greve Nacional de Professores no dia 16 de Fevereiro, o desencadear de acções contra a candidatura ao 8º escalão junto ao Ministério da Educação, entre 20 e 24 de Março e uma Manifestação Nacional de Professores no dia 24 de Março.

Viabilizar a Torralta

Os órgãos representativos dos trabalhadores (ORT's) da Torralta reuniram na passada segunda-feira em Tróia para "apreciar a situação da empresa e perspectivar as próximas iniciativas", antes da realização da próxima Assembleia de credores, que se realizará em Grândola, no próximo dia 9 de Janeiro, "no sentido de que o Estado - principal credor -, através do Governo, proceda à viabilização da empresa".

As ORT's da Torralta assinalam que "são do conhecimento público as divergências existentes no seio do Executivo acerca da solução final a adoptar", embora dois factos recentes "possam indicar uma perspectiva positiva": a viabilização do Casino Hotéis de Tróia através do processo de gestão controlada (medida que, segundo os trabalhadores, "só tem sentido se encarada numa perspectiva de viabilização global do empreendimento de Tróia"), e a consideração, pelo Secretário de Estado da Segurança Social, de que a apresentação de propostas no final do mês passado merecem "a credibilidade do Governo".

No sentido de conhecerem a decisão do Governo, as ORT's da Torralta deliberaram solicitar audiências, sucessivamente e para 5 de Janeiro, ao Ministro do Emprego e Segurança Social, ao Secretário de Estado da Segurança Social, ao Primeiro-Ministro e ao Secretário de Estado do Turismo.

Deliberaram, igualmente, propor aos trabalhadores a realização de uma vigília frente ao Ministério do Emprego, no mesmo dia 5 de Janeiro, entre as 17 e as 21 horas, visando sensibilizar o Governo para a necessidade da viabilização da Torralta.

Hotelaria do Centro com novos órgãos sindicais

O Sindicato de Hotelaria do Centro tem novos órgãos sindicais, eleitos nos dias 13, 14 e 15 de Dezembro por 53 secções de voto, 47 das quais colocadas nas principais empresas do sector espalhadas pelos Distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Leiria e Castelo Branco.

Participaram no acto eleitoral 773 associados, tendo 757 votado na lista "A", 11 votado em branco e cinco votado "Nulo".

A lista "A", que se propõe "Lutar por melhores salários e Defender os Direitos", é composta por 45 dirigentes dos seis Distritos da Zona Centro, homens e mulheres, com as mais diversas categorias profissionais.

O acto de posse realizar-se-á em Coimbra, no próximo dia 9 de Janeiro.

Marinha Grande

Luta dos trabalhadores da M.P. Roldão enfrenta repressão brutal da polícia e indiferença do poder político

Hoje mesmo, dia de saída do nosso jornal, estará na Praça Stephens, na Marinha Grande, uma grandiosa manifestação de apoio aos trabalhadores da empresa vidreira "Manuel Pereira Roldão", convocada por numerosos sindicatos. É o movimento mais recente de solidariedade com uma luta que já entrou na 3ª semana, mobilizando os cerca de 400 trabalhadores desta importante empresa contra os despedimentos em massa e o encerramento pretendidos pela administração. A resposta governamental tem sido, até agora, a da repressão brutal sobre os trabalhadores. E a luta continua, com a paralisação total da empresa, cortes de estrada e protestos na rua.

A luta dos 390 trabalhadores da empresa vidreira "Manuel Pereira Roldão" (MPR), uma das mais importantes unidades fabris da Marinha Grande, começou há cerca de três semanas com uma hora de paralisação, decidida para exigir o pagamento dos salários em atraso, evoluindo rapidamente para a paralisação total.

A 22 de Dezembro último, a administração da empresa decide, e anuncia em conferência de Imprensa, o encerramento "tem-

porário" da empresa até 7 de Janeiro próximo o despedimento de cerca de 200 trabalhadores (metade dos efectivos actuais...), invocando uma fantástica "justa causa" cuja *justeza* e *causa* ninguém descortina. O objectivo anunciado previa a reabertura da empresa com um reduzido número de efectivos.

Os trabalhadores não aceitam esta arbitrariedade e decidem radicalizar as suas formas de luta, em defesa dos seus postos de trabalho e a exigência do

pagamento dos salários em atraso e do subsídio de Natal, igualmente em falta.

As acções desencadeadas pelos trabalhadores começaram pela ocupação da estação de comboio da Marinha Grande e corte da via férrea da Linha do Oeste, a par do corte da estrada para Leiria. Outras ocupações foram efectuadas pelos trabalhadores: no Centro de Emprego, na Avenida do Vidreiro, na Caixa Geral de Depósitos e, de novo, o corte de estradas e da via férrea. A força de Intervenção da PSP de Leiria surgiu em força (150 elementos), protagonizando cenas de grande violência, agredindo os trabalhadores dentro do próprio edifício da Câmara Municipal, onde se haviam refugiado da fúria policial. A violência da polícia sobre os trabalhadores da MPR e a população que, crescentemente, com eles se solidariza nos protestos de rua, já chegou à utilização de gases lacrimogéneos e o disparo de balas de borracha sobre a multidão, como se verificou esta semana.

Entretanto, o Governo de Cavaco Silva nada fez, até ao momento, para resolver esta grave situação que está a afectar todo o Concelho.



A televisão mostrou, perante o País Indignado, a brutal repressão policial sobre os trabalhadores da Marinha Grande, que se limitam a reivindicar o pagamento dos salários em atraso e a garantia dos postos de trabalho



Concelhia do PCP toma posição

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP tomou rapidamente posição, face aos graves acontecimentos ocorridos com os trabalhadores da M. P. Roldão, afirmando que se avolumavam já "os indícios de que a reestruturação em curso na empresa não visava defender essencialmente os postos de trabalho, as empresas e a própria economia da Marinha Grande, já tão depauperada pela política do actual Governo, mas, sim, defender os interesses de alguns empresários, permitindo-lhes dispor a seu bel-prazer de milhões de contos de fundos comunitários que a Vitrocristal, empresa criada para a reestruturação do sector, vai gerir nos próximos anos".

E a Concelhia da Marinha Grande do PCP pormenoriza:

"A ignóbil manobra de encerrar temporariamente a empresa para reabrir em meados de Janeiro, com um mínimo de trabalhadores, é a mais despudorada vigarice de quem pretende arrecadar centenas de milhares de contos de 'incentivos' em nome da modernização da empresa e, ao mesmo tempo, garantir o valioso património da M. P. Roldão, que incluirá uma nova empresa que pretende criar sem dispendir um centavo, incluindo indemnizações aos trabalhadores".

Historiando brevemente a última trajectória desta empresa, a Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande relata:

"É bom não esquecer que o administrador da M.P. Roldão, que não paga salários e agora pretende despedir os trabalhadores com alegada e ridícula justa causa, é igualmente o presidente da Associação Industrial da Cristalaria e membro da comissão executiva da Vitrocristal para a reestruturação do sector cristaleiro, que pomposamente anunciou num plano social com a duração mínima de cinco anos e que asseguraria alternativas de emprego, salários e formação".

E acusa a Concelhia do PCP da Marinha Grande:

"A decisão do presidente da A.I.C. põe a nu o propósito do patronato e do Governo e as suas 'piedosas' intenções e preocupações sociais".

Finalmente, alerta: "Estamos, com toda a evidência, perante um balão de ensaio com grave cumplicidade da Vitrocristal e do Governo, que irá estender esta situação à Ivima e, provavelmente, a todo o sector, preparando-se para atirar para o desemprego centenas de trabalhadores".

Enfrentando a teimosia das administrações

Greves radicalizam a luta na Portucel-Viana e C.^a do Cobre

Embora reconhecendo que pode satisfazer as reivindicações salariais dos trabalhadores, cujos encargos não ultrapassam os 30 mil contos/ano, a administração da empresa pública Portucel-Viana já queimou 230 mil contos, perdidos em apenas seis dias de paralisação. Entretanto, a administração da Companhia Portuguesa do Cobre resolveu, sem explicações, não pagar o subsídio de Natal. Resultado: as greves estão a subir de tom.

A greve na Companhia Portuguesa do Cobre foi decidida pelos trabalhadores a partir das zero horas do passado dia 26, depois de "alguns dias de expectativa e negociações com a administração da empresa, relativamente ao pagamento do subsídio de Natal", conforme relata um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto, que informa ter a greve contado, até agora, com uma adesão perto dos 100%, paralisando totalmente a empresa. Afirma-se, igualmente, que "os trabalhadores, que vêm lutando pelo pagamento dos salários, estão decididos a continuar esta luta

até ao momento em que a administração da empresa se digna indicar uma data para o pagamento do subsídio".

A greve na Portucel-Viana já tem um passado. Só neste mês de Dezembro, já vai em seis dias, somados em três paralisações: a primeira em 9 e 10, a segunda em 16 e 17 e a terceira em 23 e 24. Em todas se verificou uma elevada adesão, que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte, paralisou completamente aquela unidade fabril com cerca de 500 trabalhadores, em Deocriste - Viana do Castelo. Trata-se de uma empresa (Kraf-

tliner) que produz papel para embalagens de cartão canelado e com um volume de vendas mensal na ordem de um milhão e 156 mil contos, metade das quais para exportação.

Aqui, a teimosia da administração desta empresa pública roça a imbecilidade.

Segundo relata o Sindicato, a administração da empresa "interrompeu, abrupta e unilateralmente, a negociação do acordo de Empresa no passado dia 25 de Novembro, pretendendo impor uma tabela salarial com aumento de 3,8% e mais uns 'pozinhos', num contestado 'subsídio de formação' e no subsídio de alimentação. A empresa aplicou de imediato os valores que quer impor e pagou os respectivos retroactivos".

Para ultrapassar o conflito, e desenvolvendo a proposta apresentada pela empresa, os trabalhadores reivindicam a integração do subsídio de formação (6.900\$00), já pago, na tabela de remunerações, e uma actualização desta em mais 2%, a partir de Janeiro de 1995.

O caricato da situação é que, segundo o Sindicato, "a empresa não contesta que tem possibilidade de satisfazer esta realista reivindicação mínima dos trabalhadores. O único argumento que apresenta é que organizações da UGT aceitaram e assinaram a sua posição, argumento inadmissível, considerando que as organizações da UGT representam menos de 10% dos trabalhadores da empresa", pelo que "a administração não tem em conta a opinião e a vontade de 90% dos seus trabalhadores, entrando em conflito com eles".

Um conflito que, só nestes seis dias de greve no mês de Dezembro, já custou à empresa cerca de 230 mil contos, quando "a satisfação da reivindicação dos trabalhadores corresponderá a um custo que rondará os 30.000 contos/ano".

Acusando a administração desta empresa pública de "teimosia injustificada e inaceitável", pela qual deverá ser responsabilizada, os trabalhadores da Portucel-Viana afirmam-se dispostos a continuar a luta.

No Barreiro Pequenas e grandes obras

Aterros, parques infantis, escolas primárias e diversas outras intervenções no campo do saneamento básico são alguns dos exemplos que, considerados pela autarquia como «pequenas e grandes obras que contribuem definitivamente para o bem-estar da população barreirense», a Câmara Municipal do Barreiro divulgou recentemente através de uma nota do seu Gabinete de Informação e Relações Públicas.

Assim, por exemplo, são de destacar a construção de uma vedação, em fase de conclusão, que vai permitir maior segurança no Aterro Sanitário do Pinhal da Marquesa e as obras de conservação e pintura que a Câmara está a efectuar nos Moinhos do Concelho que podem receber intervenções da autarquia.

Mas também no âmbito dos equipamentos escolares e dos tempos livres das crianças, diversas iniciativas são assinaladas, como a renovação dos parques infantis da Av. Bento Gonçalves e da Praceta D. Duarte, que contribuirá para uma maior segurança das crianças, ou a pintura, reparação e colocação de painéis de vedação em diversas escolas primárias e, em particular, a construção de balneários e de um pavilhão polivalente na Escola nº 1 de Palhais.

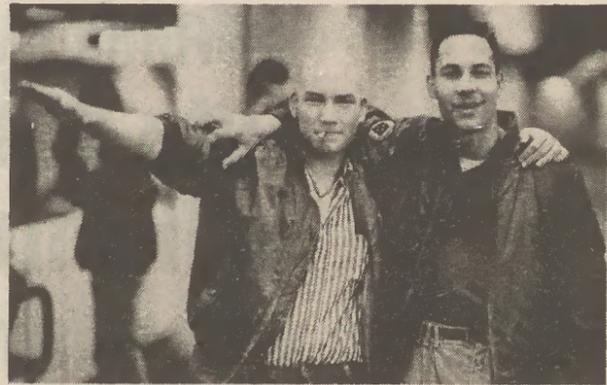


Em matéria de repavimentações, arranjos exteriores e outras remodelações urbanas, destacam-se as obras realizadas nas ruas Caluste Gulbenkian e Aníbal Fernandes, na passagem desnivelada e na R. Alfredo Figueiras, envolvendo, nesta última, a construção de um muro de suporte,

escadas de acesso, passeios, estacionamento e zonas verdes, avaliados num custo que ronda os 11 mil contos, ou a remodelação da zona velha de Vila Chã, com a construção de três pracetas, passeios e arruamentos, e a prevista intervenção de reabilitação do largo frente à Igreja de Santa Maria que começará nos primeiros meses de 95.

Aquele Gabinete refere, com especial relevo, os furos de captação do Vale do Romão e do Alto da Paiva (estimados em 26 mil contos) que vieram reforçar a fiabilidade do abastecimento de água ao Concelho e garantir a sua melhor qualidade, bem como a construção da estação elevatória de águas residuais da Quinta da Mina, que custou 11 mil contos.

Por último, e no âmbito dos equipamentos culturais, serão retomadas na antiga Biblioteca Municipal do Barreiro as obras de recuperação do espaço, tendo em vista a sua adaptação a uma futura galeria de arte.



MDM quer participar na Campanha contra o racismo

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM), divulgou terça-feira uma nota de protesto por não ter sido contactado para participar nos trabalhos preparatórios da Campanha Europeia de combate ao racismo, xenofobia, anti-semitismo e intolerância, promovida pelo Conselho da Europa.

Segundo o comunicado de imprensa, o Secretariado Nacional do MDM tomou conhecimento de que, inserido na referida iniciativa, está a ser constituído o "Comité Nacional Preparatório", com o objectivo de desenvolver a cam-

panha em Portugal, para o que já se efectuou uma reunião, no princípio deste mês, com a secretária de Estado da Juventude.

Lamentando não ter sido solicitado a dar o seu contributo e considerando que "as organizações de mulheres podem e devem ter um papel importante no combate ao racismo, xenofobia, anti-semitismo e intolerância", não devendo portanto "ficar excluídos de todo este processo", o MDM decidiu propor um encontro com a Secretária de Estado da Juventude a fim de lhe transmitir a posição do Movimento.

CM do Montijo realoja 40 famílias

A Câmara Municipal do Montijo entregará hoje 40 chaves de habitações sociais, localizadas no Bairro do Esteval. Estes fogos fazem parte de um total de 260 casas que a autarquia do Montijo adquiriu a duas cooperativas de habitação, no âmbito do recém-criado regime transitório.

O novo regime possibilita aos municípios a aquisição de fogos integrados em empreendimentos de habitações de custos controlados que se encontrem concluídos ou em

fase de conclusão e ainda por comercializar. No concelho do Montijo serão adquiridos 307 fogos para a resolução de todos os problemas de habitações degradadas e barracas existentes no concelho. Numa nota à imprensa, a Câmara Municipal informa que conta concretizar durante o próximo ano grande parte do seu programa de realojamento.

A cerimónia seguir-se-á a demolição de barracas no Bairro do Arneiro e Largo dos Pescadores.

Colóquio em Lisboa assinala 30.º aniversário da morte de Humberto Delgado

"Humberto Delgado - 30 Anos da sua Morte" é o título do colóquio internacional agendado para o Teatro Municipal Maria Matos, em Lisboa, entre 10 e 11 de Fevereiro de 1995, que, assinalando a efeméride, visa igualmente "promover o avanço da investigação sobre o período da história do Estado Novo e da oposição ao regime a partir de finais dos anos 50".

A figura e o percurso do general Humberto Delgado vão

estar em debate, o qual será repartido por cinco temas: "Portugal nos Anos 50", "As Eleições Presidenciais de 1958 e o seu Impacte", "Salazarismo, Franquismo e Oposição", "O Exílio de Humberto Delgado" e "O Assassinio de Humberto Delgado e o Julgamento do Crime".

O debate, cuja orientação científica cabe ao Instituto de História Contemporânea, tem as contribuições de reputados especialistas nacionais e estrangeiros, que vão

permitir "um melhor esclarecimento de factos e questões ainda controversos, bem como o aprofundamento das interpretações já tentadas sobre os acontecimentos".

A iniciativa é organizada pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com a Biblioteca-Museu da República e Resistência da Câmara Municipal de Lisboa, e com a Civitas-Associ-

ação Portuguesa da Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos.

PS em Fafe: o «quero, posso e mando»

A Comissão Concelhia de Fafe do PCP repudia o comportamento da maioria PS na Câmara e Assembleia Municipal de Fafe, acusando-a de ser em tudo igual ao comportamento do PSD no Governo e na Assembleia da República, ou seja, dentro da filosofia do «quero, posso e mando».

Num comunicado à imprensa, a Comissão Concelhia recorda que «já na reunião de Novembro da Assembleia Municipal, e após as críticas da CDU pela não convocação das sessões de Fevereiro e Setembro, o senhor presidente da Mesa da Assembleia, advogado e homem de leis, deputado do PS na Assembleia da República e frequente opinador nos órgãos de comunicação social sobre a necessidade da aproximação dos eleitos e eleitores, da transparência da vida pública, etc., etc., teve a ousadia de propor à Assembleia que se pronunciasse se deveria ele, ou não, convocar as assembleias ordinárias, isto é, cumprir a lei, tendo a assembleia respondido, com excepção da CDU, "faça como entender". Na assembleia de 16 de Dezembro, por proposta do presidente da Câmara, foi aprovada a postura de trânsito, contendo, entre outras irregularidades, um artigo que restringe a liberdade de expressão e propaganda, o que contraria o Dec.-Lei nº 701-B/76, de 29 de Setembro, e a Constituição Portuguesa. Mais uma vez, e ape-

sar da irregularidade, a maioria socialista disse 'Sim, senhor presidente'».

E prossegue: «Na mesma sessão foi também aprovado o Plano e Orçamento para 95 antes da aprovação da actualização da derrama, contribuição autárquica, etc., em contradição com a ordem legal e normal das coisas, o que, mais uma vez, o presidente da Mesa da Assembleia, mesmo avisado pela CDU, achou que essa irregularidade era uma ninharia sem importância.»

Todavia, a Comissão Concelhia alerta que «não é só na Câmara e Assembleia Municipal de Fafe que a falta de democracia e a abundância de abusos de poder servem aos socialistas para atingirem os seus fins, sabe-se lá quais». E continua: «Também na Assembleia de Freguesia de Antime, o presidente da Junta se dá ao luxo de ameaçar de morte um adversário político, membro da mesma assembleia, e afirmar que, citamos, quem manda no cemitério sou eu... só entra quem eu quiser, nem a GNR, nem ninguém... fecho o cemitério e faço o que eu quiser.»

Finalmente, a Comissão Concelhia de Fafe do PCP congratula-se de, no decorrer da Assembleia de 16 de Dezembro, o presidente da Câmara Municipal de Fafe tenha afirmado que «só privatiza a água, se o consórcio vencedor fizer igual ou melhor sem aumentar as tarifas».



Apoio aos têxteis não afasta ameaça de desemprego

A Comissão Europeia aprovou 27 projectos apresentados no âmbito da Iniciativa Comunitária Têxtil Portuguesa envolvendo um investimento de 1,4 milhões de contos, dos quais 400 mil contos correspondem à participação comunitária.

Os projectos, aprovados a semana passada, integram-se nas medidas "Auditorias e Diagnósticos" e "Promoção de factores dinâmicos" da Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil (MIT), cujo programa foi entregue à Comissão em Outubro.

Um total de 14 empresas têxteis vão beneficiar da segunda medida, com investimentos de mais de 1,294 milhões de contos e incentivos de 499.383 contos e 13 da primeira medida, envolvendo um investimento de 80.526 contos e incentivos de 46.301 contos.

A aprovação destes projectos ainda em 1994, segundo um comunicado do Governo citado pela Lusa, irá permitir o aproveitamento total da verba disponibilizada para o corrente ano.

Recorda-se que a Iniciativa foi adoptada, dia 15 de Novembro, pelo Parlamento Europeu, após grande controvérsia.

A questão foi lembrada mais uma vez, nessa ocasião, pelo eurodeputado comunista, Joaquim Miranda, ao intervir no debate sobre a revisão das perspectivas financeiras e o Orçamento comunitário de 1995. Congratulando-se com a solução encontrada para os têxteis portugueses, Joaquim Miranda expressou votos de que "as regras a seguir na sua execução sejam concordantes com os fins para que se anuncia este montante de 400 milhões de ecus (para cinco anos)". Segundo o eurodeputado, isso "exige que tais regras sejam transparentes e definidas de forma participada", até porque "é indubitável a precariedade do programa, particularmente quando confrontado com as incidências que resultarão dos acordos do GATT para o têxtil português".

Apesar dos aspectos positivos, Joaquim Miranda não dei-

xou de salientar, ao referir a revisão das perspectivas financeiras, que as propostas apresentadas não dão "cabal acolhimento ao princípio segundo o qual a novos objectivos deverão corresponder novos meios", já que as questões de maior relevância continuam sem resposta ou com uma resposta muito limitada.

A título de exemplo, o eurodeputado citou o caso do programa referente às regiões mediterrânicas, que por falta de meios foi remetido para subprograma do INTERREG; o caso das redes transeuropeias, que embora apresentadas como solução para o desemprego ficam sem o acréscimo de verbas necessário para corresponder a tal objectivo; e, sobretudo, a ausência de qualquer sinal de resposta ao grave problema do desemprego, cuja solução, embora fundamentalmente dependente das orientações económicas e sociais aos níveis nacionais e comunitários, nem por isso dispensa, no domínio orçamental, meios para - pelo menos - atenuar os efeitos deste flagelo.

Eurodeputados do PCP contra acordos do GATT

Os resultados das negociações comerciais multilaterais no âmbito do Uruguay Round, vulgarmente conhecidas por acordos do GATT, foram um dos temas em debate na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Os eurodeputados foram chamados a pronunciar-se sobre o relatório relativo à proposta de decisão do Conselho sobre a adopção dos referidos resultados, tendo o debate demonstrado que a questão está longe de ser pacífica.

Os deputados comunistas votaram contra.

O artigo que publicamos na página 15 desta edição fundamentam, de forma mais desenvolvida, as razões dessa oposição.

No PE, coube a Honório Novo a apresentação da declaração de voto, que a seguir se reproduz.

O economista francês e Prémio Nobel da Economia, Maurice Allais, é uma de entre muitas personalidades europeias que tem demonstrado e qualificado como pouco sérios os estudos feitos no âmbito do GATT e que obsessivamente apontam para os efeitos benéficos destes Acordos para o desenvolvimento económico dos nossos países. De facto, tais estudos não são mais do que meras hipóteses destinadas a vender mediaticamente os acordos, a tentar convencer a opinião pública da sua "bondade", e a impedir uma verdadeira discussão e informação sobre as previsíveis consequências do GATT.

O voto contra este relatório traduz de uma forma bem clara a nossa oposição aos acordos do GATT. A chamada liberalização do comércio interessará seguramente às grandes multinacionais. Mas levará à previsível asfixia das pequenas e médias indústrias e à eliminação de muito sector produtivo tradicional fundamental no emprego de alguns dos países da União, como é o caso, entre outros, dos têxteis, vestuário e calçado. Assim como são

seguras as tentativas de uma ainda maior flexibilização das relações laborais o que, "traduzido", significará não um aumento do emprego mas uma crescente instabilidade laboral e uma ameaça séria a tudo o que signifique protecção e segurança social dos trabalhadores e dos povos.

Mas o nosso voto contrário destina-se igualmente a denunciar as declarações inscritas nos Acordos prevendo a defesa do ambiente e de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, prevendo a defesa das identidades culturais regionais e a tomada de medidas *antidumping* que contrariem a sobreexploração da mão-de-obra, incluindo a infantil. É que, se as medidas de liberalização e flexibilização do emprego, bem como as medidas de diminuição dos direitos sociais aparecem sob a forma de regras bem explícitas e tendencialmente obrigatórias, tudo o que respeita à defesa do ambiente, à preservação das características culturais e à tomada de medidas *antidumping* ficam-se pelas piedosas intenções sem qualquer eficácia.

Acordo nas pescas com arranjos bilaterais

Os ministros das pescas da União aprovaram, a semana passada, em Bruxelas, as condições de acesso das frotas portuguesa e espanhola às águas comunitárias, alargadas a Portugal e Espanha após uma maratona negocial baseada em arranjos bilaterais.

A integração de Portugal e Espanha no regime comunitário de pescas, a partir de 1 de Janeiro de 1996, foi conseguida após um compromisso político entre a Espanha e o Reino Unido no seio do Conselho das Pescas da União Europeia.

As negociações respeitantes ao regime comunitário de pescas haviam encajado, entre outros motivos, na reivindicação da Espanha de ver consagrado o acesso de 40 barcos espanhóis às águas irlandesas, "Irish Box".

A questão foi resolvida quando o Reino Unido reconheceu à frota espanhola o direito de penetrar em várias zonas da "Irish Box", incluindo a mais rica de todas "G", mas com a excepção das zonas "A" e "F".

A solução recebeu os votos favoráveis de onze delegações e a abstenção do ministro britânico.

Paralelamente, estabeleceram-se acordos bilaterais Portugal-Espanha, Portugal-França e França-Espanha. Nesse âmbito, os governos de Lisboa e Madrid aprovaram uma "declaração luso-espanhola", a inscrever no quadro jurídico comunitário, que institui uma partilha do

esforço de pesca nas águas portuguesas.

A referida declaração proíbe o acesso dos 11 barcos espanhóis que continuarão a operar em águas portuguesas às zonas pesqueiras da Madeira e dos Açores, regula a faina dos mesmos nas águas continentais e veda-lhes o direito de pescar camarão.

Os barcos espanhóis ganham, em contrapartida, o direito de livre circulação nas águas continentais de Portugal, graças ao desmantelamento do chamado "paralelo de Peniche", linha que dividia o território português em dois e ao abrigo da qual a frota espanhola se concentrava na zona norte.

De acordo com fontes do Conselho das Pescas, tal não se traduzirá num aumento generalizado das capturas por parte da Espanha. "Ao deslocarem-se mais para sul, se o desejarem, os espanhóis pescam mais lagostins mas pas-

sam a pescar menos pescada (espécie que abunda a norte)", precisou uma das fontes, citada pela Lusa. Não se esclarece o que sucederá se os espanhóis não "desejarem" deslocar-se mais para sul.

O acordo celebrado com a França, por seu lado, permitirá a Portugal pescar nas suas próprias águas mas por conta da quota

francesa (que não tem estado a ser utilizada), a partir de 1 de Janeiro próximo, 400 toneladas adicionais de pescada em troca de biqueirão e de anchovas.

Para o ministro do Mar, Azevedo Soares, o "grande sucesso de Portugal no presente permite-lhe partir de uma posição extremamente favorável" para as negociações sobre a revisão

do regime comunitário de pescas, prevista para 2002.

Segundo Azevedo Soares, o acordo consagra as pretensões portuguesas sobre o não-aumento do esforço de pesca na sua zona económica exclusiva, o reconhecimento da sensibilidade das águas da Madeira e Açores do ponto de vista ecológico, bem como o respei-

to do princípio da estabilidade relativa.

Este princípio compatibiliza o esforço de pesca ao estado dos recursos.

A proposta de regulamento acordada prevê, ainda, medidas de controlo da actividade dos navios autorizados a pescar, as quais serão geridas pelos Estados-membros.

Perguntas à Comissão

Desde Junho de 1992, a Grundig Electrónica de Portugal, Lda. procedeu à diminuição amigável dos seus quadros em 340 trabalhadores. Neste período encetou também um processo de despedimento colectivo, entretanto anulado pelo Tribunal de Trabalho de Braga.

Em Junho de 1994, esta empresa alterou a designação para grupo Grundig Audio Internacional, Lda., dividindo-se em quatro unidades, pelas quais foram distribuídos os trabalhadores da ex-Grundig Electrónica de Portugal.

No início do mês de Dezembro, o grupo Grundig concretizou um novo processo de despedimento colectivo de 19 trabalhadores, apesar de continuar a admitir sistematicamente trabalhadores com contratos a prazo.

Tendo em conta que esta multinacional recebeu apoios comunitários (PEDIP), e que de novo se candidatou a tais fundos, através do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), o eurodeputado Honório Novo decidiu questionar a Comissão Europeia sobre os montantes recebidos pela ex-Grundig Electrónica de Portugal através do PEDIP e "se se confirma que o grupo Grundig Audio Internacional apresentou nova candidatura a fundos comunitários ao abrigo do II QCA". Em caso de resposta afirmativa, quer ainda saber o deputado "que garantias deu este grupo ou foram exigidas pela Comissão de que tais fundos serão aplicados na manutenção e estabilidade do emprego, e não no

financiamento de despedimentos colectivos não necessários, como o comprova a sistemática contratação de novos trabalhadores a prazo".

Ambiente

O eurodeputado Honório Novo questionou ainda a Comissão sobre o estudo de impacto ambiental do IP1 entre o Freixo e os Carvalhos.

Tendo em conta que a legislação comunitária deste tipo de obras impõe a realização prévia de um estudo de impacto ambiental com um período de consulta pública anterior à sua aprovação, o que não foi feito - as obras começaram há mais de um ano e o estudo só foi conhecido em meados de 1994, questiona o deputado qual a respectiva validade desse estudo feito à sucapa. Pergunta-se ainda que medidas tenciona tomar a Comissão - a verificar-se a nulidade formal e legal do dito estudo -, de forma a obrigar o Governo português a "reparar os prejuízos, para as populações e para o ambiente, decorrentes da não realização de um verdadeiro estudo de impacto ambiental". Espera-se que a resposta chegue em tempo útil.

Cuba

Segundo uma sondagem realizada pelo Instituto Gallup, 58% dos cubanos consideram que a revolução de 1959 registou mais sucessos que insucessos. Para 31% das pessoas inquiridas, o embargo norte-americano é o mais grave problema com que se defronta Cuba, 25% referem a falta de produtos alimentares e 17% a situação económica. Apenas 3% dos inquiridos mencionaram a situação política interna. Para 77%, os Estados Unidos são o "pior amigo" do seu país, enquanto 48% referem o México como o "melhor amigo", antes de Espanha. A sondagem foi autorizada pelo governo cubano, na condição de não haver perguntas respeitantes a personalidades. Foi publicada pelo "Miami Herald" nos Estados Unidos.

Grã-Bretanha

Segundo uma sondagem publicada pelo "Times", apenas 8% do eleitorado britânico está "satisfeito" com o actual governo, contra 86% de insatisfeitos. Em caso de realização de eleições legislativas, 61% declaram que votariam nos trabalhistas, 22% nos conservadores e 13% nos liberais-democratas. Em eleições parciais recentemente realizadas em Dudley, no centro de Inglaterra, os eleitores deram a maioria ao candidato trabalhista, numa zona entretanto considerada como feudo dos conservadores.

África

Os 400 participantes no "Forum Nacional para a Cultura da Paz" - organizado pela UNESCO e pelo governo do Congo - adoptaram um plano de acção que recomenda a cooperação na África Central em matéria de segurança e a criação de uma estrutura de intervenção humanitária na sub-região. Perante os riscos de conflitos internos nos países da África Central, o Forum de Brazzaville preconizou a solidariedade política e económica entre os países no seu processo de democratização, muitas vezes pretexto para confrontos étnicos. O forum, que decorreu entre 19 e 24 de Dezembro e contou com a participação dos países da África Central, anunciou a criação proximamente pela UNESCO de uma "Casa da Cultura da Paz", no Congo, que deverá servir de observatório dos direitos culturais e políticos da sub-região. A Casa da Cultura da Paz formará quadros mediadores nos conflitos que possam surgir nos diversos países e estes deverão elaborar uma carta ou convenção nacional para promover a paz. O Forum Nacional e Regional para a Cultura da Paz contou com a presença do presidente congolês, Pascal Lissouba, e de mais seis chefes de Estado da África Central e do director-geral da UNESCO, Frederico Mayor.

Palestina

Prossegue implantação de colonatos

O parlamento israelita adoptou por larga maioria uma lei que visa impedir a OLP de exercer actividades oficiais em Jerusalém, claramente ao arpejo dos acordos de Oslo.

A lei - que se inscreve no quadro de uma legislação geral relativa à aplicação do acordo de autonomia de Gaza e Jericó - interdita a OLP de abrir sem autorização prévia uma representação em Jerusalém-leste, anexada por Israel em 1967, ou de organizar comícios públicos.

A proposta de lei, apresentada pelo governo de Yitzhak Rabin, foi adoptada à terceira e última leitura por 56 votos contra e 32 abstenções, num total de 120 deputados.

O Likud, principal formação da oposição de direita, absteve-se. Os partidos representativos da população árabe israelita votaram contra.

A OLP denunciou entretanto esta nova lei, afirmando que contradiz o acordo de autonomia assinado, em 1993, com Israel.

"Esta lei está em clara contradição com o acordo de Oslo, que estipula que as instituições palestinas em actividade em Jerusalém antes da assinatura do acordo podem continuar a

exercer as suas actividades", disse o "ministro" palestino dos assuntos locais, Saeb Erakat.

A Casa do Oriente, a representação oficiosa da OLP em Jerusalém-leste, "estava em actividade antes da assinatura deste acordo, além de que funcionou desde o início das negociações como sede da delegação palestina", acrescentou o responsável palestino.

Erakat considerou que a aprovação desta lei visa desviar a atenção internacional para o desenvolvimento da colonização judaica em Jerusalém-leste, anexada por Israel em 1967.

"O verdadeiro perigo reside nas práticas de Israel, que confiscam os terrenos dos palestina-



Soldados israelitas entre a Cisjordânia ocupada e Jerusalém. Ao fundo, um novo colonato

nos e alarga a sua implantação na cidade. A lei votada hoje pelo Knesset tem por desígnio desviar a atenção para essas práticas", denunciou o "ministro" palestino.

O implantação de colonatos judaicos não prossegue apenas na zona de Jerusalém. Tem-se vivido nestes dias um clima de grande tensão e mesmo de confronto entre colonos judeus e palestinos junto ao colonato de Ephrata, na Cisjordânia ocu-

pada, por causa da construção de novas habitações judaicas.

Tractores e escavadoras deverão começar a aplanar os terrenos contestados para iniciarem a construção de um novo bairro no colonato de Ephrata, próximo de Belém.

Os habitantes de El Khader, aldeia palestina vizinha, afirmaram ser os proprietários dos terrenos em litígio e que Israel quer construir não um novo bairro, mas um novo colonato

israelita. Ao lado dos palestinos estão também pacifistas israelitas para lutar contra os colonos de Ephrata que garantiriam possuir documentos comprovativos de que as parcelas em litígio são terras dominiais, ou seja, pertencentes a um Estado ou senhorio, e não propriedade privada.

Em apenas um ano, Israel confiscou 670 quilómetros quadrados de terras palestinas.

Relatório da Unicef

A aposta no desenvolvimento humano

"A tragédia das crianças do Ruanda é o mais recente episódio de uma série de catástrofes que se sucedem numa cadência acelerada. Menos ostensiva, a marginalização económica de um sem-número de famílias ensombra o futuro das nações privando milhões de crianças do seu direito a um desenvolvi-

mento normal tanto físico como espiritual". Estes alguns dos factos sublinhados no relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), agora divulgado.

Ao longo dos últimos dez anos, 800 milhões de pessoas nos países considerados em vias de desenvolvimento "viram o

seu rendimento real diminuir na sequência da queda dos preços dos produtos de base, o aumento das despesas militares, a crise da dívida e os programas de ajustamento estrutural". Um quinto da população mundial (ou seja, um bilião de pessoas) detêm menos de 1,5% do rendimento mundial. A situação também está longe de ser positiva nos países industrializados: na década de 80, mais 8 milhões de crianças norte-americanas passaram a viver abaixo do limiar da pobreza.

O relatório da Unicef dá particular destaque à degradação das condições sociais. A conjugação de processos de exclusão económica e de desintegração das sociedades - afirma-se no relatório - está a desencadear "uma nova vaga de ameaças sobre a segurança humana".

E a Unicef sublinha a urgente necessidade de inverter o curso das coisas: a ajuda internacional deverá ir prioritariamente para os investimentos úteis ao desenvolvimento humano, para o que bastaria destinar-lhes um quarto das actuais despesas militares do mundo subdesenvolvido.

A Unicef defende ainda que 50% das despesas públicas e das ajudas internacionais deveriam ser consagradas a uma verdadeira estratégia mundial de luta contra a pobreza e o desemprego.

Palestina em Notícias

Gaza

Os partidários da Fatah, principal componente da OLP, registaram uma significativa vitória nas eleições estudantis na universidade de Al-Azhar de Gaza (na Faixa de Gaza). Os estudantes pro-Fatah alcançaram 76% dos votos, o que lhes garante os nove lugares do Comité estudantil. O Movimento de resistência islâmica (Hamas) obteve 14%, o Jihad islâmico 6% e os grupos de esquerda 4%. Participaram no escrutínio cerca de 65% dos 2.742 estudantes de Al-Azhar.

Voto pró-palestino na ONU

A Assembleia Geral da ONU adoptou recentemente, por esmagadora maioria, uma resolução sublinhando o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação, a necessidade de retirada de Israel do território palestino ocupado desde 1967 e o carácter ilegal dos colonatos israelitas. O texto foi aprovado por 136 votos. Apenas dois países - Israel e os Estados Unidos - votaram contra. Os 12 países da União Europeia, mais a Áustria, a Finlândia e a Suécia, votaram a favor da resolução, enquanto no último ano se tinham absterido. A Assembleia lançou ainda um apelo para que os acordos concluídos entre Israel e a OLP sejam "pontual e escrupulosamente respeitados".

Pacifistas israelitas

O movimento pacifista israelita "Paz agora" dirigiu ao primeiro-ministro Yitzhak Rabin uma carta em que pede ao governo para que actue contra "a multiplicação de obstáculos a uma verdadeira paz com os palestinos". O movimento pacifista manifesta particular preocupação com os atrasos registados na organização das eleições palestinas e com as declarações de Rabin, que propõe que estas sejam organizadas sem a prévia retirada do exército israelita das povoações palestinas. O movimento denuncia ainda "a contínua ampliação das colónias israelitas", que considera contrário aos acordos de Oslo. O número de colonos israelitas nos territórios ocupados passou de 112.000 quando da chegada ao poder de Rabin em 1991, para 140.000 actualmente.



Tchetchénia

Mantém-se situação de crise

O presidente russo anunciou, em declarações feitas à entrada de uma reunião do Conselho de Segurança, o fim da fase militar da intervenção na Tchetchénia e a nomeação de um novo governo para esta república. O Conselho - cujas conclusões não foram tornadas públicas - não avançou entretanto qualquer proposta no sentido de se iniciarem negociações e no terreno prosseguiram os bombardeamentos a Grozni, a capital tchetchena.

Mantém-se assim uma situação de grande tensão na Tchetchénia, uma das 89 regiões autónomas da República Federativa da Rússia, que se auto-proclamou independente há cerca de 3 anos. A invasão, por ordem de Ieltsin, foi desencadeada dia 11 de Dezembro, sucedendo-se os bombardeamentos à capital tchetchena, parcialmente cercada pelas tropas e pelos tanques do exército russo.

Durante os bombardeamentos a Grozni, foram sobretudo atingidas habitações e fala-se de dezenas de mortos civis. Os bombardeamentos provocaram o caos na capital tchetchena, destruindo as ligações telefónicas e o abastecimento de água potável e electricidade. O fluxo dos refugiados será da ordem dos vinte mil.

Moscovo decidiu ainda o encerramento das fronteiras com a Geórgia e o Azerbaijão, tentando isolar o norte e o sul do Cáucaso. A intervenção armada foi abertamente defendida como "a única medida capaz de fazer parar a violência desencadeada nesta república", nas palavras do ministro russo do Interior, Viktor Iérine.

A lógica da guerra passou a imperar de forma inequívoca, apesar das oposições, na Rús-

sia, à intervenção militar, quer por parte da população, quer mesmo nas Forças Armadas e no Kremlin. O anúncio do fim da operação militar e a nomeação de um novo governo para a Tchetchénia, surge assim como uma tentativa de fugir à situação criada, sem entretanto dar resposta aos problemas de fundo.

Segundo uma sondagem divulgada estes dias pela agência Tass, 65% dos russos pronunciam-se contra a "utilização da força na solução da crise tchetchena" e apenas 19% se declaram favoráveis. O "Izvestia", jornal durante muito tempo apoiante de Ieltsin, considerou que "a guerra na Tchetchénia pode destruir a democracia russa". O próprio Gaider, ex-primeiro-ministro e dirigente do partido pró-ieltsiniano, falou de erro trágico, que ameaça liquidar a democracia. No governo, são claras as divergências de opinião e a Duma pronunciou-se contra a guerra, sem que, entretanto, tomasse qualquer medida concreta para a impedir. Largos sectores de opinião temem que uma posição de força seja uma forma de reforçar a política autoritária de Ieltsin.

A intervenção militar tem



A crise na Tchetchénia fez-se também sentir nas ruas de Moscovo. Blindados controlam pontos vitais da capital russa

assim já efeitos políticos sensíveis. Independentemente das medidas agora anunciadas.

E os problemas mantêm-se.

Outras ou renovadas exigências de independência poderão vir a afirmar-se, pondo em causa a Federação Russa na sua forma actual.

A aposta no reforço da autoridade central, e mesmo na fórmula clássica da exalta-

ção dos nacionalismos, particularmente oportuna num momento em que se acentua a retracção dos apoios a Ieltsin, aparece bem nítida ao longo desta crise.

Não é igualmente de ignorar ainda a importância do factor económico. Tanto na reacção política do poder central, como nas iniciativas separatistas. A Tchetchénia,

não só é rica em petróleo, como possui refinarias que produzem nomeadamente óleos especiais para aviões e o seu território é atravessado por oleodutos em direcção à Ucrânia. Diz-se mesmo que o presidente separatista, general Doudaiev, teria contactado sociedades petrolíferas ocidentais, incluindo americanas, para a exportação destes.

Terroristas argelinos sequestram "Airbus"

O drama do "Airbus" da "Air France" alerta uma vez mais para a grave situação política que se continua a viver na Argélia, dominada por uma ofensiva terrorista que se alimenta da crise e da degradação da realidade socioeconómica.

1994 foi um pesadelo em perdas humanas e destruição na Argélia, assolada por três anos de terrorismo - incluindo o sequestro do avião da Air France deste fim-de-semana - e termina com a previsão de eleições presidenciais durante 1995.

O balanço é tremendo depois de três anos, com 12 mil mortos segundo fontes oficiais ou 30 mil segundo a oposição. No plano económico, o balanço é de 2.500 milhões de dólares em danos, por sabotagens ou incêndios causados pelo Grupo Islâmico Armado (GIA) e pelo Exército Islâmico de Salvação (EIS).

O comando ligado ao grupo terrorista GIA que sequestrou o aparelho da Air France matou um diplomata vietnamita e um funcionário da emba-

xada francesa em Argel, fazendo subir para 72 os estrangeiros assassinados este ano pelos fundamentalistas argelinos. Do total, 23 dos mortos eram franceses, incluindo duas religiosas, três funcionários consulares e dois polícias.

Este ano, foram assassinados mais de 4.250 civis pelo GIA, dos quais 60 tinham menos de 17 anos e 540 eram funcionários de empresas públicas. Outros alvos foram os agricultores (295 mortos), profissões liberais (220), comerciantes sujeitos a extorsão (180), funcionários públicos (175) e professores (80).

O número de feridos foi comparativamente baixo - mais de 800 pessoas - o que traduz simplesmente a política de tentativa de abate das vítimas.

Entre os mortos, houve 200 militantes de outros partidos políticos e 211 mulheres, em grande parte violadas e mutiladas. Quanto às forças da ordem e militares, é difícil fazer um balanço, dado que as suas baixas são mantidas em segredo.



Denúncia da prática terrorista dos grupos fundamentalistas argelinos, numa das muitas manifestações de solidariedade com o povo argelino realizadas em França

A actividade internacional do PCP

• A convite do Partido Socialista Búlgaro, Joaquim Miranda, membro do Comité Central do PCP, esteve de visita à Bulgária como observador às recentes eleições legislativas. Na sua estadia, entre 16 e 20 de Dezembro, o camarada Joaquim Miranda teve oportunidade de se encontrar com destacados dirigentes do PSB, tendo sido reafirmada a vontade de manter e reforçar as relações de amizade entre os dois partidos.

• No quadro de um conjunto de iniciativas promovidas pelo DKP (Partido Comunista Alemão) por ocasião da Cimeira da União Europeia, realizou-se em Essen, de 9 a 11 de Dezembro, um encontro de partidos comunistas acerca dos problemas colocados pelo actual processo de "construção europeia". Nesse encontro, em que participaram 12 partidos, o PCP esteve representado pelo camarada Martins Coelho, colaborador do Comité Central.

• A 14 e 15 de Dezembro, por iniciativa do PCF, realizou-se em Estrasburgo um encontro euro-americano sobre a Segurança na Europa. O PCP participou nesse encontro através dos camaradas Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, e Martins Coelho, colaborador do Comité Central.

Coreia

Uma reunião de alto-nível realizada entre militares da Coreia do Norte e das Nações Unidas destinada a alcançar um acordo para a libertação do piloto norte-americano Bobby Hall registou "poucos progressos", disse uma fonte da ONU.

"A reunião em si foi um sinal positivo", declarou o porta-voz da força conjunta EUA/ONU na Coreia do Sul, Jim Coles. O encontro entre representantes da ONU e generais do Exército Popular norte-coreano decorreu na localidade de Panmunjom, na zona desmilitarizada entre as duas Coreias. A nota indica que os responsáveis da ONU "continuaram a pressionar para a libertação de Hall, sublinhando que a entrada no espaço aéreo norte-coreano foi acidental e que o voo era de treino".

Os Estados Unidos têm procurado por todos os meios obter a libertação do piloto Hall, detido quando no passado dia 17 de Dezembro o helicóptero em que seguia, juntamente com o piloto David Hilemon, foi abatido pelos norte-coreanos depois de ter penetrado no espaço aéreo daquele país. Hilemon morreu e Hall foi feito prisioneiro.

Israel

Israel prepara-se para testar a segunda geração do míssil antimíssil Hetz ("flecha" em hebraico), anunciou o Ministério da Defesa.

Uzi Rubin, chefe do projecto, divulgou na última edição do Jornal do Exército do Ar que iriam dar início a uma série de testes ao Hetz 2, para depois passarem à fase operacional.

O Hetz, desenvolvido pelas Indústrias Aeronáuticas Israelitas, sociedade pública, custará, na primeira fase, 156 milhões de dólares, financiados em cerca de 80 por cento pelos Estados Unidos. Em Abril de 1992, Israel e os Estados Unidos assinaram um acordo no qual previam um investimento de 320 milhões de dólares, para a segunda etapa do projecto.

Ruanda

Segundo o jornal britânico "The Guardian", milhares de hutus, membros das antigas forças armadas ruandesas, estão a reagrupar-se, para treinos militares, em campos do Zaire, nomeadamente perto de Bukavu, na fronteira sudoeste do Ruanda.

Etiópia

O governo de Addis-Abeba calcula em cerca de quatro milhões o número de etíopes ameaçados pela fome no próximo ano e lançou um apelo a uma ajuda alimentar internacional de urgência da ordem das 572.460 toneladas.

■ Texto: Anabela Fino
■ Fotos: Jorge Caria

Das vésperas do Natal até ao dia de Reis, manda a tradição que se cumpram rituais que têm na mesa o seu altar e na satisfação dos estômagos a sua máxima aspiração. Com raízes fundas nos tempos pagãos, buriladas desde a Idade Média pelo escopro cristão, adulteradas pelo espírito mercantilista da sociedade de consumo, as festividades de Natal e Ano Novo pouco guardam hoje da sua essência. É no que se come que se procura ainda preservar o sentido da festa, do espírito de fraternidade e da paz na família, como se de uma forma ou de outra todos soubessem que comer é, mais do que uma forma de sobrevivência, um acto de cultura.

O tema levou-nos à conversa com um camarada de profissão, José Quitério, jornalista do Expresso, especialista nessa arte de garfo e faca, que para ser perfeita não dispensa um bom copo. Uma conversa de abrir o apetite e estimular a esperança de não perdermos as nossas boas tradições à mesa incolor, asséptica e inodora do imperialismo culinário das multinacionais.

Os hábitos e costumes gastronómicos são parte integrante da cultura de um povo. Como é que vamos de cultura em Portugal, deste ponto de vista?

Durante muito tempo, demasiado tempo, ninguém ligou a estas questões. Ao contrário de outras formas de cultura, cultura material, que obtiveram o beneplácito dos poderes e suscitaram interesse - temos o caso flagrante, nos tempos de António Ferro, e mais tarde, com Pedro Homem de Melo, dos ranchos folclóricos, sempre acarinhados e protegidos, bem como certas formas de artesanato que despertaram o interesse de investigadores e foram protegidas -, nunca por nunca se ligou à cozinha como fenómeno cultural, como expressão cultural de um povo que urgia preservar.

Tivemos, em duas fases, equipas extraordinárias de etnólogos - primeiro José Leite de Vasconcelos e depois Jorge Dias e os seus sucessores - que passaram o País a "pente fino" em termos de costumes, formas de trabalho, tudo, enfim, que comporta o mundo da etnologia, mas mais uma vez esqueceram a cozinha.

Nem cozinha, nem gastronomia...

A gente já pedia só a cozinha... Mas é claro que o importante seria mesmo a gastronomia: registar a receita do petisco, do prato, com o respectivo enquadramento geográfico, etnográfico, histórico se o houvesse.

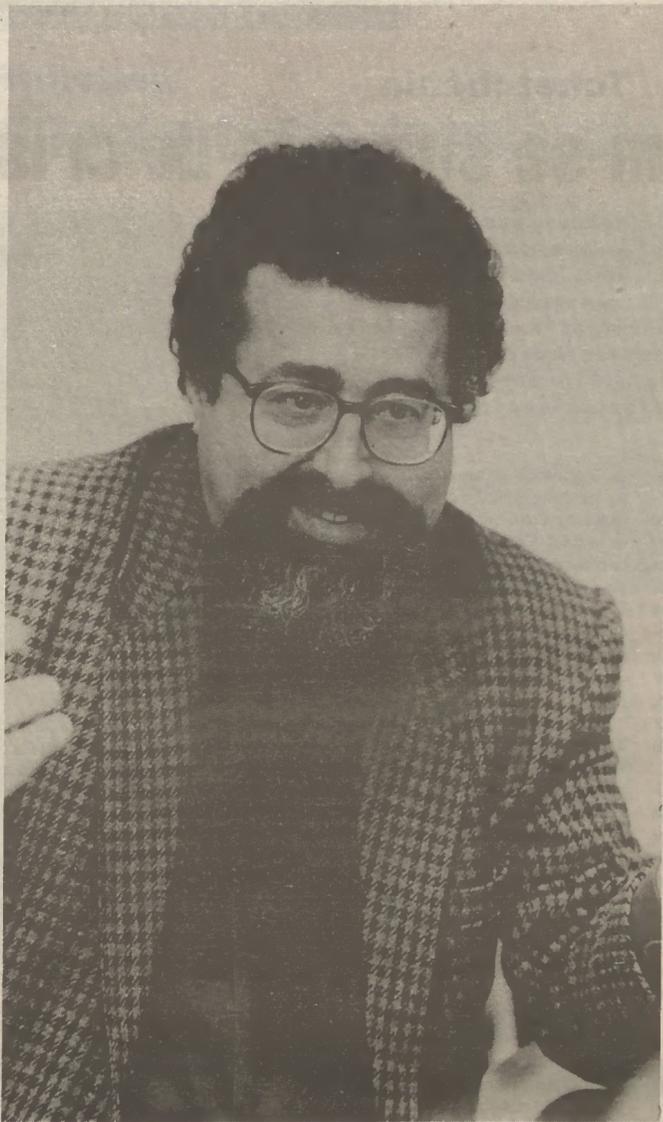
Isto para dizer que até pessoas particularmente sensíveis aos aspectos histórico-culturais desprezaram sempre este campo da gastronomia. É necessário chegarmos ao 25 de Abril, quando se coloca a questão de perda da identidade nacional - o país ficou encurtado ao perder o que aliás nunca lhe pertenceu -, para que se comece a olhar mais para dentro.

Há quinze anos, se se lesse um folheto de uma Câmara Municipal sobre o que se podia encontrar na autarquia, não se encontrava nenhuma referência à comida. Agora não há bicho careta que não fale também na sua rica gastronomia! O que às vezes até é mentira...

atos de turismo, não exista uma preocupação com a gastronomia nacional. É ainda mais espantoso se tivermos em conta que há estrangeiros que vêm cá para comer... Comer o nosso bom peixe, beber o nosso bom vinho...

Agora até há um Ministério do Turismo e do Comércio, e uma Secretaria de Estado do Turismo, onde há uma data de pelouros e departamentos, mas continua a não haver ninguém para tratar deste aspecto. É um perfeito escândalo que um cidadão estrangeiro, ao chegar a Portugal, não tenha uma brochura, um folheto, que lhe diga o que é a cozinha portuguesa. É um caso único num país que se diz europeu.

Um país, ainda por cima, vocacionado para o turismo...



De garfo e faca

Entrevista com José Quitério

Mais do que isso, vamos ser o INATEL da Europa.

É este o estado de coisas, mas nem tudo está perdido. Tivemos a sorte de ter havido algumas recolhas de receitaário...

Recolhas recentes ou edições de recolhas mais antigas?

Por acaso, reeditou-se agora o primeiro livro de recolha sistemática de receitaário tradicional português, que é a Culinária Portuguesa de Oleboma (anagrama de António Maria Oliveira Belo), um livro de 1936.

Depois desse livro, tivemos de esperar quase 30 anos, até ao aparecimento de outro, da autoria de Maria Odete Cortes Valente. Finalmente, em 1982 - há doze anos - apareceu um dos mais importantes, que é o livro da Maria de Lurdes Modesto - Cozinha Tradicional Portuguesa -, onde está fixado um número muito substancial de receitas tradicionais.

Digamos, portanto, que não se perdeu tudo, que ainda se foi a tempo de salvaguardar alguma coisa.

Mas não tudo?

De forma nenhuma, até porque nenhum desses autores fez trabalho de campo, antes os seus livros são a compilação de receitas que lhes foram sendo enviadas. O livro da Maria de Lurdes Modesto, por exemplo, resulta de um concurso realizado em 1961 - uma das raras iniciativas do SNI da altura, em colaboração com a Televisão, que começa a dar os primeiros passos -, a nível nacional. As pessoas, entusiasmadas com a novidade da televisão, participaram bastante, mandaram milhares de receitas, depois apuraram-se as vencedoras, e no fim a Maria de Lurdes Modesto ficou com todo esse material. A partir daí, estive 20 anos a trabalhar no projecto, sendo uma pessoa conscienciosa, seleccionou as receitas, experimentou-as, e o resultado foi este livro. Mas não fez o tal trabalho de campo, pelo que certamente muita coisa se perdeu. Vá lá que não se perdeu tudo...

E não se vai ainda a tempo de recuperar alguma coisa?

No aspecto bibliográfico há certamente ainda muito por fazer. Embora muita coisa tenha



Não basta dizer que temos tradições, que temos uma cultura gastronómica, é preciso prová-lo. E isso provase nas chamadas vitrines - como dizem os franceses -, que são os restaurantes. Aí é a catástrofe

desaparecido em 1834, a verdade é que nunca se foi investigar os espólios dos conventos - grande centro da nossa doçaria -, nem se estudou os arquivos das grandes casas senhoriais. Deve haver muitíssimas coisas nas casas dos Palmelas, dos Cadavais, etc.

Justamente onde havia condições para uma cozinha rica...

Claro, tal como nos conventos. Os conventos tinham o açúcar grátis, oferecido pelo Paço; as senhoras pouco tinham que fazer, e depois criou-se aquela emulação de convento para convento. Como havia a frequência exterior dos poetas naqueles outeiros, que a troco de versos recebiam uns docinhos e lhes gabavam a qualidade, cada convento enchia-se de brios para ser melhor do que os outros.

É curioso, e não tenho explicação para isso, que em Espanha, apesar de ter havido as mesmas condições, e com muito mais conventos do que em Portugal, a doçaria conventual não se tenha desenvolvido da mesma maneira.

Tradições temos nós. E o resto?

Pois, aí é que bate o ponto. Não basta dizer que temos tradições, que temos uma cultura gastronómica, é preciso prová-lo. E isso prova-se nas chamadas vitrines - como dizem os franceses -, que são os restaurantes. Aí é a catástrofe. Primeiro pelo desconhecimento das nossas próprias riquezas neste domínio, depois também por muita autolimitação.

Autolimitação?

Sim. Há pessoas que se satisfizeram uma vida inteira, convencidas de que estavam a comer em português, mastigando sardinhas assadas, febras de porco e chouriço assado. No fundo, uma aculturação, fruto da ignorância, que também nunca ninguém se preocupou em desfazer, explicando quais eram de facto os pratos tradicionais. Acresce, a este aspecto, a nossa eterna mania de imitar os estrangeiros. Uma mania enraizada cá desde o século XIX, pelo menos, em que a cozinha é toda francesa, como de resto os livros do Eça documentam...

Uma mania agravada agora com a influência americana...

Sim, sim. Nas últimas décadas tivemos esse ataque cerradíssimo dos hamburgers, das pizzas, das batatas fritas congeladas... Só os croissants é que não vingaram...

Essa escolha, chamemos-lhe assim, não é também fruto da situação económica? Comer bem implica ter meios, ou não?

Comer bem pode ser muita coisa. Acho que com um bom pão, um bom presunto, um bom queijo e um bom vinho, estamos a comer bem e isso não tem que ser necessariamente caro.

O que é verdade, é que as pessoas têm cada vez menos tempo para comer. Não há tempo para almoçar e à noite, depois de duas horas de transportes colectivos até chegar a casa, ninguém tem paciência para cozinhar. Mas ao almoço, onde se comem essas mistelas horrorosas, pastéis e croquetes engordurados que não têm nada do que deveriam ter, quando podiam e deviam ser de qualidade, até percebeo que as pessoas se voltam para a pizza! Pelo menos tem um ar mais decente!

Os espanhóis, nisso, batem-nos completamente. Aquelas tapas e pratinhos que eles fazem, sobretudo ao fim da tarde, não têm comparação com o que temos por aí. Mas nós, embora reduzidos às nossas coisas - rissóis, pastéis de bacalhau, croquetes, pastéis de massa tenra (que não se vêem em lado nenhum), presunto, chouriço, pratinhos de orelha de porco, etc. -, podíamos ser ciosos da qualidade e ter uma fast food à portuguesa. Não é o que acontece, e a culpa não é só dos restaurantes...

É também dos consumidores?

Evidentemente. Se o público não exige e se contenta com o franguinho e os filetes de pescada congelada... Enquanto o público não reivindicar e se contentar com as porcarias que lhe servem, está a contribuir para a manutenção desta situação.

Apesar de tudo, há alguns sinais de mudança de atitude...

Penso que sim, que algo está a mudar. E, sem querer atribuir louros - nem a mim nem aos meus confrades -, creio que para isso

têm contribuído, de algum modo, as poucas secções de crítica gastronómica existentes na imprensa... Seja por isso, seja porque as pessoas começam a ficar cansadas dessas mistelas traduzidas do francês em calão, como dizia o Eça, o que é facto é que tenho vindo a

registrar alguma mudança por parte dos restaurantes, que começam já a querer apresentar, no meio daqueles bifés todos, com nomes em francês, um ou outro prato português.

O que significa que o público está a mudar...

Sim, mas o público maior de 30 anos. O resto é para mim uma grande incógnita... aparentemente, os jovens não vivem sem o MacDonald.

Será uma doença infantil do paladar?

Não sei. Neste momento, há um imperialismo culinário, comandado pelas grandes multinacionais, que se traduz - por uma questão de negócio, como é evidente - numa tentativa de nivelamento dos gostos a nível universal. Um nivelamento por baixo. Nem o Japão (com as suas ricas tradições), escapa; os jovens só comem massas, pizzas e não sei que mais, enquanto vêem televisão. Tal e qual como os norte-americanos.

Acima dos 30 anos, as coisas estão a mudar e a mudar no bom sentido. Um dos campos onde isso se revela é em relação aos vinhos, onde se manifesta um fenómeno curioso de um certo snobismo.

Snobismo?

Na minha opinião, um snobismo bom. Essa rapaziada - os yuppies -, que durante a semana é capaz de só beber água ou cerveja, está a descobrir o vinho. Chega ao fim-de-semana e já não dispensa a sua garrafinha. Mas o vinho continua a ser caro, o que não facilita a sua procura. Por outro lado, e isto é incrível num país vinícola, nos bares não se vende vinho a copo; o vinho é ainda considerado um hábito de taberna. Pode-se beber vinte whiskies num bar e sair de lá de padio-



Consoada à portuguesa

(...) É nas províncias do Norte, particularmente no Entre-Douro-e-Minho (nas casas mais abastadas, já se vê), que a consoada atinge os maiores fulgores de vitualhas. Nos aparadores perfilam-se os MEXIDOS, as RABANADAS, o DOCE DE ALETRIA, os BOLINHOS DE JERIMU, o ARROZ DOCE, o LEITE CREME, engrinaldado pelos cestinhos de vime ajoujados de nozes, pinhões, amêndoas, passas de uva, avelãs e passas de figo. Começa-se pelo prato obrigatório, o BACALHAU COM TODOS OS MATADORES, cabendo o funesto epíteto às batatas farinhentas, às cebolas de escamas de cristal, às carnudas cenouras, aos tenros olhos da couve penca e aos cândidos ovos, que acolhoam os lombos de bacalhau de cura amarela, tudo cozido, fumegante, e regado com finíssimo azeite fervente com seu dente de alho. Há quem se fique por aqui, passando directamente às coisas doces; e actualmente, assim será. Mas noutros tempos eram ainda presença indispensável o BACALHAU GUISADO, os BOLINHOS DE BACALHAU, e o POLVO, de meia cura, apressado em arroz de polvo, em filetes panados, guisado, ou assado no forno. Cumprido o preceito da missa do galo, e de volta a casa, continua-se na doçaria e serve-se o VINHO QUENTE, vinho verde tinto fervido com mel, canela, pinhões e gemas batidas, para a sossega. Em alguns sítios, manda a tradição que não seja levantada a mesa da consoada, para que, noite alta, quando tudo estiver adormecido, os mortos familiares venham também fazer a sua festa, compartilhando dos mesmos prazeres dos vivos. No dia seguinte, dia de Natal, o almo-

ço é de "roupa-velha", o que sobrou do banquete dos vivos e dos mortos em grandes frituras com ovos. Ao jantar, fazem a sua entrada triunfal as carnes: de porco, de vaca, de galinha, o cozido à portuguesa, e, como peça mestra, o peru assado. A consoada nortenha não comporta carnes porque se efectua antes da meia-noite. A de Trás-os-Montes e Alto Douro afina pelo mesmo diapasão da do Minho, embora menos copiosa; além do bacalhau e do polvo, surge por vezes a raia. Na Beira Alta o padrão é idêntico. As províncias do Centro, bem como Lisboa, reflectem tradições quer do Norte quer do Sul. A partir da Beira Baixa é nítida a mudança: consoa-se depois da missa do galo, os pratos festivos são a carne (peru, cabrito, leitão). No Alentejo à consoada chamam missadura, e o porco é rei: lombo, febras, costeletas, linguça. Nas terras transtaganas, de resto, a grande reunião familiar faz-se em volta da mesa do jantar do próprio dia de Natal, onde, para além da carne de porco frita, o grande ritual se concentra no peru recheado e assado no forno. No Algarve igualmente domina o porco, seja o lombo e a chouriça assados, seja a carne de porco com amêijoas. O mesmo na Madeira, onde o porco só se mata nesta ocasião, e a refeição mais característica é o almoço do dia 25, com a carne-de-vinho-e-alhos acompanhada de semilhas novas e torradas de pão. Ainda um pouco nos Açores, com torresmos e morcela, embora se mate vaca expressamente para a função (...)

(in Tradições Alimentares do Natal)

la, mas se se pedir meia garrafa de vinho, que dá dois copos, torcem o nariz e resmungam: "Isto aqui não é nenhuma taberna."

Cá está outro caso de falta de cultura! Mas também aqui as coisas começam a mudar e já há sítios onde se pode beber bom vinho a copo, o que é importante até por causa do "sopro no balão", já que ninguém vai comprar uma garrafa se não a puder beber.

Temos então motivos para estar confiantes no futuro da nossa cultura gastronómica?

Penso que sim, embora os problemas e os perigos sejam muitos. Esses infelizes dos países do Norte, que não têm nem bons queijos, nem bons vinhos, nem nada, andam a inventar falsas questões de higiene para liquidarem a nossa produção e invadirem o mercado com os seus produtos de plástico. É uma área e um tempo de conflito...

Há que ter fé na capacidade de as pessoas reivindicarem aquilo que é seu, de se consciencializarem de que temos bens que fazem parte da nossa cultura, que é necessário preservar e divulgar (ao contrário dos espanhóis e franceses, nós não sabemos vender), de que a nossa identidade passa também por este domínio da gastronomia.

Como dizia o velho Fialho de Almeida, defender o prato nacional é defender o território.

Neste momento, há um imperialismo culinário, comandado pelas grandes multinacionais, que se traduz — por uma questão de negócio, como é evidente — numa tentativa de nivelamento dos gostos a nível universal. Um nivelamento por baixo



Ano de luta e de mudança

A TRADIÇÃO tem muita força. Nestes dias derradeiros do ano velho de 94 a existência duma situação política e social tensa e agravada parece diluir-se e distanciar-se, ficar adiada, apesar dos problemas estarem aí a pulsar e a agravar-se, a doerem mais a milhares de portugueses e seus familiares, sem possibilidade de comemorarem, de partilharem e sentirem os valores e a essência desta quadra natalícia.

E que para além da trégua no conflito institucional, de se saber se Cavaco está num estado de alma de desgraça e o PS em estado de graça, de se assistir ao papel da comunicação social na grande encenação de quem sai e quem não sai, ou quem substitui, da excitação pelo dramatismo das hostes militantes do PSD, para além da promoção propositada das ideias primárias de Manuel Monteiro que atacando os políticos e a política silencia as responsabilidades e fracassos da política de direita, a questão central que se coloca no limiar do ano de 1995 é a da necessidade urgente de substituir este Governo e esta política para não prolongar e agravar mais os problemas do povo e do país.

E porque no fim de cada ano existe sempre a tendência para proceder a balanços avive-se a memória em alguns factos e promessas já submersos pelo ritmo e quantidade dos acontecimentos mediáticos.

1º Quantas vezes o Governo na Assembleia da República, nos grandes meios de comunicação social, na concertação não brandiu com o nível do emprego, com o chamado desemprego zero, anunciou e reanunciou as 40 medidas de combate ao desemprego apresentadas em Bruxelas?

2º Quantas vezes se prometeu a aproximação à média dos salários praticados na Comunidade Europeia, à valorização do salário mínimo e conseqüente elevação das reformas e pensões do regime geral?

3º Quanta arrogância não era exibida por Cavaco Silva e pelos ministros garantindo um plano de reestruturação para o sector vidreiro da Marinha Grande aproveitando toda a carga simbólica desta terra de tradições operárias e revolucionárias?

4º Quantas juras e rejas de que as privatizações iriam constituir factor de desenvolvimento do nosso aparelho produtivo e da economia nacional, que seriam garantidos os direitos dos trabalhadores e a transparência dos processos?

Era vê-los, Cavaco, ministros, deputados da maioria na Assembleia vibrantemente aplaudidos pela sua bancada e perante uma comunicação social embevecida a exibirem resultados

conjunturais e a mistificarem os seus verdadeiros objectivos, a mentir, a enganar e iludir a realidade.

E agora? Bem pode Cavaco Silva ir vendendo a ideia que está muito desgostoso com a política, com este ou aquele escândalo envolvendo ministros e deputados da maioria que na babujem do clientelismo laranja foram tratando da sua vida.

O número frio de estatística que demonstra existem hoje mais de 400 mil portugueses desempregados, a insegurança e instabilidade sentida por outros tantos que têm trabalho efectivo, o dobro deste número de vínculos precários que atinge particularmente o meio milhão de jovens trabalhadores com menos de 25 anos fariam corar de vergonha (se a tivessem) os governantes e o seu chefe.

O garrote nos salários que só não foi mais drástico porque nisso se empenhou a CGTP e o movimento sindical unitário, o injusto e esquelético aumento do salário mínimo nacional, das pensões, reformas e subsídios sociais cavaram mais o fosso que nos separa da média europeia, que ridiculariza aquela redonda afirmação de Cavaco Silva da aproximação ao pelotão da frente.

E não tem pouco significado, real e simbólico, que no ano vinte da Revolução de Abril o Governo do PSD no lugar de promessas e planos de reestruturação mande a Guarda Nacional Republicana agredir à bastonada homens e mulheres sem salário, ameaçados de desemprego, ali na Marinha Grande.

Precisamente no ano 20º da Revolução de Abril, ano em que várias forças e arrepiantes personagens do 24 de Abril tentaram reescrever a história, denegrir o acto e o processo mais libertador e realizador da nossa época contemporânea, o Governo entregue uma parte do melhor património público empresarial a estrangeiros e aos principais beneficiários do regime fascista e anuncie a dádiva de dezenas de milhões de contos aos agrários dum Alentejo de novo fustigado pela fome e pelo desemprego.

São estas e não outras algumas das causas principais que levam ao isolamento, ao fracasso e ao desprestígio do Governo. É que inevitavelmente a maioria do povo português foi atingida duramente nos seus direitos, nos seus interesses e aspirações.

Foram e são os trabalhadores, os agricultores, os jovens, os pequenos e médios empresários que não se limitaram a ser espectadores.

Não constarão da grelha dos acontecimentos do ano fabricada pelo grandes meios da comunicação social a luta dos traba-



■ **JERÓNIMO DE SOUSA**
Membro da Comissão Política

Continuará a ser a luta mas também o sentir profundo dos valores e ideias de Abril que hão-de projectar um futuro melhor.

lhadores da Grundig, da Indústria Naval e da TAP contra os despedimentos, dos Ferrovários, dos Rodoviários, da EDP, das Comunicações, da Siderurgia contra o desmembramento e as privatizações das suas empresas, da Administração Pública, da cordoaria, da Cima, da indústria automóvel, da Portucel por salários mais dignos.

Nessa grelha possivelmente constará a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril sem ir ao fundo das coisas que levaram a uma formidável e inovadora forma de protesto popular.

Falarão do fracasso da Concertação Social mas silenciarão o papel determinante do movimento sindical unitário e da CGTP-IN que, resistindo, denunciando e propondo, evitou um novo golpe nos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Poucos saberão, porque a televisão não foi lá, que recentemente 1500 agricultores reunidos em Congresso da CNA demonstraram a sua disposição para travar a ruína e a destruição da nossa agricultura.

E quando situamos as causas, os responsáveis e se caracteriza a política, descobrimos um PS mudo e quedo perante as privatizações e indemnizações aos capitalistas e agrários, calado por razões de conveniência face ao patronato aquando do mísero aumento do salário mínimo nacional, PS que reduziu as questões da Concertação Social a mais ponto menos ponto salarial sem nunca referir os direitos fundamentais que estavam em risco na proposta do Governo, que nunca teve uma palavra solidária e de combate com aqueles que lutam em defesa dos seus postos de trabalho, quer mudar o poder sem querer mudar a política. Ou pior que isso, parece que este Governo prossiga a sua acção nefasta até ao fim secundarizando os dolorosos efeitos sociais e os danos irreparáveis para o país e para os portugueses.

Num tempo de convites e apelos à desistência e aos sentimentos de cansaço e insegurança, a luta é sempre mais difícil e exigente. Mas não tivesse sido essa luta e o Governo não estaria como está e a ofensiva seria mais dolorosa.

No limiar do ano de 1995, num quadro de grandes incertezas, **continuará a ser a luta mas também o sentir profundo dos valores e ideias de Abril que hão-de projectar um futuro melhor.**

Com a certeza que nessas batalhas estará o PCP.



■ Lino de Carvalho

O GATT e a «Nova Ordem Económica Internacional»

1. Os acordos do GATT que criam a Organização Mundial do Comércio e que a Assembleia da República ratificou recentemente com os votos contra dos deputados comunistas aceleram o processo de liberalização do comércio mundial tendo, sem dúvidas, profundas repercussões na economia mundial e europeia e, em particular, na economia portuguesa.

É, neste domínio, a negociação mais ampla que alguma vez teve lugar no âmbito do comércio mundial alargando a liberalização do comércio mundial à agricultura, aos serviços e à propriedade intelectual.

No plano mundial, os acordos do GATT vêm consolidar uma «nova ordem económica internacional» dominada pelos EUA e pelas grandes potências e sociedades transnacionais que dominam o comércio mundial.

O presidente dos EUA foi, aliás, bem claro ao afirmar que a aprovação do GATT foi «uma vitória para a economia americana» que reafirma «a liderança americana na economia global».

Mas mais expressivos são os termos em que a Câmara dos Representantes norte-americana ratificou os Acordos. Os EUA só respeitam os acordos, assim foram as conclusões da Câmara dos Representantes, na estrita medida em que nenhuma decisão da OMC puser em causa os interesses da economia americana.

De facto, os acordos concretizam a vontade americana de domínio da economia mundial, designadamente o domínio da arma alimentar. Os EUA e os países mais desenvolvidos são os grandes beneficiários da abertura e liberalização completa dos mercados mundiais, promovendo a exportação dos seus excedentes a baixos preços, condicionando e limitando o crescimento das economias periféricas onde a produção local será desencorajada, provocando uma retracção do crescimento das regiões mais pobres.

2. Olhemos para a economia portuguesa.

Frágil, pequena, sem ter atingido um patamar de desenvolvimento tecnológico ao nível da média dos países europeus e mesmo da OCDE, com falta de capacidade competitiva em quase todos os sectores e empresas, afunilada no seu comércio externo, a economia portuguesa tem razões para se preocupar face a uma maior liberalização dos mercados mundiais.

Aliás, quando se perfila cada vez mais na actual conjuntura a consolidação de uma ordem económica internacional comandada pelos interesses de grandes blocos produtores e exportadores, que por sua vez definem as suas estratégias de acordo com a vontade dos países mais fortes dentro de cada bloco importa reflectir se tal modelo serve um país como Portugal — e também os chamados países em vias de desenvolvimento. Porque a perspectiva é a de criação de modelos de desenvolvimento em que a um anel de países periféricos é reservado o papel de plataforma giratória para a localização — muitas vezes temporária — de grupos transnacionais que absorvem meios financeiros, subsídios, créditos e utilizam mão-de-obra barata até viajarem para outras paragens, deixando atrás de si não estruturas de desenvolvimento mas um rasto de crise, desemprego, pequenas e médias empresas subcontratadas em dificuldades.

3. Duas áreas abrangidas pelos Acordos são para Portugal e os trabalhadores portugueses particularmente sensíveis: os têxteis e a agricultura.

O fim progressivo do acordo multifibras — mesmo defendido por um período de transição de 10 anos — vai colocar a

nossa indústria têxtil algodoeira e laneira (como a europeia), que representa 30% das nossas exportações e 1/3 do volume de emprego, em competição aberta com as indústrias de Ásia e África, e também agora com os países de Leste, onde imperam economias que não preenchem sequer cláusulas sociais mínimas inscritas nas convenções da OIT (salário digno, horário de trabalho, trabalho de menores, segurança social) como, para além disso, se corre o risco de assistir a uma deslocalização — já hoje existente — de indústrias da Europa para esses países com o incremento de práticas de «dumping social».

O que referimos para o têxtil — a parte mais visível e mais afectada pelo acordo do GATT — estende-se a outros subsectores da indústria.

A solução do problema não está contudo nem num impenável retorno a uma economia fechada, autárquica nem na venda da nossa indústria a troco de «trinta dinheiros».

A solução está em se assumir no plano internacional uma postura firme de defesa dos interesses nacionais no quadro de uma economia aberta e em se privilegiarem, no plano interno, políticas económicas, financeiras e cambiais que decididamente reestruturem e modernizem não só os sectores onde possamos ser competitivos mas também aqueles que não podemos dispensar e onde temos experiência e tradição.

Ora, isto está longe de ter sido alcançado e estar adquirido.

No plano externo, no GATT, não foram suficientemente salvaguardadas cláusulas de reforço das regras e das disciplinas do GATT nem incluídas claramente cláusulas sociais mínimas que combatam o «dumping social».

A tímida abertura do mercado americano ou dos países asiáticos está longe de compensar o fluxo inverso que se vai

processar de fora para dentro da nossa economia.

Por outro lado, mesmo áreas de tecnologia intermédia em que Portugal pudesse ser

competitivo nos mercados externos podem não ser aproveitadas se prosseguirem políticas macroeconómicas desadequadas das necessidades e se não houver uma política agressiva de qualidade, marketing e diversificação de mercado.

Exige-se um programa estratégico de industrialização e, em particular, um programa global para o têxtil com o controlo de aplicação dos fundos comunitários.

Não é, através da contenção ou diminuição dos salários que a indústria portuguesa alcança os patamares de competitividade exigidas. Pelo contrário, tal política só estimula uma estratégia baseada na mão-de-obra barata e não qualificada, condenada ao fracasso.

4. O que é verdade para a indústria, e designadamente para o têxtil é também verdade para a agricultura.

Os Acordos do GATT, que já começaram a ter expressão na reforma da PAC, vão provocar uma maior invasão do mercado agro-alimentar português por produtos agrícolas importados com as cláusulas do «acesso mínimo aos mercados» e da «redução dos direitos». Um documen-

to de estudo do Parlamento Europeu avaliava, como efeito dos Acordos, que se verificaria uma baixa generalizada dos preços à produção atingindo 33,6% nos cereais, 27% na carne bovina e 15% na carne das aves. Dizia ainda que a conjugação da redução das exportações comunitárias com o aumento previsto de 3% a 5% nas importações reduzirá, na União Europeia, os mercados da carne em cerca de 800 mil toneladas, do leite em 350 mil, dos cereais em 15 milhões de toneladas e do vinho em 5 milhões de hectolitros.

Segundo estudos de organizações profissionais agrícolas os Acordos significarão a perda de 5 milhões de empregos na fileira agrícola comunitária.

Também no domínio da Propriedade Intelectual se vai consolidar o domínio dos conhecimentos científicos e técnicos pelos países mais desenvolvidos obrigando os países mais pobres a pagarem cada vez mais caro as transferências tecnológicas e a modernização dos seus aparelhos produtivos.

5. Os Acordos do GATT, tal como foram negociados, não servem as economias menos desenvolvidas, não servem a economia portuguesa.

Contudo, o PCP não se opõe à celebração de um acordo geral e global de comércio desde que tal acordo criasse uma nova ordem económica internacional mais equilibrada e mais justa, respeitadora dos interesses de todos os países e povos, que corrigisse as desigualdades nas trocas e combatesse o subdesenvolvimento, que integrasse critérios sociais, culturais, ambientais e, para além disso, um acordo que tivesse sido precedido de um largo debate nacional.

Nada disto aconteceu com os actuais acordos.



Stalinegrado

(5)

■ Manoel de Lencastre

Von Paulus cercado no seu covil

A nova ofensiva nazi iniciou-se a 14 de Outubro de 1942. Mas, como sempre, a heróica resistência das forças soviéticas que defendiam Stalingrado fazia com que o supremo esforço dos hitlerianos não produzisse resultados. A 13ª divisão de Guardas (Alexander Rodimtsev), a 95ª divisão (Gorichni), a 37ª divisão de Guardas (Julodev), a 112ª divisão (Yermolkin), as tropas de choque de Gorokov, a 138ª divisão (Liudnikov) e a 84ª brigada de Tanques (Bielyi) cobriram-se de glória neste dramático período. Todavia, os combates no interior da cidade intensificavam-se e, apesar dos sacrifícios consentidos pelos seus defensores, Stalingrado, a 19 de Outubro, dependia somente de algumas concentrações de unidades mais obstinadas combatendo em locais dispersos.

Luta armada – uma escola única

Foi quando forças da Frente do Don (Rokossovski), atacando da zona de Saratov e Kamichin, a norte da cidade, conseguiram fazer desviar contra si mesmas uma parte considerável da aviação, das unidades de tanques e da artilharia nazis que participavam naquilo que parecia ser o ataque final contra Stalingrado. Também o 64º exército (Chumilov), operando a sul, na zona de Kuporosnoie-Zulenja Poliana, atingiu com poderosos golpes um dos flancos das unidades de assalto nazis. Estas operações salvaram o 62º exército (Chuikov) e salvaram Stalingrado.

Chegavam ao seu termo, assim, após mais um mês de constantes combates, as batalhas defensivas da zona de Stalingrado e do Cáucaso-Norte. Os nazis não haviam conseguido levar à prática os seus intentos e, desde o princípio dos ataques, em Julho, haviam deixado no terreno 700 000 homens, mais de 1000 tanques, cerca de 2000 canhões e morteiros, perto de 1400 aviões. Estava plenamente demonstrado, quando a «Wehrmacht» patinava diante de Stalingrado, que a vitória final penderia para o povo soviético, para o Exército Vermelho, para o Partido Comunista que jamais haviam vacilado na defesa da Pátria contra as hordas de invasores assassinos. O perigo mortal que os hitlerianos representavam fizera com que toda a URSS se unisse mais ainda à volta do Partido Comunista, indiscutível força dirigente da sociedade. E a escola única que é a luta armada, fazia daquele país que se tinha como fácil obstáculo para as ambições nazis de controlo do mundo, um conjunto de nações fortes a caminho de enormes conquistas e tornando-se na primeira potência militar do mundo.

Adolf Hitler, agora, convencido de que a grande cidade do Volga jamais seria vencida, anunciada ao mundo, do seu retiro de Berchtesgaden, que os objectivos do Alto Comando alemão tinham sido atingidos, que não sacrificaria mais os seus soldados em novas ofensivas desnecessárias e que destruiria Stalingrado por meio de bombardeamentos aéreos. O soldado alemão sofrera rígida preparação e conhecia bem as suas tarefas. Mas, diante da ferocíssima resistência soviética, ficara perplexo. Intoxicado pelas fáceis vitórias conseguidas sobre os países do Ocidente, excluída a Grã-Bretanha, alucinado o seu espírito pelas propostas e proclamações de Goebbels, esse soldado convencer-se de que não seria difícil à grande Alemanha hitleriana esmagar a URSS. Os oficiais mais novos e, particularmente, aqueles que provinham das organizações nazis, eram os que mais cegamente acreditavam na vitória, os que se batiam com mais determinação e crueldade. Mas em Stalingrado, em Novembro, já lhes dançavam no espírito algumas cruciais questões. Que forças inexplicáveis conduziam a que os comunistas, o Exército Vermelho, o povo das repúblicas soviéticas, dessem a vida sem hesitação na defesa do seu país, em vez de, simplesmente, se entregarem ao indestrutível poderio do III Reich?

Rokossovski, Yeremenko, Vatutin

Novembro. A 19, começava, finalmente, a segunda fase da histórica batalha, aquela em que os dados fundamentais do conflito já se apresentavam profundamente alterados e que terminaria com o aniquilamento dos exércitos nazis da área de Stalingrado. Mas o tempo apresentava-se desfavorável, naquele dia, e Rudenko (16º exército do Ar. da Frente do Don) manifestava

abertamente o seu desagrado porque os seus aparelhos não podiam sair das respectivas bases. A preparação de artilharia dos exércitos de Rokossovski, contudo, chegava bem ao coração das concentrações inimigas. Era avassalador o impacte causado por milhares de tanques e carros de combate de todos os tipos que, iniciando a sua marcha para a vitória, faziam abalar a terra. Havia começado a grande ofensiva.

A Frente do Don tinha duas missões a cumprir: a primeira, consistia numa operação conjunta com a Frente Sudoeste (Vatutin) — o 65º exército (Batov), surgindo das proximidades de Kletskaia, atacaria as posições inimigas na margem esquerda do Don; a segunda, era o ataque do 24º exército (Galanin) que, partindo da zona de Kachalinskaia e avançando ao longo da margem esquerda do Don, atingiria a área de Vestiachi para dividir ao meio as forças inimigas aí concentradas e separá-las dos agrupamentos principais que operavam directamente contra Stalingrado.

As tropas da Frente de Stalingrado (Yeremenko), entretanto, operando a partir das ilhas e dos lagos Sarpinskiye (zona dos estaleiros) iriam encontrar-se com forças da Frente Sudoeste (Vatu-

tin) que, através de poderosos ataques a partir de testes de ponte nas vizinhanças de Serafimovitch e Kletskaia (norte) convergiriam para Kalach e para a aldeia de Sovietski onde o grande encontro teria lugar — isto completaria o envolvimento do grupo de exércitos inimigos que cercavam e procuravam ocupar a capital do Volga.

para, numa desesperada tentativa de contra-ataque, suste-rem Tolbukin. Às quatro da tarde de 23 de Novembro, poderosas forças mecanizadas das Frentes Sudoeste e de Stalingrado estão nas vizinhanças da aldeia de Sovietski, conforme constava do plano de batalha. Aí, a 45ª brigada (tenente-coronel Zidov) do 4º Corpo de Tanques (Kravchenko) efectuou a primeira ligação com a 36ª brigada (tenente-coronel Rodinov) do 4º Corpo de tropas mecanizadas (Volski).

Atravessando o Don, os dois generais (Kravchenko e Volski) formalizaram a união entre as forças de ambas as frentes e selaram o cerco e a sorte de todo o grupo de exércitos nazis que operavam entre aquele rio e o Volga. Isto de possibilidades aos 64º, 57º, 21º, 65º, 24º e 66º exércitos de romperem em força para mais perto de Stalingrado, num movimento que aferrolhava, inexoravelmente, o cerco ao 6º exército nazi, de von Paulus. A tarefa de destruição do grupo estratégico hitleriano composto pelo mencionado exército de von Paulus e pelo 4º exército «Panzer» de Hoth, foi entregue às Frentes do Don e de Stalingrado. A situação, agora, havia-se completamente transformado. A batalha de Stalingrado que a outros chefes, mas não a Stalin, teria oferecido a tentação de um recuo estratégico para a outra margem do Volga, não só ia dar um golpe mortal na ofensiva geral da Alemanha nazi contra a URSS como expunha os exércitos hitlerianos a uma catastrófica derrota, a um completo desastre.



Neste subtil mas forte e decisivo golpe empregando forças surgidas de três direcções diferentes, as tropas comandadas por Vatutin (21º exército, de Chistiakov, 5º exército de Tanques, de P. L. Romanenko, parte do 1º exército Tanques/Guardas, de Leliuchenko) ultrapassariam o 3º exército romeno e emergiriam na zona de Bolchenabatovskaia e Kalach, à retaguarda das principais formações nazis, e bloquear-lhes-iam a retirada. Por seu lado, o 51º exército (Tufanov) pertencente à Frente de Stalingrado (Yeremenko) romperia sobre as posições inimigas nos istmos entre os lagos Sarpa, Tsatsa, Barmantsak, e partiria na direcção de Abganerov (sul). O 57º exército (Tolbukin) e o 64º (Chumilov) atacariam de Ivanovka para fecharem a direcção sul às forças inimigas que procurassem fugir por aí.

Encontro em Sovietski

As divisões romenas que se concentravam na zona de Klatskaia e Kalach conheceram o mais inesperado dos pánicos. Refor-

■ Zillah Branco

A corrupção é a essência do sistema capitalista

Há analistas políticos que expressam o seu pessimismo, como o francês J. M. Ghéhenno, afirmando que «em 1989 fechou-se a era da democracia que fora institucionalizada a partir da Revolução Francesa» para dar início «à era imperial que vai suceder à dos Estados-nações». O autor de «O fim da democracia» (Ed. Flamarion, França/93) explica o seu raciocínio com farta argumentação histórica e socioeconómica que o levam à conclusão de que «temos de tomar consciência de que herdeiros da era das luzes, somos os herdeiros amnésicos: as leis tornaram-se receitas, o direito um método, os Estados-nações os espaços jurídicos. Isto será suficiente para assegurar o futuro da ideia democrática? É necessário hoje perguntarmo-nos se será possível haver uma democracia sem nações».

De facto, não é fácil contestar quando Ghéhenno recorda que a ideia de liberdade levou os povos a lutarem pela independência nacional para depois sere engolidos pelo neocolonialismo ou pelas políticas estabelecidas por poderes transnacionais que, muitas vezes, utilizam o comércio da droga na sua estratégia e fortalecimento económico. A democracia tem-se tornado uma bandeira manipulada por demagogos de toda a espécie e os seus fundamentos pairam nos discursos e nos anseios dos povos como uma *utopia*.

Não será necessário ir muito longe no debate teórico nem procurar exemplos internacionais para ver que em nome da democracia se impõe uma política autoritária que escraviza as populações. Quando vemos que a excelente laranja produzida no Algarve é rejeitada porque o seu tamanho não corresponde às medidas estabelecidas pela Comunidade Europeia e que o Governo prefere pagar 30 escudos por quilo para que toneladas sejam enterradas em lugar de criar uma fábrica de sumo e um circuito interno de comercialização para os consumidores que até preferem a sumarenta pequena laranja algarvia; quando os jornais anunciam que o Governo dará à Renault mais de 40 milhões de contos, além de todos os benefícios anteriormente concedidos para a instalação da empresa em Setúbal, para que ela não abandone o país, mas que assiste impávido às várias manifestações de trabalhadores que não recebem salários e são despedidos das fábricas vidreiras da Marinha Grande sem indemnizações e sem o subsídio de Natal cinco dias antes das festas; quando vemos que o hospital do Estado em Almada acumula dívidas de mais de 50 mil contos com a autarquia por não pagar as contas de água enquanto que qualquer cidadão terá o fornecimento suspenso se não pagar dentro do prazo estabelecido; quando todos os dias tomamos conhecimento de mais um caso de corrupção ou de crime por negligência de uma personalidade das altas esferas político-económicas e continuamos a ver o réu gozando de liberdade e dos privilégios da sua classe, temos de fazer um grande esforço para não perder a confiança no Estado que nos cabe.

Dizia no início deste século Fustel de Coulanges, o autor de várias obras sobre as instituições, que «os povos não são governados de acordo com o que querem ser mas segundo o que o conjunto de interesses e o cerne das opiniões exigem que eles sejam.» E sabemos, por larga experiência, que os governantes não pensam como a população que lhes deu o seu crédito sob a forma de voto para que administrassem a sua vida. Sabemos que o *conjunto de interesses* se resume ao interesse de uma elite dominante que está empenhada em criar o «Estado mínimo» para privatizar as empresas de interesse público e reduzir o apoio médico-social de modo a transformar as grandes massas trabalhadoras em *escravos* disfarçados em subsalariados ou mendigos e marginais. É interessante reler a história da República romana que se transforma em império e sobrevive com uma camada dirigente riquíssima com base no sistema de escravidão alimentado pelas guerras. A história dá voltas sem se repetir, mas o passado ilumina os caminhos do presente.

Há optimistas que lutam

Apesar dos pesares, das evidências de que a democracia está a ser desrespeitada pelos governantes, que a corrupção é a companheira inseparável do sistema capitalista e da concentração de poder nas mãos da classe dirigente, que a participação popular é cada vez mais um mito, que a sociedade é estruturalmente injusta, surgem pessoas que lutam pela dignificação das instituições sociais.

Para além da oposição que cresce organizada em partidos e movimentos políticos, manifestam-se sectores profissionais responsáveis como professores, cientistas sociais, psicólogos, médicos, assim como na área judiciária que mais directamente sentem a dissolução da ética e da justiça que, para os verdadeiros democratas, constitui a essência de qualquer sistema judicial.

Há cerca de dois meses li na imprensa francesa uma pequena notícia sobre um encontro informal entre juizes de vários países – Espanha, França, Itália e Suíça – ocorrido em Genebra naqueles dias. O tema que os aproximava era o do combate à corrupção nas altas esferas do poder. Imaginei que todos teriam o mesmo interesse que eu com aquela notícia que era uma luzinha no fundo do túnel. Se os magistrados tomam a iniciativa de defender a democracia com o poder que ocupam no aparelho do Estado, e isso ocorre em vários países onde a corrupção tem manchado a história nacional, é uma iniciativa louvável e de peso. Mesmo se surgirem tendência à criação de poderes paralelos, neste momento estão do lado certo como oposição a um poder absoluto corrompido. Mas a imprensa encarregou-se de *matar* a notícia. Nunca mais li nada a respeito, nem fora nem dentro de Portugal. O que vi noticiados foram os factos decorrentes das acções de juizes corajosos que enfrentaram todo o tipo de pressão política e das *mafias* na Itália, na Espanha e na França, onde de Outubro último para cá foram condenados ministros e presidentes de câmara com base em acusações de corrupção. Em Portugal, o ministro da Justiça antecipou-se numa tentativa de controlar o movimento dos juizes que já há bastante tempo se têm manifestado no mesmo sentido dos seus colegas europeus. Mas não há hipótese, felizmente, de ser o Governo a assumir este papel de acusador dos seus parceiros. Os magistrados portugueses também estão a caminhar no sentido da justiça de *mãos limpas*.

Existe, portanto, uma esperança de serem ultrapassadas as meras notícias de escândalos da *gente fina* que apenas servem para ampliar o mercado da comunicação social, caindo depois tudo no esquecimento e reaparecendo os *criminosos* como cida-

dãos livres e ricos. A imprensa sensacionalista, que gosta de brincar aos detectives, na verdade passa por defensora da ética mas muitas vezes até contrata os que antes acusou como colaboradores nos seus serviços. Recentemente foi noticiada a contratação de Leonor Beleza e seu irmão Miguel pela TVI e não apareceu qualquer desmentido. Por outro lado, com o simples intuito de *vender* notícias, a imprensa escrita e falada divulgou amplamente a denúncia do Procurador da República que encontrou microfones ocultos na sua sala de trabalho e depois divulgou também aquela historinha incrível de que não se tratavam de microfones mas de velhos aparelhos de comunicação interna que uma avó do tempo dos Afonsinhos instalara no seu palácio que hoje alberga a Procuradoria. Enfim, em matéria de ética, a comunicação social preza muito as leis do mercado e vende gato por lebre sem qualquer escrúpulo. Os exemplos são muitos, mesmo agora acabo de ver no telejornal do Canal 1 uma reportagem «a que tiveram acesso» tirada do jornal Libération (que está nas bancas para quem quiser ter acesso idêntico ao do C1) onde falam que Savimbi está bem e mostram filmes feitos há meses atrás. É a mesma fraude que utilizaram durante a guerra do Golfo ao mostrarem um patinho filmado na maré negra do Ártico saindo das águas quentes da Arábia. Esta é mais uma forma de corrupção a merecer punição.

As modalidades de corrupção são inúmeras, constituem mesmo a essência do sistema: nas campanhas eleitorais os que estão no poder dão aumentos salariais que fizeram esperar para ter impacto na conquista de votos – é corrupção; muitos utilizam os cargos públicos e os benefícios a eles ligados para fazerem campanha – é corrupção; exercem pressão sobre os meios de comunicação social para darem como verdade as suas ideias – é corrupção; apresentam-se como puros e dignos quando têm *rabo de palha* – é corrupção e abuso da boa-fé popular. E assim por diante, que a lista nunca mais acaba. Um exemplo visível para todos os telespectadores em Portugal é um dos mais ignóbeis anúncios de um bonhom que apresenta uma «madame» vestida como vedeta de cinema a saudar o motorista «Ambrósio» por ter abastecido o seu carro com os chocolates. O olhar de subalternidade canina do motorista ofende os brios de qualquer trabalhador e denuncia a pequena distância que existe entre o bajulador em busca de corrupção e o escravo.

Jack Lang, antigo ministro da França, escreveu recentemente: «As instituições (na V República) estão marcadas pela ausência de uma autêntica separação dos poderes e pela pobreza dos direitos dos cidadãos face a todos os poderes»... «Nas eleições temos um dia de escolha para 7 anos (o mandato francês) de arrependimento». E segue, desalentado, «como professor de direito

comparado afirmo sem receio de ser desmentido: a França da Revolução tornou-se um dos países menos democráticos da Europa». Não sei se terá razão, talvez conheça mal os outros países. Mas é respeitável o desespero de um profissional do Direito que leva a sério a democracia.

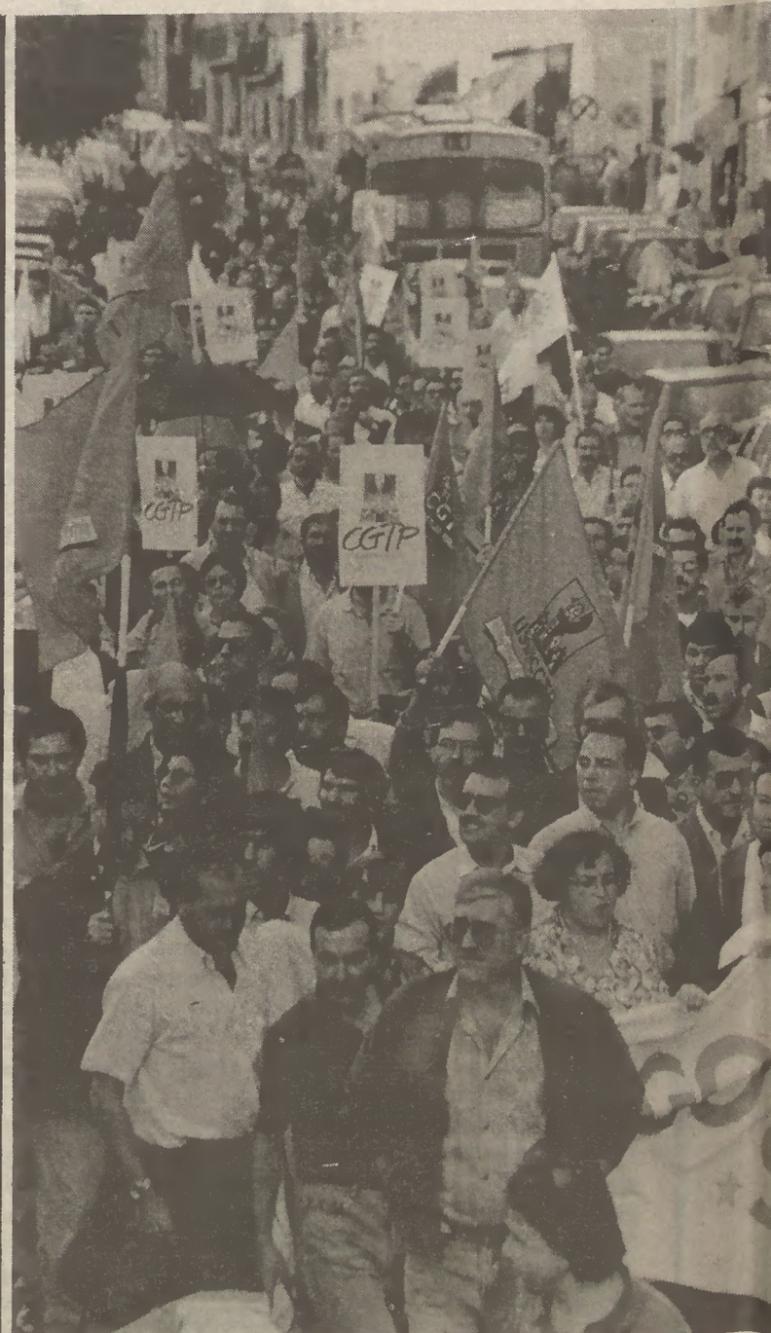
O movimento dos magistrados será tanto mais importante se assegurar esta via para que seja possível identificar os interesses profundos do povo e da nação. Não se trata de procurar um *justiciero*, nem mesmo um Deus, ou um modelo abstrato de justiça que seja puro mas inadequado à realidade presente e ao povo ao qual é aplicado. Se este movimento em defesa da dignificação do sistema judicial servir para denunciar os abusos e consciencializar a população para a necessidade de defender a democracia em todos os níveis, terá alcançado um êxito fundamental. Volto a recordar a frase simples e directa de Fidel Castro: «Para que não haja autoritarismo e corrupção no poder é necessária a participação popular permanente.» Só assim será possível considerar que a *essência da democracia* é a participação de todo o povo, o que é contraditório com o sistema capitalista.



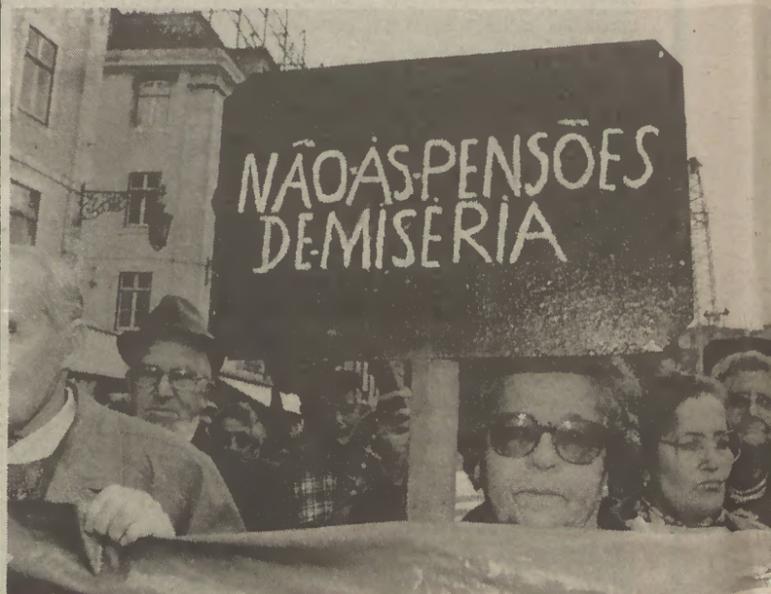
1994 - a es



Vinte anos depois de Abril, apesar da tentativa de branqueamento do fascismo, as maiores manifestações comemorativas da Revolução



O «aviso dos trabalhadores», uma das grandes jornadas de luta contra a política cavaquista



Eleições para o Parlamento Europeu. Momento alto da mobilização do PCP e da CDU



Reflectir, debater. Para

colha das fotos

As escolhas e as visões de um ano que finda nunca são as mesmas. Depende de quem escolhe e de quem viu o que viu durante esse espaço de tempo, dependem de como se vê, mesmo se o que se vê está à vista de todos. É assim que, de jornal para jornal — para só falar da imprensa — as palavras e as imagens variam em função dos interesses que servem. Mesmo quando vêem e falam dos mesmos acontecimentos. Mas há até acontecimentos que alguns não conseguem ver e que outros preferem esquecer. Há até quem prefira que o acontecido nunca tenha existido e quem passe como gato sobre brasas sobre os mais quentes e significativos eventos.

É claro que o «Avante!» tem uma visão própria. E, como não pode deixar de ser, serve interesses que muitos outros órgãos de comunicação repudiam. As batalhas pela defesa da democracia e das liberdades e direitos, as lutas dos trabalhadores, o empenhamento comunista estiveram como sempre nas nossas páginas. Porque estiveram na vida. Momentos significativos de 1994? O «Avante!» escolhe aqueles a que, naturalmente, mais atenção prestou. E, quase em jeito de balanço, propõe aos seus leitores que revisitem as imagens dos vinte anos de Abril, as lutas dos trabalhadores e dos estudantes, os acontecimentos da Ponte. As eleições para o PE. E a Conferência Nacional sobre o reforço do Partido.



Contra o arbítrio, a arrogância e a repressão, as grandes manifestações da Ponte. Um buzão ao Governo



A juventude estudantil esteve em massa nas ruas. Contra a política elitista no ensino



Reforçar o Partido no seio dos trabalhadores

PALAVRAS CRUZADAS

1																				
2																				
3																				
4																				
5																				
6																				
7																				
8																				
9																				
10																				
11																				
12																				
13																				

HORIZONTAIS: 1 — Conjunto de muitas coisas (ant.); amargor; mamífero anfíbio da família dos pinípedes. 2 — Expulsão; ligaram. 3 — Prefere; rale; poente. 4 — Naquele lugar; pura; atmosfera. 5 — Poeira; pequeno pipo; aspecto. 6 — Começo de oração; antigo carro originário da Inglaterra; fúria; art. 7 — Ave trepadora; trunfo político que dispõe de eleitores. 8 — Prata (s.q.); cloreto de sódio; negativa; cobre (s.q.). 9 — Começo de abecedário; paladino de damas; forma redutiva de rapaz. 10 — Ósmio (s.q.); mordiscara; despido. 11 — Gauleses; nome de letra; pipa. 12 — Sacrificou; mesquinho. 13 — Pouco vulgar; conjunto de soldados; lavras.

VERTICAIS: 1 — Nome de homem; actuar. 2 — Epidemia; maldição; patroa. 3 — Ansiedade; mofo. 4 — Caminho; cabelos brancos; terreno arável. 5 — Prep.; espionagem; isolado. 6 — Tântalo (s.q.); trapacear nas aulas; antiga nota musical. 7 — Oceano; antiga possessão portuguesa na Índia. 8 — Ajuste entre pessoas que afirmam coisas diferentes com paga ao vencedor; divulgação. 9 — Amargo; comparecerá. 10 — Alternativa; anel de casamento; saudável. 11 — Laço apertado; parte da sela; forma redutiva de António. 12 — Queda-se; escudeiro; recente. 13 — Rezara; castigar. 14 — Cabelos brancos; roufenha; eia. 15 — Gostou muito; pertence-lhe; remoinho de água.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Afagava; América. 2 — Pataco; álamos. 3 — Ocas; ocase; upas. 4 — Lei; era; ora. 5 — Sanar; labor. 6 — Canicular. 7 — Baco; im; tá; Nero. 8 — Demoraria. 9 — Levon; rabil. 10 — Olé; ire; elo. 11 — Rege; pausa; aves. 12 — Anágua; madama. 13 — Marotos; colares.

VERTICAIS: 1 — Apolo; moram. 2 — Face; Sam; Lena. 3 — Atais; legar. 4 — Gás; acode; ego. 5 — Ac.; Ana; Eva; ut. 6 — Voo; ânimo; pão. 7 — Cerimónia. 8 — Dar; rum. 9 — Salutares. 10 — Mão; alara; amo. 11 — El; oba; lbo; ali. 12 — Rau; ormai; Ada. 13 — Impor; levar. 14 — Coar; iré; leme. 15 — Assar; rosas.

XADREZ

CDXCIII - 29 DE DEZEMBRO DE 1994

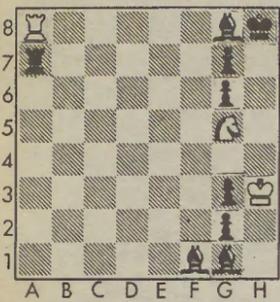
PROPOSIÇÃO Nº 1994X097

Por: JOSEF BREUER

Rhenische Schachzeitung, 1933

Pr: [8]: Ps. g2, g3, g6, g7 - Bs. f1, g1 - Ta7 - Rh8

Br: [4]: Cg5 - Bg8 - Ta8 - Rh3



Mate em 6 lances

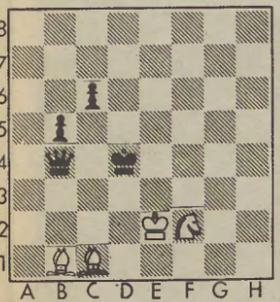
PROPOSIÇÃO Nº 1994X098

Por: BERNHARD HORWITZ

In Domination in 2,545 Endgame Studies, Moscovo, 1980

Pr: [4] Ps. b5, c6 - Db4 - Rd4

Br: [4] Cf2 - Bs. bl, c1 - R62



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIII

Nº 1994X097 [J. B.]: 1. Tb8!, Tb7: 2. Tc8, Tc7: 3. Td8, Td7: 4. Te8, Te7: 5. Tf8, Te8: 6. Cf7 #

Nº 1994X098 [B. H.]: 1. B63+, 2. Ba2+, Rd6: 3. Bc5+, D: c5 [R:c5]: 4. C64 [d3] e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCIII - 29 DE DEZEMBRO DE 1994

PROPOSIÇÃO Nº 1994D097

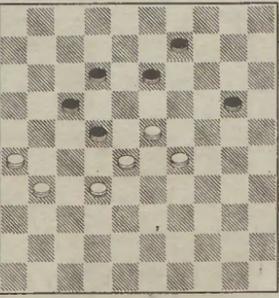
Por: G. A. CREMER

In Diverse Dameproblemen, 1936

[Composição n.º 155]

Pr: [6]: 9-12-13-17-20-22

Br: [6]: 23-26-28-29-31-32



Branças jogam e ganham

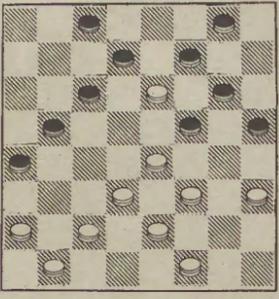
PROPOSIÇÃO Nº 1994D098

GOLPE Nº 101

Por: VICTOR CANTALPIEDRA MARTIN VALLADOLID [Espanha], 1988

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 7-12, 20-16; 4. 3-7, 28-23; 5. 5-10, 32-28; 6. 1-5, 21-17; 7. 14-21, 25-18; 8. 10-14, 26-21; 9. 15-20, 24-15; 10. 12-19, 23-20; 11. 19-22, 28-23; 12. 5-10, 30-26

Diagrama:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIII

Nº 1994D097 [G.A.C.]: 1. 29-24 (20x18); 2. 26-21, (17x37); 3. 28x19, (37x38); 4. 19-13+

Nº 1994D098 [G.W.]: 13. 14-19, 23:5; 14. 6-10, 26:19; 15. 11-14, 18:11; 16. 7-30-D, 5-1=D; 17. 10-13, 17:10; 18. 30:24+

A. de M. M.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A PAIXÃO DO JARDINEIRO**, de Jean-Pierre Serrazac, encenação de Fernando Mora Ramos, pelo TEP.

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

Cacilhas, na Nimbus (ex-Parry & Son). Tels. 2752175/2756567. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MOLIERE**, de Mikhail Bulgakov, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (estreia: 29/12)

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OLE-ANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PASTÉIS DE NATA PARA A AVÓ**, de Fernando Augusto, encenação de Helder Costa.

TEATRO GARCIA DE RESENDE

Évora. Tel. 23112. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **TUDO BEM E QUE BEM ACABA**, de Skakespeare, encenação de Mário Barradas, pelo CENDREV.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb., dom. e feriados às 16.00 (quintas e sextas às 10.30 para grupos organizados). **PINOQUIO**, texto de Fernando Gomes, adaptado do conto de Carlos Colodí, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - De 5ª a sáb. às 20.30, dom. às 16.30: **A GRANDE MAGIA**, de Eduardo De Filippo, encenação de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett: De 3ª a sáb. às 21.30. **OS JORNALISTAS**, de Arthur Schnitzler, encenação de Jorge Lavelli.

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA apresenta em Cacilhas na Nimbus (ex Parry & Son)

de 3ª a sábado às 21.30h. domingos às 16h

Molière de Mikhail Bulgakov

Encenação Joaquim Benite
Cenário e Figurinos João Vieira

Estreia dia 29

Companhia patrocinada pela Sec. Est. da Cultura e C.M. Almada

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA apresenta

Molière de Mikhail Bulgakov

Luis Vicente
António Assunção
Carlos Gonçalves
Teresa Gafeira
Alfredo Sobreira
Carlos Sebastião
Dalila Carmo
Dinarte Branco
Filipe Petronilho
Luis Pais
Maria Frade
Miguel Martins
Nelson Pereira
Paulo Guerreiro

Música: Bernardino Nascimento Interpretada ao vivo por Américo Cardoso

Cenografia e Figurinos: João Vieira

Encenação: Joaquim Benite

Companhia Patrocinada pela Secretária de Estado da Cultura e Câmara Municipal de Almada

Apoios: Nimbus-Portugal, Companhia de Seguros Império, Lemauro, Público, Sete, JL, Radio Comercial, RDP-Antena 1, RTP, SIC, TVI

O Militante

1995

Maior mobilização e afirmação do Partido

Vendas Novas PASSAGEM DE ANO

organizada pela Comissão Concelhia do PCP

21h - Início do churrasco
23h - Baile com o Duo Jorge e Anabela

FILMES

QUINTA, 29

Star Trek: Especial

«The Star Trek Saga: From one Generation to the Next» (EUA/1989). Real.: Donald R. Beck. P/B, Cor, 93 min. *Documentário*. (15.00, TV 2)

Ashanti

«Ashanti» (EUA/1979). Real.: Richard Fleischer. Int.: Michael Caine, Beverly Johnson, Peter Ustinov, William Holden, Rex Harrison, Omar Sharif. Cor, 117 min. *Aventuras*. (22.00, Quatro)

Homer e Eddie

«Homer & Eddie» (EUA/1989). Real.: Andrei Konchalovsky. Int.: Woopi Goldberg, James Belushi, Karen Black. Cor, 95 min. *Drama*. (00.40, TV 2)

A Cigana

«La Gitane» (Fr./1985). Real.: Philippe de Broca. Int.: Claude Brasseur, Valérie Kaprisky, Martin Lamotte, Stéphane Audran. Cor, 88 min. *Comédia Romântica*. (01.45, Canal 1)

SEXTA, 30

Tentação

«God's Little Acre» (EUA/1958). Real.: Anthony Mann. Int.: Robert Ryan, Aldo Ray, Tina Louise, Buddy Hackett, Jack Lord. P/B, 116 min. *Ver Destaque*. (15.00, TV 2)

Herói Acidental

«Hero» (EUA/1992). Real.: Stephen Frears. Int.: Dustin Hoffman, Geena Davis, Andy Garcia, Joan Cusack. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Bob e as Suas Mulheres

«Rita, Sue and Bob Too» (Gr.Br./1986). Real.: Alan Clark. Int.: Siobhan Finneran, Michelle Holmes, George Costigan. Cor, 90 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

Peço a Palavra

«Mr. Smith Goes to Washington» (EUA/1939). Real.: Frank Capra. Int.: Jean Arthur, James Stewart, Claude Rains, Edward Arnold. P/B, 130 min. *Ver Destaque*. (00.55, Quatro)

O Festim Nu

«The Naked Lunch» (EUA/1991). Real.: David Cronenberg. Int.: Peter Weller, Judy Davis, Ian Holm, Julian Sands. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (01.20, SIC)

Mãe, Querida Mãe

«A Sinful Life» (EUA/1989). Real.: William Schreiner. Int.: Anita Morris, Rick Overton, Dennis Christopher, Blair Tefkin. Cor, 88 min. *Comédia*. (02.05, Canal 1)

SÁBADO, 31

Ama-Me Com Ternura

«Love Me Tender» (EUA/1956). Real.: Robert D. Webb. Int.: Richard Egan, Debra Paget, Elvis Presley, Robert Middleton. P/B, 81 min. *Western*. (10.30, TV 2)

Do Cabaret para o Convento

«Sister Act» (EUA/1992). Real.: Emile Ardolino. Int.: Woopy Goldberg, Maggie Smith, Kathy Najimy, Wendy Makkena. Cor, 96 min. *Comédia*. (16.05, Canal 1)

O Extravagante Doutor Dolittle

«Doctor Dolittle» (EUA/1967). Real.: Richard Fleischer. Int.: Rex Harrison, Samantha Eggar, Anthony Newley, Richard Attenborough. Cor, 144 min. *Ver Destaque*. (16.30, Quatro)

O Meu Camarada

«Big Red» (EUA/1961). Real.: Norman Toker. Int.: Walter Pidgeon, Gilles Payant, Emile Genest, Jannet Bertrand. Cor, 85 min. *Ver Destaque*. (17.50, TV 2)

A Minha Madrasta é uma Extraterrestre

«My Stepmother is an Alien» (EUA/1988). Real.: Franklin R. Levy e Ronald Parker. Int.: Dan Akyroyd, Kim Basinger, Jon Lovitz. Cor, 108 min. *Comédia/Ficção Científica*. (00.10, Quatro)

A Grande Aventura de Pee-Wee

«Pee-Wee's Big Adventure» (EUA/1985). Real.: Tim Burton. Int.: Paul Reubens, Mark Holton, Elizabeth Daily, Diane Salinger. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (01.20, TV 2)

Ghoulies - II

«Ghoulies - II» (EUA/1988). Real.: Albert Band. Int.: Damon Martin, Royal Dan, Phil Fondacaro, J. Downing. Cor, 90 min. *Comédia de Terror*. (02.50, Canal 1)

Gente como Eu e Você

«Beautiful People» (Áfr. Su1/1974).

Real.: Jamie Uys. Cor, 92 min. «Apanhados». (04.20, Canal 1)

A Melhor Casa de Prazer do Texas

«The Best Little Whorehouse in Texas» (EUA/1982). Real.: Colin Higgins. Int.: Burt Reynolds, Dolly Parton, Dom DeLuise. Cor, 110 min. *Comédia Musical*. (05.50, Canal 1)

DOMINGO, 1

Maria Papoila

(Port./1937). Real.: Leitão de Barros. Int.: Míriam Casimiro, António Silva, Eduardo Fernandes, Alves da Costa. P/B, 102 min. *Comédia*. (15.25, TV 2)

O Amor Desceu em Pára-Quedas

(Port./1968). Real.: Constantino Esteves. Int.: António Calvário, Paula Ribas, Ana Isabel. Cor, 108 min. *Comédia Musical*. (15.45, SIC)

Bugsy

«Bugsy» (EUA/Gr.Br./1991). Real.: Barry Levinson. Int.: Warren Beatty, Annette Bening, Harvey Keitel, Ben Kingsley, Elliot Gould, Joe Mantegna. Cor, 135 min. *Ver Destaque*. (22.00, Quatro)

Indiana Jones e a Grande Cruzada

«Indiana Jones and the Last Crusade» (EUA/1989). Real.: Steven Spielberg. Int.: Harrison Ford, Sean Connery, Alison Doody. Cor, 127 min. *Ver Destaque*. (22.30, SIC)

A Noite de Iguana

«The Night of the Iguana» (EUA/1964). Real.: John Huston. Int.: Richard Burton, Ava Gardner, Deborah Kerr, Sue Lyon. P/B, 113 min. *Drama*. (23.20, TV 2)

Academia do F.B.I.

«Feds» (EUA/1988). Real.: Dan Goldberg. Int.: Rebecca DeMornay, Mary Gross, Ken Marshall, Fred Dalton Thompson. Cor, 79 min. *Comédia*. (00.50, Canal 1)

SEGUNDA, 2

A Família Miniatura

«The Borrowers» (EUA/1974). Real.: Walter C. Miller. Int.: Eddie Albert, Judith Anderson. Cor, 78 min. (14.50, SIC)

Massacre em S. Francisco

«Slaughter in San Francisco» (Hong Kong/1981). Real.: William Lowe. Int.: Chuck Norris, Don Wang. Cor, 87 min. *Ação*. (21.40, SIC)

Mulher à Beira do Abismo

«Scrubbers» (Gr.Br./1982). Real.: Mai Zetterling. Int.: Amanda York, Chrissie Cooterill, Elizabeth Edmonds, Kate Ingram. Cor, 90 min. *Drama*. (01.25, Canal 1)

TERÇA, 3

Viva a Mocidade

«Home in Indiana» (EUA/1944). Real.: Henry Hathaway. Int.: Jeanne Crain, Walter Brennan, Charlotte Greenwood. Cor, 103 min. *Desporto*. (14.50, SIC)

Amar uma Desconhecida

«The Miracle» (EUA/1991). Real.: Neil Jordan. Int.: Berley D' Angelo, Donald McCann, Nial Byrne, Lorraine Pilkington. Cor, 94 min. *Ver Destaque*. (22.40, TV 2)

A Sentinela

The Sentinel» (EUA/1976). Real.: Michael Winner. Int.: Chris Sarandon, Cristina Raines, Martin Balsam, John Carradine, Jose Ferrer, Ava Gardner, Burgess Meredith. Cor, 88 min. *Terror*. (01.40, Canal 1)

QUARTA, 4

O Circo Desceu à Cidade

«When the Circus Comes to Town» (EUA/1981). Real.: Boris Sagal. Int.: Elizabeth Montgomery, Christopher Plummer. Cor, 96 min. *Comédia Romântica*. (14.50, SIC)

Os Goonies

«The Goonies» (EUA/1985). Real.: Richard Donner. Int.: Sean Astin, Josh Brolin, Corey Feldman, Jeff Cohen, Kerri Green. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (00.45, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 29

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.05 Viva a Manhã
10.30 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Infantil / Juvenil
16.30 Caderno Diário
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal



Sexta-feira, o adeus a Tubiacanga e às novelas da Globo na RTP...

- 20.40 Fera Ferida
21.10 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Isto Só Vídeco
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.20 24 Horas
00.55 Kung Fu
01.45 A Cigana
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Star Trek Especial
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.20 Animação
18.45 Um, Dó, Lá, Tá
19.30 A Dança
20.45 Magazine - «Ver Artes»
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Reportagem
23.20 Woodstock
00.40 Hommer e Eddie
(ver «Filmes na TV»)
02.15 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buêrére
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública



A vida dramática do escultor Soares dos Reis na TV2, 2.ª à noite

- 18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.35 Cuidado com as Aparências

QUATRO

- 09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ashanti
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Novo Jornal
00.55 Fora de Jogo

Sexta, 30

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.05 Viva a Manhã
10.30 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Infantil / Juvenil
16.30 Caderno Diário
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Com a Verdade M'Enganas
20.00 Telejornal

- 20.30 Futebol: Salgueiros-Benfica
22.30 Fera Ferida (Ult. Epis.)
23.00 74.5 Uma Onda no Ar
23.45 A Filha da Cornéia
01.30 24 Horas
02.05 Mãe, Querida Mãe
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Tentação
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.20 Animação
18.45 Um, Dó, Lá, Tá
19.40 Documentário: O Príncipe de Mônaco
20.35 Histórias Que o Tempo Apagou
21.10 Ver Para Ler
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
23.20 Woodstock
00.10 Bob e as suas Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 Chuva de Estrelas
23.00 Último Jornal
23.20 Os Donos da Bola
00.20 Playboy
01.50 O Festim Nu
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 Herói Acidental
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Peço a Palavara
(ver «Filmes na TV»)



Ava Gardner no «Artes e Letras» desta semana

Sábado, 31

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.15 Circo das Estrelas
13.00 Notícias
13.05 Moda
13.40 Made in Portugal
14.40 Arca de Noé
15.35 Danças de Salão
16.05 Do Cabaret para o Convento
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Futebol: Boavista-Porto
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Pálio da Fama (Final)
22.20 Parabéns
00.50 Grande Circo dos Artistas
02.50 Ghoullies II
(ver «Filmes na TV»)
04.20 Gente Como Eu e Você
(ver «Filmes na TV»)
05.50 A Melhor Casa de Prazer do Texas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 10.30 Ama-me com Ternura
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Uma Família Feliz
12.50 Viagem ao Maravilhoso
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.55 TV2 Desporto
16.30 Para Além do Ano 2000
17.00 As Aventuras de Sherlock Holmes
17.50 O Meu Camarada
(ver «Filmes na TV»)
19.15 Fórum Musical
20.30 Especial Desporto
22.00 TV2 Jornal
22.15 Quem Conta Um Conto
23.20 Espectáculo «Dali»
01.20 A Grande Aventura de Pee Wee
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 10.00 Buêrére Especial
15.00 Os Trapalhões
15.30 Dra. Quinn
16.30 Os Imortais
17.00 Muita Lôco
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
21.40 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Minas e Armadilhas
23.15 Especial Fim de Ano
01.00 Videoclips

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 O Jogo do Ganso
16.30 O Extravagante Dr. Dolittle
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
21.00 Confissões de Adolescente
21.35 Trapos & Companhia
22.15 A Casa da Paródia
00.10 A Minha Madrasta é uma Extraterrestre
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 1

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.50 Novas Aventuras do Super-Homem
15.40 Indiana Jones - Crônicas da Juventude
16.30 A Grande Pirâmide
16.40 Jogos Sem Fronteiras
17.05 Sequim D' Ouro
18.35 Festival de Circo de Monte Carlo
19.45 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Mensagem de Ano Novo do Presidente da República
20.50 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
21.35 Maldita Cocaína
00.40 Notícias
00.50 Academia da FBI
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
09.55 Missa da Paz
12.00 70 x 7
12.30 Novos Horizontes
13.00 O Homem e a Cidade - «Portalegre»
14.00 As Melhores Cenas Aquáticas da Disney
15.00 Euronews
15.25 Maria Papoila
(ver «Filmes na TV»)
17.10 Woodstock
19.10 Concerto de Ano Novo
20.50 Teatro: «O Morgado de Fafe em Lisboa»
22.00 TV2 Jornal
22.20 Artes e Letras: «Ava Gardner»
23.20 A Noite de Iguana
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 08.00 Buêrére Especial
14.45 O Amor Desceu em Pára-quadras
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Bravo, Bravíssimo
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 Indiana Jones e a Grande Cruzada
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Crimes Imperfeitos

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa
12.00 Missa do Dia da Paz
13.50 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.15 O Rei Leão
20.00 Telejornal
20.30 Mensagem do Presidente da República
21.00 Doutores e Engenheiros Especial
22.00 Bugsy
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 2

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Pé Grande e os Amigos
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
17.30 Guarani
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Nico d' Obra
22.00 Zona + Carlos Cruz
23.40 Os Rapazes de St. Vincent
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.25 Mulher à Beira do Abismo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Casa do Caçador
17.55 Infantil
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Música dos Outros
21.40 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Outonos - «Saúde» - Soares dos Reis»
23.40 Percursos
01.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Família Miniatura
(ver «Filmes na TV»)

Terça, 3

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Pé Grande e os Amigos
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
17.30 Guarani
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 A Mulher do Sr. Ministro
21.55 Cabaret
23.10 Prova Oral
00.50 24 Horas
01.25 Remate
01.40 A Sentinela
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Vida Contínua
17.55 Infantil
20.15 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Amar uma Desconhecida
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Emmylou Harris
01.05 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Viva a Mocidade
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública

Quarta, 4

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Pé Grande e os Amigos
10.20 Blossom
10.45 Origens
11.15 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
16.40 Missão Impossível
17.30 Guarani
19.10 Com a Verdade M' Enganas
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Futebol: Marítimo-Benfica
23.10 Só Riso
23.50 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Os Goonies
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
17.55 Infantil
20.15 Guerra contra a Máfia
20.45 Universidade Aberta
20.10 Magazine - «Ver Artes»
21.35 Desenhos Animados
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.20 Remate
22.40 Vício - Versa
23.30 Family Pictures
00.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Circo Desceu à Cidade
(ver «Filmes na TV»)



Acontece, de Carlos Pinto Coelho: notas diárias na TV2 sobre a vida cultural

- 15.45 Buêrére
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
20.40 A Viagem
21.40 Massacre em S. Francisco
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Último Jornal
23.50 Flash Back

QUATRO

- 09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
24.00 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

- 18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
20.40 A Viagem
21.40 Massacre em S. Francisco
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Último Jornal
00.20 O Senhor que se Segue

QUATRO

- 09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
24.00 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

- 16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões

QUATRO

- 09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo



James Stewart e Jean Arthur, em «Peço a Palavra», de Frank Capra



Annette Bening e Warren Beatty, em «Bugsy», de Barry Levinson

Por isto e por aquilo...

Tentação (Sexta, 15.00, TV 2)

Curiosamente, este filme que foi, à época, julgado pela crítica como uma obra falhada era considerado pelo seu autor, **Anthony Mann**, como o seu melhor filme de sempre. Nele é adaptado um romance escaldante de **Erskine Caldwell** cuja história, passada no ambiente rural do sul dos EUA, nos fala de paixões ardentes, ciúmes e sonhos e frustrações desmesuradas.

Herói Acidental (Sexta, 21.30, Quatro)

Na sequência de um acidente de avião em que os passageiros são salvos pela intervenção de um desconhecido que, altruísta, depois desaparece por não querer ficar com os louros do seu acto, surge um impostor que se faz passar por ele e que se apresta a receber o milhão de dólares de recompensa. Mas eis senão quando... O resto fica para o espectador descobrir, num filme interessante encenado nos EUA pelo realizador britânico **Stephen Frears**, com duas boas interpretações de **Dusty Hoffman**, no papel de salvador, e **Andy Garcia**, no papel de impostor.

Bob e as Suas Mulheres (Sexta, 00.10, TV 2)

Trata-se, à superfície, de uma comédia irreverente, porventura extremamente crua no que toca às cenas de sexo. Mas, vista com um pouco mais de atenção, esta comédia deixa transparecer a crise dramática e profunda da sociedade inglesa dos anos 80, vista através de um par de jovens adolescentes, provenientes do meio operário e estudantes de liceu, *baby-sitters* de circunstância, que acabam por arrastar o cabeça de casal para aventuras amorosas com a naturalidade de quem, afinal, vive o quotidiano de um mundo de enfado, promiscuidade e crise. Um filme com diálogos exemplares, com um tom a que só os britânicos são capazes de nos habituar.

Peço a Palavra

(Sexta, 00.55, Quatro)

Brilhante obra-prima de **Frank Capra**, mais uma vez encontramos neste filme sublime a postura idealista do seu autor: por um lado, a denúncia do lado negro da realidade norte-americana e a crítica mordente e satírica aos privilégios dos «poderosos»; por outro lado, a eterna e confiante crença nas virtualidades do «sistema», aberto à capacidade de intervenção do «cidadão comum» e capaz de gerar os mecanismos de defesa contra a corrupção dos seus valores essenciais. A história é conhecida: um pacato cidadão, **Jefferson Smith**, vê-se subitamente catapultado para o Senado dos EUA onde defende, contra os mesquinhos interesses dos proprietários de um terreno (seus «pares» de bancada), a criação de um campo de férias para jovens. Mas o filme, surgido em 1939, ultrapassa a mera parábola e insere-se, mais além, numa estratégia da cinematografia de Hollywood, à época justamente apostada na contraposição dos ideais democráticos ao crescente totalitarismo nazi que assolava a Europa. Nesse sentido, são emblemáticas duas sequências fundamentais do filme: a romagem de **Smith**, o seu «herói», ao monumento à memória de **Lincoln** e a sua incansável e emocionante intervenção no Senado, com passagens da Declaração da Independência. Interpretações memoráveis de **James Stewart** e **Claude Rains**. Embora tantas vezes transmitido pela televisão, a não perder.

O Festim Nu (Sexta, 01.20, SIC)

Noutros tempos, seria talvez um filme classificado como «para adultos com sólida formação moral»; hoje, a terminologia aconselhada seria porventura a de ele conter «imagens eventualmente chocan-

tes». A obra sai da mente talentosa de **David Cronenberg**, o polémico cineasta canadiano, mas o essencial provém do mundo intensamente obcecado e alucinogénico do escritor **William Burroughs**, cuja provocatória materialização em imagens é das coisas mais insólitas do filme. Se é suportável ou não, isso é outra questão...

O Extravagante Doutor Dolittle

(Sábado, 16.30, Quatro)

Misturando canções, animais bizarros e cenários estranhos, o filme é uma espécie de conto de fadas de **Lewis Carroll** em forma de *musical*. Mas, para além da esplendorosa fotografia de **Robert Surtees**, em **Todd-AO** (que se arrisca a ser assassinada pela sua passagem para o formato televisivo), a história do misantropo **Dr. Dolittle** cuja única preocupação era a investigação sobre a linguagem dos animais não veio a resultar num grande filme, tendo mesmo a sua superprodução quase arruinado os estúdios que o produziram. Mas é uma boa oportunidade para entreter as crianças enquanto prepara a festinha de fim-de-ano...

O Meu Camarada (Sábado, 17.50, TV 2)

Também próprio para crianças - talvez mais modesto quanto aos megalómanos propósitos da produção, mas eventualmente bem mais interessante - é esta história produzida à maneira dos estúdios Disney que nos fala da amizade entre um pequeno órfão e um *setter* irlandês, com **Walter Pidgeon** num dos principais papéis.

é capaz de aterrorizar como de afavelmente se prestar aos testes para o cinema, que tanto adorava como ao crime... Um filme muito bem escrito por **James Toback** e dirigido com extremo bom gosto por **Barry Levinson**.

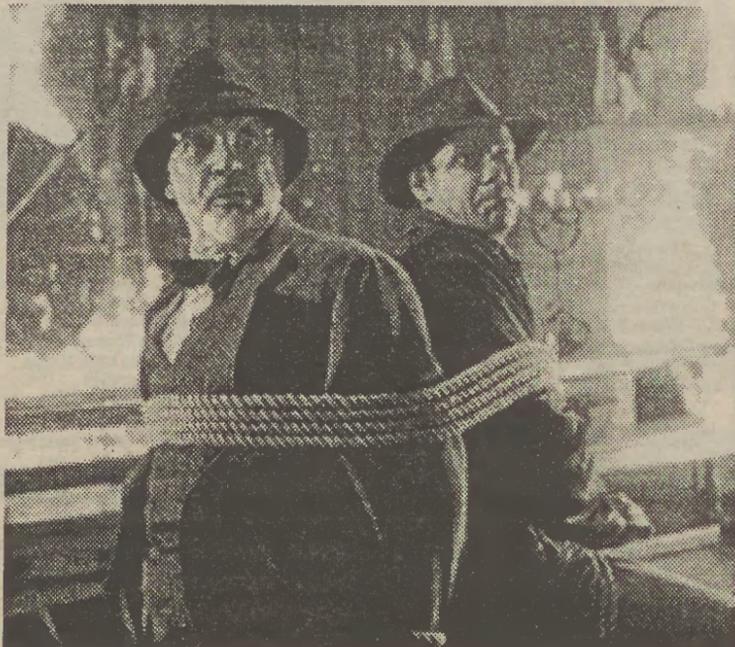
Indiana Jones e a Grande Cruzada

(Domingo, 22.30, SIC)

Para além da festejada «respiração de cinema» que **Spielberg** empresta à maioria dos seus filmes - mas, de certo modo, em menor grau do que acontecia com os dois primeiros «episódios» de **Indiana Jones**, que a **SIC** recordou na semana passada - falta, a esta terceira e última parte da *saga*, a especial e desmesurada atmosfera de encantamento e mistério próprios destes *pastiches* das aventuras da *série B*. A curiosidade suplementar vai, assim, para a excelente presença de **Sean Connery**, no papel de destemido pai (e rival!) do jovem arqueólogo, que constitui mais um trunfo deste filme, destinado - através da espectacular eficácia que é timbre destas produções - a fazer-nos passar alguns agradáveis e divertidos momentos de entretenimento.

Amar uma Desconhecida (Terça, 22.40, TV 2)

Trata-se de um drama realizado com extrema sensibilidade por **Neil Jordan** (também autor do argumento) contando-nos a história de dois adolescentes irlandeses crescendo para a vida que subitamente se sentem atraídos pelo mistério de uma bela mulher - que um deles vai



Sean Connery e Harrison Ford, «Indiana Jones e a Última Cruzada», de Steven Spielberg



Deborah Kerr e Richard Burton, em «A Noite de Iguana», de John Huston

A Grande Aventura de Pee-Wee

(Sábado, 01.20, TV 2)

Absurda é a colocação deste filme em tal horário. Trata-se de uma interessante comédia realizada pelo tão em voga **Tim Burton** (ex-realizador de desenhos animados) com uma história com pessoas «reais» actuando como se fossem personagens de *cartoon*. Na personagem central encontramos **Pee-Wee Herman**, aliás o actor **Paul Reubens**, estrela do famoso programa da TV americana «*Pee Wee's Playhouse*», que, nos anos 80, se transformou num ícone nacional, verdadeiro ídolo de adultos e crianças.

Bugsy (Domingo, 22.00, Quatro)

Arrecadando dois Oscars para as categorias de Cenários e Guarda-Roupa, este filme é inspirado na figura real de **Benjamin «Bugsy» Siegel**, um *gangster* que ajudou a construir a cidade do jogo de Las Vegas. E **Warren Beatty** constrói com grande sentido de detalhe e precisão as duas faces opostas da personalidade do «herói» - de um lado o homem de família que todos os dias vai para o trabalho, do outro o adúltero, frio e implacável *gangster* que tanto

mais tarde descobrir tratar-se da sua mãe que há muito abandonara o seu pai, afundado no alcoolismo e na miséria moral. Recusando a tentadora tonalidade *melodramática*, o realizador encena aqui um filme digno de nota.

Os Goonies (Quarta, 00.45, Canal 1)

Com argumento de **Chris Columbus** elaborado a partir de uma história escrita por **Steven Spielberg** - e produzido por este último -, o filme é mais uma excursão ao mundo das aventuras para crianças de todas as idades (incluindo a adulta...), contando-nos a história de um grupo de miúdos que andam à caça do tesouro de um pirata do século XVII e acabam mergulhados nos riscos mais fantásticos. Mas o realizador, **Richard Donner**, não é **Spielberg** e, embora inspirando-se por vezes na desenfadada *série Indiana Jones*, não consegue sustentar a verve trepidante, pelo que esta comédia de aventuras acaba por se ressentir da agitação que constantemente reproduz. Apesar de tudo, uma «*Lotação Esgotada*» minimamente interessante, perdida num horário que se tornou mais que absurdo.

Natal e depois

■ Correia da Fonseca

Posso enganar-me, que estas coisas são difíceis de medir, mas a programação de Natal deste ano pareceu-me ser a mais desvaliosa de sempre apesar de relativa profusão de canais. Ao longo dos dias 24 e 25, nenhum «zapping» minorou a minha avidez de um programa que me saciasse a apetência por uma programação a condizer com a excepcionalidade da quadra, apesar dos pingos de rubricas natalícias que afloraram nas programações.

A mediocridade dominante atingiu o seu clímax na noite de 25, na RTP 1, com Frei Hermano da Câmara na rubrica de Marco Paulo e Eusébio em «Com Peso e Medida» sob a regência de Nicolau Breyner.

Frei Hermano parece-me, com perdão da sua vocação mística e de algum eventual charme no passado, uma espécie de Frankenstein que tivesse decidido entregar-se todo a Cristo, para citar aqui um verso que em tempos se tornou uma espécie de dístico seu. Quanto ao excelente Eusébio, será escusado dizer que a sua vocação não esteve nunca no verbo, mas no chuto. Pendurá-lo na imaginária árvore de Natal que devia ser a programação da RTP 1 naquele dia foi uma imperdoável maldade.

Um travo de plástico

Tudo visto, e minúsculas rubricas à parte, o maior peso da programação de Natal no conjunto dos quatro canais portugueses recaiu sobre a transmissão de velhos, vistos e revistos filmes da programação cinematográfica comercial, o que constituiu uma excessivamente pindérica prenda natalícia. Para mais, a generalidade deles não tinha nada a ver com o Natal e o seu espírito: «A Valsa do Imperador», «O Meu Tio Solteiro», «Planeta Proibido», «Sozinho em Casa 1» e «Sozinho em Casa 2», «Os Salteadores da Arca Perdida», «My Fair Lady». De todos, só dois velhos filmes de Frank Capra, «Doido em Juízo» e «Do Céu Caiu uma Estrela», com destaque para o segundo, me pareceram merecer a quadra. E o facto mereceria mais algumas linhas de reflexão se não se tratasse mais de Cinema, embora reduzido a dimensões liliputianas, que de Televisão. Quanto ao resto, e para lá de um ou outro momento musical directamente relacionado com o Natal, só apetece registar a presença de Vítor Melícias no «Parabéns» de Herman José.

Não por se tratar de um padre e franciscano, mas sim pelas palavras de inconformidade e denúncia que se ouviram, apesar de estar numa rubrica manifestamente ina-

dequada à abordagem de questões fundamentais em termos muito sérios.

O mais tristonho de tudo neste Natal televisivo foi, porém, o travo de festividade de plástico, convencional e insípido, que sempre o percorreu. Em tempo de fraternidade, toda a TV se esqueceu do país real e dos terríveis dramas concretos que o habitam: ninguém soube por ela como estava a ser o Natal no

Vale do Ave, no Alentejo, nos subúrbios de Lisboa, em tantos outros lugares onde, pelo menos nestes dias, era devida uma presença das TV's para que tivéssemos uma espécie de

um auditório mínimo em confronto com os restantes canais, mesmo com a TVI, pelo que a prevista exclusão de «spots» publicitários daquele canal e a eventual adopção de uma mais coerente «grelha» de programas será um baixo custo para uma contrapartida preciosa para a RTP: ficar supostamente ainda mais livre para fazer, no seu primeiro canal, uma programação ainda mais disponível para seguir o avalhamento que a TV privada, comercial e supostamente liberta de constrangimentos éticos tem vindo a impor.

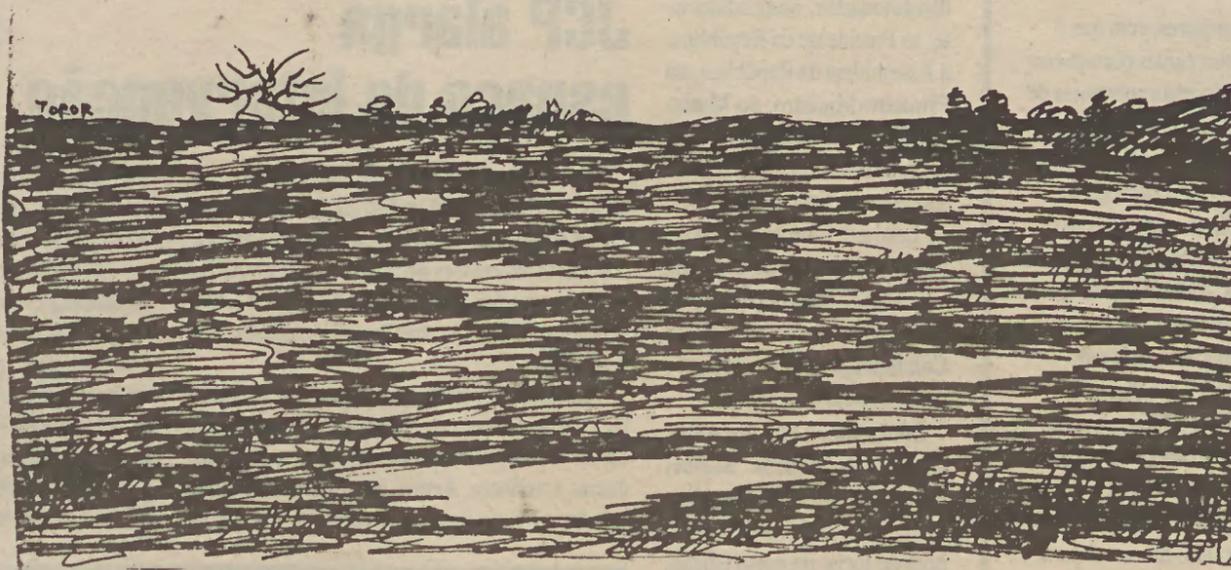
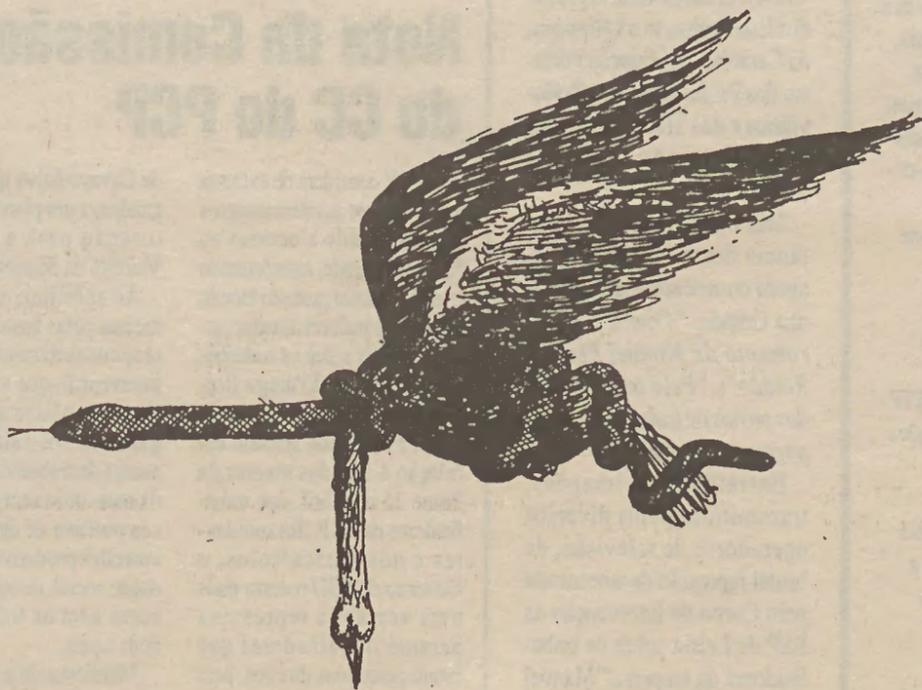
Na verdade, é conhecido e objecto de um generalizado reconhecimento que o advento da TV privada traiu as ingénuas esperanças que alguns alimentavam relativamente a

uma melhoria global da qualidade televisiva no País: a fazer-se um balanço minimamente sério da actividade das TVs neste ano de 94 que termina agora, seria inevitável reconhecer que tais expectativas se viram frustradas e que nunca a qualidade das emissões alguma vez caíra tão baixo (salvaguardando-se embora, necessariamente, as funções policiais e policiadoras que também cabiam à RTP durante o fascismo). Em matéria de qualidade, será certo que existem ainda alguns raros oásis, mas é preciso não esquecer que a extensão do deserto duplicou. E que, mais que nunca, é uma sôfrega corrida para a mediocridade que domina tudo.

Contudo, mesmo o asseio agora de novo prometido relativamente à RTP 2 só ficaria completo, como aliás bem se compreende, se extensivo à fundamental vertente informativa. E, para cortar caminho a eventuais imposturas não pode ser reduzida a uma espécie de oscilação bipolar entre as versões laranja afectas ao PSD e as alternativas cor-de-rosa-muito-pálida imputáveis à área do PS, temperada com escalas muito breves pelas áreas do CDS e

grupinhos na TV portuguesa, «com activo repúdio do comunismo».

Aliás, como bem se compreende desde que se queira, um canal dito de serviço público que na área da informação marginalize ou minimize um sector político que corresponde, em número, à terceira representação parlamentar, está evidentemente a transgredir princípios básicos da própria democraticidade. E acentue-se, de passagem, que o dever do pluralismo informativo não se cumpre com a atribuição de atenções proporcionadas à representação parlamentar: isso corresponderia a uma tentativa para perpetuar transitórias hegemonias políticas, e a adopção de um tal critério é um caso clássico e paradigmático da perversão da autêntica democraticidade informativa.



convocação aos sentimentos de fraternidade que, diz-se, foram publicitados nos céus de Belém da Judeia há perto de dois mil anos. E, logo a seguir, convenientemente esquecidos pelos que mais deviam lembrar-se deles.

Promessas na TV

Entretanto, foi anunciado que a partir do próximo ano a TV2 vai assumir, finalmente e com perto de um ano de atraso, o cumprimento dos seus deveres de serviço público. Digamos, utilizando uma expressão proventura demasiado desenvolvida, que não será grande esmola. Os estudos de audiência existentes denunciam claramente que a TV2 tem

de FOICE

... Lá se me vai 95!

No ano que agora entra, há-de repetir-se muita coisa do que se viveu neste quase extinto 1994.

Cá por mim, faço votos para que algumas delas não apenas se repitam, mas se desenvolvam e aprofundem.

No caso da meia dúzia de comentadores e analistas políticos auto-encartados que, neste País, mudam de opinião com tanta facilidade como a fazem, desejo - se não mais cultura, inteligência e honestidade intelectual, que isso seria como pedir aos Himalaias que crescessem -, ao menos, que atinjam o justo nirvana e sejam uma opinião em si mesmos, já sem a maçada de abrir a boca ou escrever uma linha. Nessa altura, bastará ocupar-lhes as páginas que habitam e as poltronas donde debitam com duas ou três louvaminhas propiciatórias, perfumadas a fumo de rosmaninho, em defesa dos incensos autóctones, e a luz far-se-á mais segura que a do Castelo-de-Bode.

Em matéria de televisão, espero um mundo a reproduzir-se ao infinito.

Gabriel Alves, o genial comentador desportivo que fez escola em todas as televisões com a criação de conceitos futebolísticos tão extraordinários como o "centro de gravidade baixo", há-de levar os relatos desportivos na RTP - já, por ele, modernizadíssimos com anos a fio de disfunções verbais, neologismos e ausência de concordâncias - ao estágio supremo do discurso sem sintaxe.

O mesmo se há-de passar em relação ao jovem cacharotele que puseram na generalidade dos telejornais, com quem a língua portuguesa, no ano de 1995, "instalará-se" com o "show-off" e o "lowprofile" "de que" merece.

Quanto às entrevistas em circuito interno, espero que a promissora experiência deste ano frutifique e se apure. No que toca aos entrevistados políticos, sugiro que a segregação sistemática dos dirigentes comunistas - uma ausência, apesar de tudo, demasiado notada - seja substituída pelo retrato do ausente, em tamanho natural e a meio corpo. Pespega-se com o retrato no cadeirão, o entrevistador faz-lhe perguntas e responde por ele. Não anda longe do que se tem feito quando o PCP vem à baila na televisão e, duma penada, calam-se os protestos e os reparos.

No que diz respeito às entrevistas *inter pares*, com que o ego das "estrelas" que dão luz aos quatro canais portugueses desenvolveu, este ano, uma interessantíssima experiência de regressão infantil, aguardo, não sem alguma ternura, confesso, o remate lógico: dispensarem, em absoluto e em definitivo, a presença de qualquer estranho ao serviço da autocontemplação e troca de galhardetes, acabando com o público, os concorrentes, os participantes, essa parolada toda que desassossega, com palmas alarves, o lago de ternura onde, mansamente, os génios se aspergem uns aos outros: aqui o Herman com o Marco Paulo, ali a Ana Bola e o António Sala, além o Nico mais o Carlos Cruz, depois o Herman com o Sala, o Sala com o Marco, o Marco com a Ana, a Ana com o Nico, o Nico com o Solnado, o Solnado com o Fialho, o Fialho com o Moniz, o Moniz com o Sala, o Sala com o Miguel, o Miguel com o Fialho, o Fialho com a Judite, a Judite com o Herman, truum-tum-tum e vai para Angola.

No que toca às programações em geral, a exibição dos filmes deverá subir das quatro para as 16 partes, tornando qualquer obra fascinante pelo simples esquecimento do que se passou no princípio quando se chegar ao fim, as telenovelas brasileiras deverão ser dobradas em castelhano, para equilibrar a dobragem das venezuelanas em português carioca, e os concursos poderão aumentar para o dobro, com o que se poupará na redução dos prémios actuais a baldes de plástico e uma viagem à Feira Popular, porque está provado que há público para tudo, na televisão portuguesa de hoje. O pior é se, como tudo indica, o Governo é demitido, o público se lembra que é eleitorado e me varre o cavaquismo de cena.

Nesse caso, lá se me vai este promissor 95!

■ HC

Marinha Grande, hoje Grande manifestação de apoio aos vidreiros

Numerosos sindicatos apelaram à realização hoje, quinta-feira, dia 29 de Dezembro, de uma manifestação de apoio à luta dos trabalhadores da empresa "Manuel Pereira Roldão", marcada para a Praça Stephens, na Marinha Grande, às 17.30. Subscrevem o apelo à União de Sindicatos do Distrito de Leiria, os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, dos Metalúrgicos, dos Escritórios, dos Químicos, da Cerâmica, da Função Pública, dos Professores, dos Rodoviários e dos Trabalhadores da Administração Local (S.T.A.L.).

Três frases resumem a substância desta manifestação, agora convocada para a Marinha Grande: "Contra o encerramento da Manuel Pereira Roldão"; "Pela manutenção dos postos de trabalho"; "Pelo pagamento dos salários".

Entretanto, as imagens, transmitidas pelos diversos operadores de televisão, da brutal repressão desencadeada pelo Corpo de Intervenção da PSP de Leiria sobre os trabalhadores da empresa "Manuel Pereira Roldão" - que foi ao ponto de invadir o edifício dos Paços do Concelho na agressão aos manifestantes - chocaram o País e estão a desencadear uma onda de repúdio, expressa no envio de numerosos e diversificados protestos, direccionados, nomeadamente, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Administração Interna, ao Ministro da Indústria e Energia, ao Governador Civil de Leiria, à Câmara e Assembleia Municipais da Marinha Grande e, naturalmente, à generalidade dos órgãos de Comunicação Social, para que dêem notícia do repúdio.

Entretanto, a luta dos trabalhadores da empresa "Manuel Pereira Roldão" não esmorece, continuando previstas, à hora do fecho da nossa edição, novas acções reclamando o pagamento dos salários e o direito ao trabalho, numa recusa frontal ao despedimento colectivo pretendido pela administração.

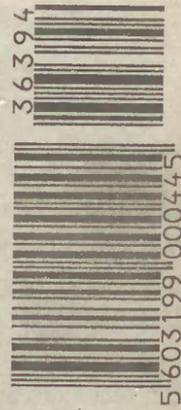
Recorde-se que a situação nesta importante unidade vidreira da Marinha Grande se agudizou quando a sua administração anunciou, recentemente, o encerramento da empresa e a instauração de processos "disciplinares" a mais de 200 trabalhadores, visando o seu despedimento com "justa causa", arbitrariedade que se somava ao atraso

no pagamento de salários e do subsídio de Natal deste ano. Os protestos surgiram, imparáveis, com os trabalhadores recusando, em bloco, tais decisões da administração, entrando em greve, paralisando totalmente a empresa e desencadeando um processo de luta com expressão nas ruas. A resposta foi a repressão policial -

cujos ordens para intervir, curiosamente, ninguém assume... - que teve expressão particularmente violenta e despropositada, ao ponto de impor ao Governador Civil de Leiria um atabalhoado pedido de "desculpas" aos trabalhadores agredidos, inclusivamente no interior do edifício da Câmara Municipal, onde se haviam

refugiado da fúria policial, como atrás referimos.

Na página 7 desta edição, abordamos mais desenvolvimentos deste assunto.



Nota da Comissão Política do CC do PCP

O PCP considera de extrema gravidade os acontecimentos que têm vindo a ocorrer na Marinha Grande, manifestando o seu veemente protesto face às violentas e indiscriminadas cargas policiais sobre os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e da população em geral.

Tal como tinha actuado em relação à luta dos utentes da Ponte 25 de Abril, dos trabalhadores da TAP, dos estudantes e dos agricultores, o Governo do PSD recorre mais uma vez à via repressiva perante trabalhadores que lutam pelos seus direitos, pela garantia dos salários e contra os despedimentos.

Tal facto vem demonstrar a verdadeira face deste Governo e o carácter da sua política, sendo de sublinhar que no passado recente era o executivo

de Cavaco Silva quem propagandeava um plano de reestruturação para a Indústria Vidreira da Marinha Grande.

Ao substituir as suas promessas pelas bastonadas, desresponsabilizando-se dum intervenção que vise solucionar o conflito através da garantia dos salários e dos postos de trabalho, o Governo dá mais um exemplo de que a sua política de destruição do aparelho produtivo, de degradação social, de repressão, não serve nem os trabalhadores nem o país.

Manifestando a sua solidariedade aos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e à população da Marinha Grande que sofreram a repressão policial, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, vai apresentar um pedido de inquérito

parlamentar na Assembleia da República, tendo por objectivo apurar responsabilidades pela brutal actuação das forças policiais contra os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e da população da Marinha Grande.

Entretanto, este caso, enquadrado na grave crise económica e social em que está mergulhado o país, vem confirmar que se torna exigível a clarificação da situação política nacional através da demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas.

O PCP apela a todas as organizações dos trabalhadores e ao povo português para desenvolverem e manifestarem a sua solidariedade com os trabalhadores e a população da Marinha Grande.

28/12/94

JCP alarga espaço de intervenção

A JCP participou muito recentemente na exposição promovida na FIL pelo CUPAV e pelo Jornal Forum Estudante. No evento estiveram representadas várias expressões do movimento associativo juvenil e organizações com vertentes da sua actividade especificamente voltadas para o trabalho com a juventude.

Enquanto visitantes, participaram nesta iniciativa várias dezenas de milhares de jovens que lhe conferiram o êxito esperado com base em experiências anteriores. Assim, considerou a JCP que este espaço seria importante para a divulgação da

sua mensagem política e para o contacto com toda esta camada juvenil que hoje se consubstancia numa realidade muito diversificada.

Os resultados da participação dos jovens comunistas evidenciaram a sua natureza positiva, sendo disso testemunho os 60 novos recrutamentos e os 1000 votos pelo emprego que a JCP angariou no âmbito da sua Campanha Nacional pelo Emprego. O secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, também visitou a exposição, onde contactou com os representantes de várias organizações presentes e elementos da organização da iniciativa.

Veto presidencial à lei das «secretas»

O dirigente comunista Luís Sá classificou de positiva a atitude do Presidente da República de vetar, pela segunda vez, a Lei dos Serviços de Informação.

"O PCP compreende e entende como positiva a atitude do Presidente da República", afirmou Luís Sá em declarações à agência Lusa, adiantando ser "conhecido o facto de o PCP ter tomado uma posição frontalmente contrária à lei vetada".

Para Luís Sá, do Comité Central e da

Comissão Política do PCP, "as actividades do Serviço de Informações de Segurança (SIS) transformaram-se numa preocupação para os que defendem os direitos, liberdades e garantias em Portugal" e tem sido "constantemente recusada pelo PSD qualquer solução que permita uma real fiscalização destes serviços".

"O PCP já propôs que as actividades do SIS fossem suspensas até que houvesse fiscalização das mesmas", salientou.